

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO
EM MARECHAL CÂNDIDO RONDON (PR)
ENTRE 1940 E 1991

MIRIAM HERMI ZAAR

Orientador: Prof^ª. Dra. Lenyra Rique da Silva

Co-Orientador: Prof^ª. Msc. Ruth Emília Nogueira Loch

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano

Florianópolis - SC

Fevereiro, 1996

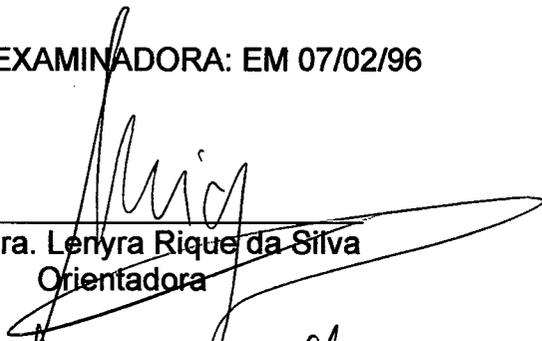
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

A Produção do espaço agrário em Marechal Cândido Rondon (PR).

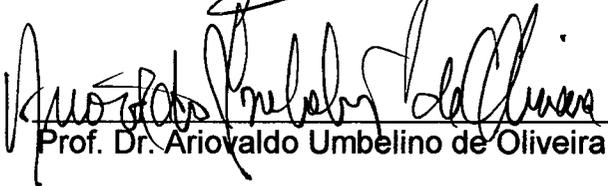
Miriam Hermi Zaar

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado em Geografia, Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano, do Departamento de Geociências do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

APROVADA PELA COMISSÃO EXAMINADORA: EM 07/02/96



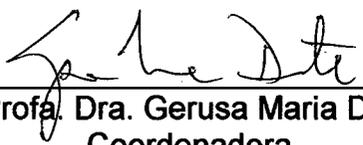
Profa. Dra. Lenyra Rique da Silva
Orientadora



Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira



Prof. Msc. Roland Luiz Rizzolatti



Profa. Dra. Gerusa Maria Duarte
Coordenadora

Florianópolis - SC
Fevereiro/96

A minha mãe
pelo apoio e incentivo

Ao Marcos
pelo incentivo e companheirismo

A Profa. Lenyra Rique da Silva
pelo apoio, amizade e orientação do trabalho

A Profa. Ruth E. Nogueira Loch
pelo apoio, amizade e orientação da parte cartográfica do trabalho

A Universidade e, em especial aos professores do Curso de Mestrado
em Geografia pelo ensino e oportunidade

Ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP)
pela concessão das informações aerofotogramétricas

A Esteio Engenharia Aerolevantamentos S/A
pela redução fotográfica das Cartas de Uso do Solo

A EMATER de Marechal Cândido Rondon e Toledo
pela concessão dos dados e informações referente as safras
agrícolas do Município em estudo

A todos que, de diversas formas, contribuíram para a realização
deste trabalho.

SUMÁRIO

Resumo	xi
Abstract	xii
Introdução	01
1. O Estado e a Ideologia	13
2. O Estado e a Produção do Espaço	24
3. A Produção do Espaço Agrário: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu	54
3.1. O Uso do Solo Agrícola	54
3.2. As Vias de Circulação	113
4. As mudanças na Vida Cotidiana	132
Sumário de Mapas	v
Sumário de Tabelas	vi
Sumário de Gráficos	ix
Referências Bibliográficas	175

SUMÁRIO DE MAPAS

Mapa 01 - Localização da área de estudo	04
Mapa 02 - Planta da área centro ocidental da Fazenda Britânia	56
Mapa 03 - Uso do solo do Município de Marechal Cândido Rondon/PR em 1952	59
Mapa 04 - Uso do solo no Município de Marechal Cândido Rondon/PR em 1963	62
Mapa 05 - Uso do solo no Município de Marechal Cândido Rondon/PR em 1980	85
Mapa 06 - Uso do solo no Município de Marechal Cândido Rondon/PR em 1991	91

SUMÁRIO DE TABELAS

01 - A soja no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1970	69
02 - O trigo no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1970	73
03 - O milho no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1970	76
04 - O arroz no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1970	77
05 - O feijão no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1970	78
06 - Evolução no Uso de Tratores e Fertilizantes durante a década de 1970 no Município de Marechal Cândido Rondon.	80
07 - Evolução das áreas com matas nativas e áreas destinadas a cultivos temporários entre 1970 e 1980 no Município de Marechal Cândido Rondon	87

08 - Área do Município de Marechal Cândido Rondon desapropriada pela Binacional Itaipu	89
09 - Evolução das áreas com matas nativas e áreas destinadas a cultivos temporários entre 1980 e 1985 no Município de Marechal Cândido Rondon	95
10 - A soja no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	96
11 - O trigo no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	99
12 - O milho no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	102
13 - A mandioca no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	105
14 - O arroz no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	106
15 - O feijão no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	107
16 - Estado de origem da população de Marechal Cândido Ron-	

08 - Área do Município de Marechal Cândido Rondon desapropriada pela Binacional Itaipu	89
09 - Evolução das áreas com matas nativas e áreas destinadas a cultivos temporários entre 1980 e 1985 no Município de Marechal Cândido Rondon	95
10 - A soja no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	96
11 - O trigo no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	99
12 - O milho no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	102
13 - A mandioca no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	105
14 - O arroz no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	106
15 - O feijão no Município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980	107
16 - Estado de origem da população de Marechal Cândido Rondon - 1970	136

17 - Estrutura Fundiária do Município de Marechal Cândido Rondon entre 1970 e 1980 (por estabelecimentos)	144
18 - Estrutura Fundiária do Município de Marechal Cândido Rondon entre 1970 e 1980 (por área).....	145
19 - Estrutura Fundiária do Município de Marechal Cândido Rondon entre 1980 e 1985 (por estabelecimentos).....	153
20 - Estrutura Fundiária do Município de Marechal Cândido Rondon entre 1980 e 1985 (por área).....	154

SUMÁRIO DE GRÁFICOS

01. Comparação da área cultivada com soja em 1960/70 e 80 no Brasil, Estado do Paraná e Município de Marechal Cândido Rondon	70
02. Comparação da representatividade do Município de Marechal Cândido Rondon no Paraná com relação a área total e a área cultivada com soja em 1980.....	72
03. Comparação da área cultivada com trigo em 1970 e 1980 no Brasil, Estado do Paraná e Município de Marechal Cândido Rondon	75
04. Comparação da área destinada ao cultivo da soja em comparação com a área total do Município de Marechal Cândido Rondon em 1970,1980 e 1990	98
05. Comparação da área destinada ao cultivo do binômio soja/trigo em Marechal Cândido Rondon entre 1972 e 1992..	101
06. Comparação da evolução dos produtos agrícolas destinados à exportação e os produtos agrícolas de subsistência em 1970/75/80/85/90	109

07. Representatividade da população urbana e rural do Município de Marechal Cândido Rondon em 1970.....	139
08. Representatividade da população urbana e rural do Município de Marechal Cândido Rondon em 1980.....	147
09. O destino dos desapropriados por Itaipu que migraram, em porcentagem	163
10. Representatividade da população urbana e rural do Município de Marechal Cândido Rondon em 1990.....	164
11. As atividades exercidas pelos desapropriados por Itaipu após a desapropriação, em porcentagem	166

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo, discutir alguns aspectos da produção social do espaço agrário do Município de Marechal Cândido Rondon/PR, entre 1940 e 1991.

Identificaremos as mudanças ocorridas no uso do solo agrário, com a colonização e os grandes projetos estatais: introdução da mecanização na agricultura e a formação da represa de Itaipu com a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, entre o Brasil e o Paraguai.

Abordaremos questões sobre o impacto destes projetos, no modo de vida dos pequenos agricultores que vivem na área, a partir da expropriação de suas terras, da migração compulsória, e da reconstrução do território para aqueles que permaneceram na área.

ABSTRACT

The present study intends to discuss some aspects of the social production of the agricultural area in the town of Marechal Cândido Rondon/PR between 1940 and 1991.

We will analyse the changing in the agricultural land-use in that area with the colonization and the big state projects: introduction of the mecanization in the agriculture and the formation of Itaipu dam with the construction of the Itaipu Hydroelectric Power Plant between Brazil and Paraguay.

We will talk about the impact of these projects on the way of life of the small farmers' families from that area, with the expropriation of their land, with the compulsory migration and with the reconstruction of the territory for those that remained there.

INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa por nós escolhido, "A produção do espaço agrário no Município de Marechal Cândido Rondon", está vinculado a alguns questionamentos que passamos a fazer, quando estivemos em contato com os trabalhadores agrícolas do lugar. Trabalhadores agrícolas que ao incluírem-se na realidade da reprodução da unidade econômica familiar atual, apresentam especificidades nos diferentes espaços agrários.

Estudar a construção do espaço agrário é mostrar, de que forma o homem e meio são subjugados pelo sistema econômico de reprodução em que vivemos. Sistema econômico este, que de forma contraditória, traz ao mesmo tempo benefícios para alguns e prejuízos para outros. Desta relação que rege a sociedade capitalista como um "todo", que ocorre a construção dos espaços, pois estes são resultados de um trabalho materializado, contruído por meio dessa relação.

Assim sendo, é a partir da paisagem, da parte sensível do espaço, do imediato, que pretendemos iniciar nossas investigações, constituídas de vários momentos, os quais fazem parte de um só, pois se interpenetram. Descobrir a essência da formação deste espaço, isto é, por que ele foi assim construído é o objetivo central desta pequena discussão.

Para tanto, delimitamos este estudo a partir da década de 1940, porque foi com a entrada de empresas colonizadoras que se deu um novo direcionamento à construção deste espaço.

Até então a área encontrava-se de certa forma "esquecida" pelo Estado. Situação que não ocorria somente com o oeste do Estado do Paraná, mas, uma característica de toda área ocidental do país.

Tanto é assim, que durante o século XVI a área em estudo, que estava sob o domínio da Espanha, representava apenas uma porção do caminho Piabiru, utilizado pelos portugueses, a fim de alcançar os planaltos peruanos, em busca de ouro e prata.

Somente no início do século XVII, a Coroa Espanhola iniciou a sua atuação no oeste paranaense, com o objetivo de dominar o território, que de acordo com o Tratado de Tordesilhas, lhe pertencia. Para que isto ocorresse, várias reduções jesuíticas foram criadas, passando a ocupar vários pontos da área.

Mas, esta forma de ocupação durou pouco, apenas duas décadas. À procura de mão-de-obra indígena, que pudesse ser escravizada e os ataques às reduções, tornaram-se uma constante, até a sua completa destruição.

Sem indígenas, ouro e prata, a área não mais exercia qualquer tipo de atração, encontrando-se em estado de abandono por mais de um século.

Esta situação começou a modificar-se somente a partir do final do século XIX, quando o Estado brasileiro, sabendo da ocupação da área por empresas estrangeiras, resolveu fundar a Colônia Militar de Foz do Iguaçu. Um investimento, que não deu os resultados previstos, devido ao isolamento da área, e a intensa exploração de erva-mate e de madeira, realizadas pelas companhias argentinas e paraguaias que atuavam na área.

Estas empresas denominadas de "obrages", ocuparam durante

parte dos séculos XIX e XX, toda a área ocidental do estado paranaense, chegando a ter trinta mil hectares de terra cada uma, além de centenas de trabalhadores indígenas paraguaios¹, descendentes das missões jesuíticas - os mensus.

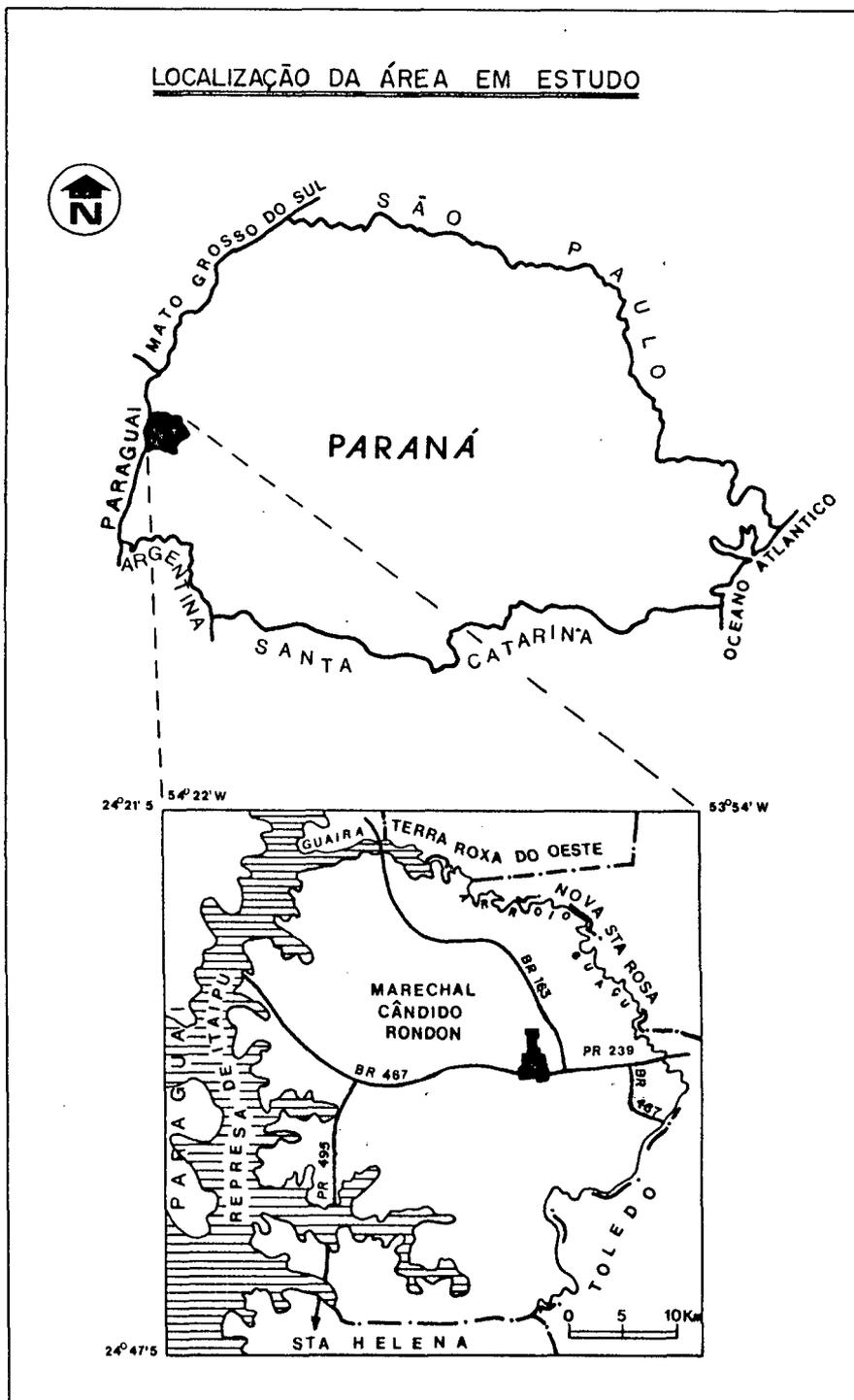
Em 1924, a Coluna Prestes, ocupou a área e combateu as "obrages", pois elas representavam vários aspectos pelos quais os revolucionários lutavam: de um lado, a miséria dos trabalhadores e de outro, as oligarquias enriquecidas às custas das riquezas nacionais.

Com a retirada das tropas revolucionárias em 1925, a Revolução de 1930 e a criação do Estado Novo em 1937, as "obrages" entraram em decadência e, ocorreram novas tentativas de povoar a área através de empresas colonizadoras. Mas todas elas encontraram um grande obstáculo : a falta de infra-estrutura.

Foi somente a partir de meados da década de 1940, que algumas empresas colonizadoras, conseguiram estabelecer-se no oeste paranaense, e iniciar um novo processo de "ocupação" da área. Dentre elas a Industrial Madeireira Colonizadora S/A - MARIPÁ, que após fundada por comerciantes de Porto Alegre-RS, iniciou o processo de colonização do local, onde em 1960, seria implantado oficialmente o município de Marechal Cândido Rondon.

Conforme nos mostra o mapa nº 01, o Município de Marechal Cândido Rondon está localizado na Microrregião Homogênea do

¹ Segundo COLODEL, José Augusto.



MAPA Nº 01

Extremo Oeste Paranaense², entre as latitudes 24°21' e 24°47' Sul e longitudes 53° 54' e 54° 22' Oeste.

O Município de Marechal Cândido Rondon, limita-se com os municípios de Guaíra e Terra Roxa ao Norte, Nova Santa Rosa a Nordeste, Toledo a Leste e Sudeste, Santa Helena ao Sul e, a Oeste com a República do Paraguai, através da Represa de Itaipu.

É a partir deste momento, que pretendemos apreender a forma como ocorreu a produção desta "parte" do espaço geográfico, um "espaço geográfico espacializado, na sua não espacialidade" (Silva, 1992, p.02).

Para tanto dividimos este trabalho em quatro capítulos. No primeiro e segundo capítulos, preocupamo-nos em desenvolver um enfoque teórico sobre a atuação do Estado, na produção do espaço, porque acreditamos ser este enfoque de grande importância, para que entendamos que não é possível compreender o espaço apenas pela sua aparência, mas sim pela análise dos vários elementos, que independentes e ao mesmo tempo imbricados entre si formam uma unidade dialética, uma unidade repleta de contrários.

Em razão disso, pretendemos fazer primeiramente, algumas

² De acordo com o IBGE, fazem parte da Microrregião Homogênea do Extremo Oeste Paranaense os seguintes municípios: Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia do Oeste, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Formosa, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Jesuítas, Marechal Cândido Rondon, Matelândia, Medianeira, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Palotina, Santa Helena, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi, Vera Cruz do Oeste. A partir de um plebiscito realizado, em 1992, novos municípios foram criados, inclusive, desmembrando o território de Marechal Cândido Rondon, objetivo deste estudo, em mais quatro municípios. Em 1992 tornaram-se municípios os até então distritos do Município de Marechal Cândido Rondon: Quatro Pontes, Mercedes, Pato Bragado e Entre Rios.

discussões sobre o papel que o Estado exerce diante da sociedade, para a qual, como um "todo", ele deve satisfações de seus atos. Assim, o Estado, na sua forma mais institucionalizada, promove o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, para que esta mesma sociedade, através da materialização de seus atos, produza e reproduza o espaço de acordo com suas necessidades.

Mas para que o desenvolvimento das forças produtivas ocorra, dentro de uma necessidade da própria sociedade, o Estado usa de certos artifícios, e um deles é a ideologia. É por meio da ideologia que o Estado consegue o "consentimento" da população para assim legitimar seus atos.

Isto ocorre porque a ideologia, na sua capacidade de mistificar fatos, se faz presente em todos os momentos e espaços da história do homem. Uma história de relações que produz e reproduz o espaço geográfico. Este é o motivo, pelo qual procuramos privilegiar o papel do Estado e da ideologia, na produção do espaço do Município de Marechal Cândido Rondon.

No terceiro capítulo deste trabalho, discutiremos a produção do espaço, principalmente a partir de dois momentos empiricamente e mais diretamente fortes: a modernização das práticas agrícolas e a formação do lago de Itaipu. Este capítulo encontra-se dividido em duas partes.

Na primeira parte, procuramos descrever os vários momentos da formação do espaço agrário do município, através da análise das cartas temáticas de uso do solo agrícola no Município de Marechal Cândido Rondon, elaboradas a partir da interpretação de aerofotos e imagem de satélite da área. Tal descrição foi elaborada

considerando o momento da colonização do município, com a divisão em colônias, sempre procurando explicar o porquê das modificações ocorridas. Isto porque é necessário se perceber, que todas as mudanças ocorridas neste local, não se encontram isoladas de mudanças mais globais.

Para mostrar como ocorreram as mudanças, tentamos articular a produção do espaço agrário, do Município de Marechal Cândido Rondon, à sua produção agrícola e às políticas estatais, que direta ou indiretamente influíram, na forma de ocupação e construção deste espaço.

Na segunda parte deste capítulo, pretendemos fazer algumas considerações sobre as mudanças nas vias de circulação, as quais representaram uma relação com a produção do território. Ao nos propormos discutir a importância estratégica da malha viária para a reprodução de um espaço, estamos entendendo que esta reprodução de espaço dá-se concomitantemente à reprodução dos homens e da sociedade à qual estes pertencem.

Assim, as vias de circulação representam parte da reprodução de uma sociedade, onde interesses de uma minoria, transformados em interesses gerais, controlam o espaço. E, as mudanças ocorridas nas vias de circulação, encontram-se articuladas às mudanças ocorridas na forma de uso do solo agrícola.

São estas vias, que ao entrelaçarem lugares diferentes, e tornarem estes lugares um imbricado de vários lugares articulados, produzem um espaço com determinadas peculiaridades. Entendemos ser este o papel principal das vias de circulação: possibilitar a produção, a troca e consumo, que só existem

articulados um ao outro.

No quarto capítulo, a partir das entrevistas realizadas com pequenos agricultores da área, e das leituras realizadas, faremos uma pequena discussão de como os grandes projetos estatais, modificaram ao mesmo tempo a produção do espaço e a vida dos indivíduos deste local. Tornou-se importante destacarmos as várias estratégias montadas, pelas instituições estatais, para que estes pequenos agricultores assimilassem novas formas de pensar e de agir, e a partir daí se tornassem co-agentes na produção do espaço agrário do Município de Marechal Cândido Rondon.

Nesta perspectiva, tornou-se evidente o papel da ideologia, que criou instrumentos para que estas mudanças se estabelecessem, ao mesmo tempo em que foram criadas e recriadas, novas formas de reprodução do trabalhador agrícola. Para tanto procuramos enfocar o papel do pequeno agricultor nestas mudanças, e como elas interferiram na sua forma de viver e de se reproduzir.

A importância dos grandes projetos nacionais, o trabalho ideológico realizado com o intuito de transformar valores e formas de pensar, para promover o "bem estar" da nação, devem ser questionados, pois somente desta forma estaremos indo além do imediato, estaremos penetrando em parte no mediato, para descobrirmos algumas das verdadeiras razões mais profícuas destas mudanças, na forma de reprodução dos indivíduos trabalhadores, que "são" espaço geográfico e "estão" nele. Isto porque entendemos que ao mesmo tempo que o indivíduo está no espaço, ele está construindo este espaço, através da materialização de seu trabalho e de seus atos. Desta forma, a maior parte do espaço geográfico, nada mais é

do que o resultado do trabalho humano, que cristaliza em suas mais variadas formas.

Para atingirmos estes objetivos, tivemos que escolher inicialmente, métodos e técnicas que propiciassem a execução de cartas temáticas de uso de solo. Este foi o primeiro passo a ser dado, o qual conduziu à necessidade de conhecer melhor a área e as pessoas que lá vivem.

Para a confecção da base cartográfica para as cartas temáticas, utilizamos as Cartas Topográficas da Diretoria do Serviço Geográfico do Ministério do Exército (DSG), ano de 1980, nas escalas 1:50.000 e 1:100.000.

Também utilizamos aerofotos dos recobrimentos fotogramétricos realizados em 1952 (escala aproximada de 1:25.000) e de 1963 (escala aproximada de 1:70.000), para confeccionar os Mapas Temáticos de Uso do Solo de 1952 e 1963. O Mapa de 1952 tem como propósito demonstrar o uso do solo durante o período de colonização da área, e a carta de 1963, mostrar as mudanças no uso deste mesmo solo agrícola, na década seguinte.

Para a elaboração do Mapa de Uso do Solo de 1980, utilizamos fotografias aéreas de 1980 (escala aproximada de 1:25.000). O objetivo desta carta é representar como o processo de mecanização das práticas agrícolas, determinou diferentes formas de uso do solo agrícola no Município de Marechal Cândido Rondon.

Para atualizar o uso do solo no município, e fazer a comparação da utilização deste mesmo solo antes e pós formação do lago de Itaipu, utilizamos imagem do satélite LANDSAT- TM, bandas 3, 4 e 5, na escala 1:100.000 de 02/12/93, obtida pelo Instituto de

Pesquisas Espaciais, a qual foi interpretada de forma visual.

Optamos pela escala 1:100.000 por adequar-se à extensão do município e representar os elementos da superfície, no grau de detalhamento necessário aos objetivos propostos.

Devido as dificuldades, em interpretar todas as fotografias aéreas, que recobrem o município, selecionamos áreas restritas, tais como as terras marginais ao lago de Itaipu e as áreas que deram origem a núcleos urbanos, por entendermos que estas atendem aos principais interesses desta pesquisa: analisar as mudanças na forma de produção do espaço no município de Marechal Cândido Rondon. E é justamente na área marginal ao atual lago de Itaipu, e nas áreas próximas aos núcleos urbanos, que estas mudanças tornaram-se mais evidentes.

O Mapa que mostra a divisão dos lotes coloniais, a partir da planta da área, centro ocidental da Fazenda Britânia, constou neste trabalho, para que se perceba como a Colonizadora Maripá fez a divisão inicial do território, a partir da qual iremos dar início a este estudo.

Os Mapas de Uso do Solo de 1952, 1963, 1980 e 1991, foram confeccionadas na escala 1:100.000, e reduzidas para escala aproximada de 1:300.000, para facilitar o manuseio das mesmas, dentro deste compêndio.

Entrevistamos 15 pequenos produtores agrícolas, situados nos distritos que perderam parte de suas terras, quando da formação do Lago de Itaipu. Pequenos agricultores, que como pequenos proprietários de terras, foram em sua maioria desapropriados pela

Binacional Itaipu³.

Num primeiro momento pretendíamos realizar entrevistas com um número maior de pequenos agricultores, mas mudamos de opinião, quando percebemos que as respostas às nossas indagações tornavam-se repetitivas. Assim acreditamos, que esta amostragem tenha sido suficiente para que pudéssemos analisar o que aqui foi proposto.

Juntamente com as entrevistas, aplicamos 120 questionários aos agricultores que foram desapropriados pela Binacional Itaipu, mas que continuam na área.

Também conversamos com agricultores de maiores posses, pessoas ligadas a administração pública, engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas, além de pessoas ligadas a outros setores, e que residem no município há pelo menos quinze anos.

As tabelas apresentadas no texto, visam quantificar áreas e produtos, as quais tornam-se necessárias para maior compreensão do texto. Os gráficos, têm na maioria das vezes o objetivo de ilustrar tabelas ou outras informações quantitativas.

De posse das informações, articuladas ao referencial teórico, pretendemos mostrar como as mudanças espaciais do Município de Marechal Cândido Rondon estiveram atreladas às mudanças ocorridas no contexto nacional e mundial.

³ - O objetivo desta pesquisa é discutir como os grandes projetos modificaram o espaço local e a vida das pessoas que vivem na área. Não discutiremos os conflitos entre a Binacional e os agricultores durante o processo de desapropriação da área marginal ao então Rio Paraná. Este tema encontra-se amplamente discutido em GERMANI, Guiomar. Os Expropriados de Itaipu. O Conflito: Itaipu x Colonos. Cadernos do Propur. Porto Alegre: URS, 1982.

Partindo da aparência, da paisagem, com o auxílio das entrevistas, questionários e referências teóricas, procuramos chegar próximo a essência das mudanças ocorridas. Isto porque o espaço, reflete as relações sociais e as mediações que permeiam essas relações, as quais se materializam num resultado: o espaço construído.

1. - O ESTADO E A IDEOLOGIA

"(...) Toda classe que aspira à dominação, (...) deve conquistar primeiro o poder político, para apresentar seu interesse como interesse geral, (...) interesse 'estranho' aos indivíduos, 'independente' deles (...)" (Marx & Engels, 1986, p.49).

A produção do espaço, é o tema que nos propusemos a abordar. A produção do espaço agrário em especial, apesar de entendermos, que ao mesmo tempo, que existe uma separação entre espaço urbano e agrário, ambos encontram-se articulados.

Esta abordagem, tem por objetivo, uma investigação mais profunda, quanto aos verdadeiros motivos das grandes mudanças, ocorridas nas últimas cinco décadas, na produção do espaço agrário do Município de Marechal Cândido Rondon, que de uma ocupação extrativista, passou à prática da agricultura de subsistência, à agricultura para exportação e mais recentemente, fundo do Lago de Itaipu.

Estas mudanças que não ocorreram por acaso, precisam ser analisadas a partir de pressupostos teórico-metodológicos que nos levem a conhecer a sua história. Queremos tentar atingir a existência desta "coisa", o seu real, o qual só é possível detectarmos, quando penetramos em suas conexões, e manifestações mais contrárias.

Assim, através da paisagem, uma manifestação superficial e aparente do espaço, mas parte dele, podemos chegar a essência deste mesmo espaço, que é o que está por detrás desta aparência.

Para tanto, procuramos subsídios em alguns autores, para

discutirmos algumas questões referentes, ao papel do Estado na produção do espaço do Município de Marechal Cândido Rondon, em especial como atuam e quais os mecanismos que utilizam para que esta construção se dê de acordo com sua conveniência, e o papel do cidadão, como trabalhador, perante o poder estatal, e o poder que ele representa - o poder político e econômico.

Neste primeiro capítulo discutiremos, a forma como o Estado através da ideologia, consegue o apoio da população de uma forma geral, para que as mudanças no espaço, ocorram conforme seus objetivos e de alguns grupos econômicos.

Isto ocorre no momento em que os interesses, tidos como coletivos, tornam-se simultaneamente individuais, em função da manutenção de uma ideologia que nega as diferenças individuais, transformando-as numa única identidade. Para que este processo ocorra, mensagens são fortemente interiorizadas, onde o sujeito ao ser levado a reafirmar sua própria identidade, afirma-se no seu lugar e nos valores, ao mesmo tempo que confirma sua inserção e participação no grupo de cidadãos brasileiros. A ideologia funciona desta forma, não como uma forma de obter um silêncio das consciências, mas como "um meio de instaurar um acordo sobre os significados globais" (Ansart, 1978, p.212).

Assim, para a efetivação deste processo, "a ideologia dominante constrói a imagem de uma sociedade integrada, de uma totalidade equilibrada, (...) disfarça precisamente as oposições, as resistências potenciais, o incompleto da totalidade" (Ansart, 1987, p. 210).

Esta função ideológica é necessária, para que o Estado se

apresente como representante dos interesses de todos, como instância universal, na medida mesma em que ele é a expressão de contradições reais, mas sob o modo do consenso. Este papel integrador do Estado, tem como objetivo mascarar a subordinação exercida sobre todo corpo social, para assim permitir a reprodução das relações de exploração, e da acumulação de capital.

É, o Estado, segundo Marx e Engels (1986), a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante, fazem valer os seus interesses comuns, através de instituições que, mediadas pelo Estado, adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei baseia-se no livre arbítrio.

É neste sentido, que Carnói (1988), vê no Estado um mediador das contradições, entre indivíduos e a comunidade. Para o autor, o Estado é "uma resposta à necessidade de mediar o conflito de classes e manter a 'ordem', uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia" (p.69).

Desta forma "ao aparecer como mediação, ele (o Estado) se realiza como estrutura de apropriação e dominação, em sua existência política e econômica" (Ianni, 1989, p.240).

Para Marx e Engels, o Estado surge da contradição entre o interesse de um indivíduo e o interesse comum de todos os indivíduos. A comunidade se transforma em Estado. Um Estado aparentemente divorciado do indivíduo e da comunidade mas, na realidade articulado com determinados grupos. Grupos, que no moderno Estado capitalista representam uma elite econômica: a burguesia.

O Estado passa a ser então, uma "forma de organização que

esta burguesia necessariamente adota, para fins internos e externos, para a garantia mútua de sua propriedade e interesses" (Marx e Engels, apud Carnoy, 1964, p.78).

Mas, isto não quer dizer que o Estado seja um complô de classe, ele evolui no sentido de mediar as contradições, entre os indivíduos e a comunidade e, uma vez que a comunidade é dominada pela burguesia, assim o é a mediação pelo Estado.

Desta forma, o Estado, como instrumento da classe dominante, é determinado pelas exigências do modo de produção vigente e, conseqüentemente, dominado pelo poder econômico maior. Assim, a classe econômica dominante, consegue influir nas medidas estatais, de modo que os interesses das outras classes sociais sejam subjugados a ela.

Gramsci, ao adotar a noção de Marx (1986), sobre a hegemonia burguesa na sociedade civil, enfatizou de forma mais aguda o papel da superestrutura⁴ na perpetuação das classes, e na preservação do desenvolvimento da consciência de classe. Para o autor (1983), o bloco dominante precisa subordinar as outras classes às exigências do processo produtivo, mas como isto não pode ocorrer "baixando decretos", há necessidade da classe dominante, como classe hegemônica, promover uma permanente transformação de valores e de costumes morais na sociedade civil. É na sociedade

⁴ Portelli (1987), analisa na obra Gramsci e o Bloco Histórico, o pensamento gramsciano sobre as relações entre a estrutura sócio-econômica e a superestrutura política e ideológica. Para Gramsci a importância do Estado está enraizada na estrutura de classe, definida e vinculada às relações de produção. Tanto é assim, que para ele, não há separação da superestrutura em relação à estrutura, mas uma relação dialética.

civil que a hegemonia é exercida, e que os termos das relações de estrutura e de superestrutura são decididos.

"O Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais governa" (Gramsci, apud Carnoy, 1971, p.244).

Um consentimento entre classes subordinadas, que nem a força, nem a lógica capitalista pode explicar. Um consentimento que reside no poder da consciência e da ideologia. Uma ideologia que encontra-se em todo lugar, sob diferentes formas e, constitui-se num organismo de movimento contínuo, capaz de absorver e transformar culturalmente a sociedade inteira.

Gramsci não vê a hegemonia da burguesia apenas limitada à sociedade civil, mas também presente no Estado. A hegemonia, portanto, está em todo lugar na sociedade capitalista, ela faz-se presente em todos os momentos, apenas distinguindo-se pela forma como se apresenta.

A hegemonia precisa de estratégias para conseguir expressar-se na sociedade. Para tanto cria-se um conjunto de instituições, ideologias, práticas e agentes, que abrangem a cultura dos valores dominantes. A partir daí, o Estado traduz-se numa tentativa constante das classes dominantes, para expandir a capacidade de reproduzir seu controle sobre o desenvolvimento da sociedade, impondo as leis burguesas como se houvesse apenas uma classe, na sociedade capitalista.

Mas esta relação "consentida" precisa ser camuflada e,

segundo Althusser (1985), este é o papel fundamental da ideologia. Ela não deve apenas representar as reais relações de produção existentes, mas também uma relação imaginária dos indivíduos, com as relações de produção existentes. Isto para que "vivendo" uma relação imaginária, a materializem através de seus atos na vida cotidiana.

Para que os sujeitos "vivam" esta relação imaginária, dentro de uma submissão ideológica, a ideologia, segundo Althusser (ibid), torna este sujeito "livre", para que assim ele "realize por si mesmo" os atos desta submissão. Desta forma o indivíduo-sujeito é levado da sujeição ideológica, à sujeição material, que o leva a consentir na forma de dominação a que ele está submetido.

Assim, a sociedade como um todo, é subjugada, de acordo com interesses maiores, que são "aprovados e aceitos" pela nação, como de "interesse geral", mas que em sua essência representam interesses da classe dominante.

Exemplo disto, são as estratégias políticas, que levam aos grandes projetos nacionais, os quais articulados a um contexto nacional, são introduzidos através da ideologia, na forma de pensar e de agir dos cidadãos, tornando-se de interesse geral da nação.

É o Estado, produzindo ilusões de tal ordem sobre as relações reais de produção, que não se apreende a necessidade que o Estado tem de reproduzir a relação social dominante. É a partir daí que se pode compreender o Estado como algo, que está ao lado e no exterior da sociedade, não se percebendo a sua verdadeira razão de ser.

Segundo Marx e Engels (1986), é justamente da contradição

entre o interesse particular e o interesse coletivo, que o Estado existe ao mesmo tempo na forma de interesse coletivo, e na qualidade de uma coletividade ilusória. É nesta luta entre interesses particulares, que constantemente se chocam com os interesses coletivos, que se dá a intervenção do Estado através de um forjado interesse "geral".

Assim, foi com o propósito de justificar o estado de desenvolvimento das sociedades mais adiantadas, e o de subdesenvolvimento das sociedades mais atrasadas, que surgiu a ideologia da modernização.

Segundo Oliven (1977), a ideologia da modernização opera através de um mito: a modernização explicando de que forma as diferenças culturais de várias sociedades, seriam responsáveis pelas suas diferenças econômicas e sociais.

A partir de dois conceitos dicotômicos: tradicional e moderno, buscam através da ideologia formas que justificam as causas do subdesenvolvimento e desenvolvimento e, para tanto, levam as pessoas a acreditar, que o fato de transformar o tradicional em moderno levará ao desenvolvimento.

Na verdade, trata-se de um tipo de enfoque, que não discute a essência do subdesenvolvimento em si, pois não discute as relações econômicas internacionais, e o papel que cada nação desempenha na economia mundial. Portanto é necessário que se distinga os conceitos de modernização e desenvolvimento.

Para Costa Pinto, a modernização além de ter transformado a máquina no símbolo da racionalidade máxima, consiste em mudanças nos padrões de consumo; de comportamento; de idéias; de

instituições; de valores; enquanto desenvolvimento implica em mudanças estruturais, que alteram basicamente o perfil de uma estrutura econômica social. A modernização, é um processo mais epidérmico, enquanto o desenvolvimento é um processo mais profundo (Costa Pinto, apud Oliven 1967).

Com o objetivo de camuflar o verdadeiro significado destes conceitos, e difundir a idéia de que os mesmos fundem-se, o Estado através das instituições, e obedecendo aos planos de desenvolvimento, introduz na sociedade brasileira, através de um intenso trabalho ideológico, o que em sua aparência seria "a modernização para o desenvolvimento do país".

Neste sentido, constrói-se a imagem de uma totalidade racional, que tem por objetivo o desenvolvimento do país e conseqüentemente de seus indivíduos. Dentro desta nova produção ideológica, procura-se enaltecer os benefícios, que intervenções como a modernização das práticas agrícolas, e a construção da Hidrelétrica de Itaipu produzem, ao mesmo tempo que procura-se destruir resistências criadas em função das mesmas.

Desta forma, as grandes mudanças ocorridas no espaço brasileiro e no município de Marechal Cândido Rondon em especial, fazem parte das estratégias criadas num contexto global, a partir do qual a ideologia foi utilizada como forma de levar o indivíduo à "negação do mundo real, recente ou imediato" (Martins, 1975, p.26).

Uma negação que provoca modificações na sua territorialidade, nas suas relações sócio-espaciais e de trabalho, favorecendo novas relações, incorporadas a partir desta sujeição

ideológica, e que asseguram as condições necessárias para a reprodução do capital.

É por isto que tanto para Gramsci, como para Marx e Engels, as idéias da classe dominante são as idéias dominantes de uma sociedade, portanto a força material que domina esta sociedade é a mesma força intelectual e ideológica que a domina. A classe que possui os meios de produção material a sua disposição, controla ao mesmo tempo os meios de produção mental, levando os indivíduos despossuídos a se submeterem as suas idéias.

É desta forma, que o poder econômico mantém-se no poder político, ou melhor, funde-se no poder político. Tanto é assim que as reivindicações das elites econômicas, são transformadas em universais e, as únicas racionais, tornando-se através dos aparelhos ideológicos, reivindicações em nome do "povo" ou da "nação".

Assim, quando os aparelhos ideológicos difundem a idéia, de que o aumento da produção em função da alta produtividade, eliminaria as desigualdades sociais no campo, pois todos poderiam produzir em condições iguais, e enquanto se divulga que as desigualdades do espaço urbano seriam solucionadas com a industrialização, e com a grande oferta de produtos alimentícios, estão divulgando e difundindo idéias, que visam principalmente, a reprodução da classe burguesa.

Assim como os instrumentos ideológicos, foram utilizados para que se concretizasse o processo de modernização da agricultura brasileira, também o foram quanto aos projetos hidrelétricos nacionais.

O "fazer crer" que o crescimento do Estado, e portanto dos indivíduos que deles fazem parte, seria a meta a ser alcançada a partir da construção da Hidrelétrica, também tornou-se um exemplo de como a ideologia "interiorizou" sentimentos, à fim de tornar possível este projeto. Com a "interiorização" os indivíduos ao "conformarem-se" com o sentimento imposto, reproduzem-no e devolvem-no em forma de conduta significativa: a euforia do "desenvolvimento" e para a sua efetivação a necessidade da construção da maior hidrelétrica do mundo. Assim, indivíduos ao "viverem" esta relação imaginária a materializam, através de seus atos produtivos em sua vida cotidiana. E, passam a assimilar e agir de tal forma, que favoreça a concretização destes grandes projetos estatais.

Esta euforia, calcada numa política desenvolvimentista, teve como objetivo demonstrar em sua aparência uma uniformidade de interesses, e procurou neutralizar interesses contrários, como aqueles dos agricultores ribeirinhos do então Rio Paraná, os quais seriam desapropriados de suas terras pela Binacional Itaipu.

Incluídos neste trabalho ideológico, estava a projeção de filmes, mostrando a grandiosidade da obra e o que ela representaria para o país. Tais filmes eram exibidos tanto na televisão, como no local da obra, para turistas e também para os futuros desapropriados das terras, que seriam alagadas com a formação do lago de Itaipu.

Aos futuros desapropriados de suas terras, seu meio de reprodução enquanto trabalhadores, a propaganda ideológica tinha como objetivo pressioná-los a aceitar a desapropriação, de acordo

com os moldes propostos pela Binacional. Para tanto, as instituições criadas com este fim pregavam, além da importância da usina para o desenvolvimento do Brasil, também a necessidade do sacrifício de alguns para o bem da nação. Com isto, indiretamente, pregavam igualmente que os agricultores que não se dispusessem a este "sacrifício" estariam correndo o risco de não serem considerados patriotas.

É neste processo de doutrinação em massa, que as redes de informação e comunicação representam segundo Miliband (1972), tanto a expressão de um sistema de dominação como um meio para fortalecê-lo.

As redes de comunicação e informação agem, de forma a fazer parecer que os interesses da elite dominante coincida com os interesses da sociedade como um todo. É a informação manipulada, direcionada e distorcida para que amplos segmentos da população fiquem politicamente inertes e apáticos em relação à questões que podem representar perigo à classe dominante. Isto pode ser observado, tanto na introdução de novos conceitos nas práticas agrícolas, dinamizando-se um amplo mercado consumidor, quanto na construção da Hidrelétrica de Itaipu e conseqüente formação do lago.

Acreditamos encontrar a partir destas discussões, respostas para algumas das inúmeras indagações que surgiram à medida que passamos a conviver com a paisagem agrária do município de Marechal Cândido Rondon.

2. - O ESTADO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Para Marx e Engels, as condições materiais de uma sociedade é que determina o modo pelo qual as coisas são produzidas, distribuídas e consumidas. Estas mesmas condições materiais, também determinam a base da estrutura social, e da consciência humana de uma sociedade (Marx & Engels, 1986).

Assim para Silva (1991), o espaço deve ser estudado a partir de uma determinação natural associada a determinação histórica. Estes são os reais responsáveis pelo dinamismo da matéria social e pela sua ligação contraditória com a natureza. Pois o espaço é também "produzido, obedecendo às leis do desenvolvimento da sociedade a partir de sua categoria maior - os modos de produção" (ibid., p.17).

É este espaço, que segundo a autora, é produzido de acordo com a história dos homens, história de suas relações sociais, repleta de contradições, onde o homem genérico de uma sociedade de classes, se nega e ao mesmo tempo luta em busca da superação das contradições. Este é "o devir dialético da existência humana, onde seja qual for o momento da história, está presente a luta" (ibid., p.17).

É neste processo histórico repleto de lutas que se forma o Estado. Um Estado, que segundo Marx e Engels (1986), tem suas raízes nas condições materiais de uma sociedade, onde, os homens ao produzirem a sua vida entram em relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade. Relações estas, que se traduzem em relações das forças produtivas materiais e que se constituem em seu

conjunto, na estrutura econômica de uma sociedade.

Portanto para Marx, não é o Estado que molda a sociedade, mas a sociedade que molda o Estado. Sociedade esta, que é moldada de acordo com o modo dominante de produção e das relações de produção inerentes a esse modo.

Assim sendo, só entenderemos a produção do espaço capitalista à medida que entendermos as relações dialéticas existentes na sociedade e, entre esta e a natureza. Relações sociais, que colocam em posição antagônica dois elementos: um, agente direto, o trabalhador; e o oposto, agente indireto, o capitalista; que em suas posições se relacionam através de lutas, que ao serem superadas geram novas lutas, e assim sucessivamente.

É a partir das relações sociais, que resultam na construção do espaço que tanto a natureza, quanto o trabalhador, são negados em sua essência. Um espaço onde a contradição, segundo Silva (1991), faz com que o homem trabalhador, o ser produtivo, se negue ao vender sua força de trabalho para a sua antítese, o qual comanda o processo produtivo por ser dono dos meios de produção.

Somente compreendendo esta relação entre homens e entre homens e natureza, ambos formando uma unidade ao mesmo tempo concreta e dialética, que poderemos compreender a construção do espaço no município de Marechal Cândido Rondon em sua essência, como uma totalidade repleta de "conflitos, contradições, mediações que se articulam num processo incomensurável, interminável" (ibid., p.20).

Para tanto o espaço geográfico

"precisa ser compreendido segundo uma concepção de totalidade. Ele é constituído de momentos, de totalidades mais abrangentes, que se articulam com a totalidade global, infinita. As totalidades, os momentos do espaço geográfico expressam o movimento dialético da matéria natural e social e suas determinações específicas em termos de tempo e lugar. Cada um destes momentos guarda peculiaridades próprias de acordo com os fatores tempo (histórico) e lugar e se manifestam na paisagem de forma diferenciada obedecendo às determinações gerais e particulares da sociedade" (ibid., p.20).

São estes momentos, que fazem parte de uma totalidade mais abrangente, a qual se articula com uma totalidade global. É neste sentido, que a produção do espaço, se dá segundo uma dinâmica que vai além das dinâmicas dos lugares, que dentro de um movimento maior, influi nas peculiaridades próprias de cada espaço, tornando-o ao mesmo tempo não espacial. Isto porque, as determinantes que influem na produção e reprodução de um espaço, não encontram-se enquadradas em um lugar específico da sociedade capitalista, mas em determinações mais gerais, numa "lógica contraditória a qual produz espaços heterogêneos, desiguais e contraditórios"(ibid., p.24).

Tais espaços representam, segundo Kosik (1989), partes que se encontram em relação de interna interação e conexão entre si, e com o todo e, também representam, as diferentes espacialidades, em função das várias formas de articulação deste "todo" com cada uma de suas "partes". Isto porque não existe espaço isolado, e nem capital isolado, ambos estão vinculados a um contexto mundial bem mais amplo, e situam-se dentro de uma unidade espacial, que é ao mesmo tempo não espacial, porque ao mesmo tempo que encontra-se em determinado lugar, encontra-se simultaneamente

em outros lugares.

Mas, então, por que os espaços não são homogêneos se são "partes" de um "todo"?

Não o são, porque de acordo com o processo histórico, e a diversidade de cada espaço, o "todo" relaciona-se com cada "parte" de forma diferente. Assim, a produção do espaço de forma desigual, representa ao mesmo tempo e contraditoriamente, formas de manifestações locais, de questões mais globais.

É nesta interação de diferenças espaciais, provocada quer pela diversidade, quer pelos processos produtivos, que as políticas estatais direcionam as atividades econômicas, dentro de uma lógica capitalista, voltada à maximização dos lucros.

Partindo do pressuposto, que a produção do espaço dá-se concomitantemente à produção dos homens, e que esta produção ocorre em vários momentos, como no da produção, no da troca e circulação, no do consumo, entre outros, e que, estes momentos não ocorrem em um espaço delimitado, mas extrapolam fronteiras comunitárias, municipais e até países e continentes, entendemos que na produção do espaço estes momentos também fazem-se presentes, interferindo de várias maneiras.

Assim, da mesma forma que a reprodução do capital submete a produção e reprodução do homem trabalhador, também submete o espaço. Espaço que representa vários momentos e vários espaços ao mesmo tempo, e que espelha o resultado da produção: "edificações para fins produtivos, para reprodução dos capitalistas e da força de trabalho, ou para serem ocupados pelos diversos fins institucionais privados ou públicos do estado burguês" (Silva,

ibid., p.26).

Desta forma, ao mesmo tempo que ocorre uma produção, em uma das totalidades espaciais ligadas a um circuito produtivo mais amplo, está ocorrendo também a realização de mercadorias, produzidas em outras totalidades espaciais. Mercadorias que integradas ao mesmo circuito de produção, circulação e distribuição a partir do processo de trabalho, interagem-se, intrelaçam-se em determinado momento em uma e em várias localidades ao mesmo tempo. É assim que ocorre a articulação entre todos os momentos do espaço geográfico. Aí, portanto a não-espacialidade do espaço geográfico, segundo a autora.

A não-espacialidade pode apresentar vários reversos, que são incentivados ou mantidos pelo Estado em função de interesses econômicos e políticos que o mesmo tem para com este ou aquele espaço. É neste sentido que segundo Gramsci, a estrutura estabelece parâmetros à superestrutura, de uma forma a não separá-las, mas estabelecendo uma "relação dialética entre ambas" (Carnói, 1988, p.102).

Esta "relação dialética entre ambas", ocorre ao nosso ver, porque a superestrutura é uma parte da estrutura e a estrutura por sua vez, também está na superestrutura. Para exemplificar, é só analisarmos a forma como a política dos grandes projetos estatais estão articulados aos interesses da classe dominante, ao mesmo tempo que, é em função destes interesses econômicos que se desenvolvem as grandes estratégias políticas. O que ocorre é que as superestruturas "ajustam" a sociedade às necessidades das estruturas, para que estas superem e mantenham-se sempre em

movimento.

A classe econômica dominante, ao obter um controle especial sobre o trabalho, no processo de produção capitalista, estende igualmente seu poder ao Estado e outras instituições, traduzindo-se numa sociedade de classes dominada pela burguesia e pela política de dominação do Estado. Uma política que em sua essência não se apresenta neutra, ou acima dos conflitos de classe, ao contrário, encontra-se profundamente envolvida neles.

O envolvimento que acontece, no momento em que ocorre a intervenção do Estado no conflito entre classes, o que é vital como meio de dominação da classe burguesa. Tal fato ocorre, porque na maioria das vezes, os interesses das várias classes sociais são divergentes, então o Estado não podendo ser o curador comum, lança idéias tidas como que de "interesse nacional". É uma forma de legitimar a dominação da classe privilegiada aos próprios olhos, e principalmente perante as classes subordinadas.

Segundo Ianni (1989), o Estado é uma forma de converter as relações de produção em relações de dominação, em favor de uma burguesia que se infiltra no aparelho estatal ou que procura fazê-lo operar em seu benefício.

Mesmo agindo em interesse da classe dominante, subordinando todos os outros interesses aos dessa classe, o Estado não consegue acabar com o antagonismo das classes inerentes à sociedade capitalista. Ao contrário, no entender de Ianni, este mesmo Estado, revela-se como a expressão mais acabada da estrutura social.

Este antagonismo de classes é que gera diversas formas de

luta, as quais produzem dentro de um movimento social, a superação destas mesmas luta e o aparecimento de outras, as quais serão novamente superadas, e assim sucessivamente. É deste movimento contínuo de sucessivas lutas e superações que a sociedade mantém-se viva e, produz espaço.

Inserido nesta luta está o papel da ideologia quando o indivíduo é levado da sujeição ideológica à sujeição material, a qual é vital para a reprodução das relações de produção. Sem a utilização destes instrumentos ideológicos, que levam à sujeição ideológica e material, tornar-se-ia bem mais difícil efetivar processos de interesses estatais, como estes que estamos analisando: a mecanização da agricultura e a construção do lago de Itaipu.

Assim, o Estado, em sua aparência, está acima dos interesses da sociedade civil, portanto preocupado acima de tudo em servir a nação, e para tanto exige a sujeição dos interesses e das reivindicações individuais, para o bem supremo de todos. Mas, em sua essência, representa acima de tudo e de todos, um consenso nacional, onde os interesses da classe dominante são impostos à sociedade como um todo, de tal forma que assegure as condições ideológicas necessárias a reprodução do capital.

É por isto que para entendermos o processo das mudanças ocorridas no uso do solo agrícola em Marechal Cândido Rondon, precisamos considerar os pressupostos já colocados, e discutir como ocorreu a articulação deste espaço aos interesses nacionais e até internacionais.

Primeiramente é necessário se ter em mente, que as

mudanças ocorridas no espaço agrário do município em estudo, estiveram articuladas a criação do I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico, entre os anos de 1972 a 1974 e o II PND entre os anos de 1975 a 1979, os quais procuraram além de priorizar a expansão das "fronteiras econômicas" do país, centrar esforços no sentido de ampliar o crescimento, em especial, daqueles setores que pudessem contribuir decididamente para o aumento das exportações.

Mas para que possamos entender, por que estes planos econômicos brasileiros, passaram a priorizar produtos agrícolas como a soja e o trigo, é necessário que façamos um breve comentário, sobre a difusão deste produto no mercado mundial.

A difusão do consumo da soja, ocorreu de forma similar a difusão do consumo do trigo. Em ambos os casos os Estados Unidos, com o objetivo de colocar-se em posição hegemônica, econômica e politicamente frente a outros países, introduz e consolida novos padrões alimentares. Da mesma forma que ocorreu com o trigo, onde amplas populações de diferentes países, passam a adotar o consumo do trigo, em detrimento de outros farináceos que até então faziam parte dos seus hábitos alimentares; a substituição da proteína animal pela proteína vegetal - derivados da soja - na alimentação humana⁵, cria uma nova necessidade até então desconhecida.

Assim, através de uma aliança entre o governo dos Estados Unidos da América, indústrias e produtores rurais daquele país, criou e consolidou-se o padrão de produção e consumo do trigo e da soja. Após aceito nos Estados Unidos, governo e grupos

⁵ - Entre os derivados da soja, destacamos num primeiro momento, a difusão do consumo do óleo de soja.

econômicos norte-americanos decidiram "exportar" e impôr este mesmo padrão. Isto ocorreu primeiramente com a Europa e posteriormente com demais países, os quais por não plantarem trigo e soja ficaram dependentes de importações norte-americanas, o que abriu para os Estados Unidos um amplo e confortável mercado consumidor. Um mercado que em função da demanda, provocou uma elevação nos preços destes produtos no mercado mundial.

É pois, dentro deste contexto que o Estado Brasileiro, obviamente articulado à economia mundial, desenvolveu políticas que promoveram a expansão dos cultivos do trigo e da soja em meados dos anos 60 e mais expressivamente durante a década de 1970. Com os novos produtos agrícolas, criaram-se novas formas de reprodução das relações de produção, e novas formas de produzir o espaço agrário no município de Marechal Cândido Rondon.

A introdução do cultivo do trigo, com o objetivo de diminuir as importações, e da soja para exportação, foi um exemplo marcante de como ocorreu a articulação entre Estado-ideologia-capital. Uma articulação que promoveu a modernização da agricultura no oeste paranaense, efetivado principalmente em função das necessidades do capital industrial, instalado recentemente no país: promover a venda de insumos e máquinas agrícolas e a compra de produtos agrícolas, através da troca.

Outro exemplo mais recente, da década de 1980, foi a construção da Hidrelétrica de Itaipu, que representa em primeiro plano, o abastecimento energético de conglomerados industriais nacionais e internacionais, situados nas áreas industriais do sudeste brasileiro.

Os exemplos acima citados mostram como o Estado cria, através das instituições, condições para que a reprodução e a acumulação do capital industrial e financeiro se concretize, resultando em estratégias e valores impostos, a fim de serem interiorizados, levando ao processo de doutrinação em massa que conduza a uma maior racionalidade.

Afinal, segundo nossos governantes

"não se faz, não se opera a modificação de um país sem que haja também uma nova mentalidade, a mentalidade para o desenvolvimento, a mentalidade do grande país" (Oliveira J.K., apud Ianni, 1962).

Dentre as estratégias para consolidar o processo de modernização da agricultura brasileira, o Estado durante a década de 1970, como parte de uma economia global, desenvolveu uma política de incentivo à instalação de subsidiárias das grandes corporações transnacionais. Corporações que a partir da Segunda Guerra Mundial passaram a controlar o mercado mundial através da crescente concentração do capital e da fusão entre capital bancário e industrial.

Assim, estas subsidiárias passaram a representar o grande elo entre a revolução tecnológica agrícola, e a difusão de determinadas formas de consumo. Um elo que incentivou o pequeno agricultor do município de Marechal Cândido Rondon, assim como outros de todo o país, ao crescente uso de máquinas, implementos, equipamentos e insumos modernos.

Mas, as estratégias não pararam por aí. Elas ampliaram-se à medida que o Estado, como mediador do processo de modernização das atividades agrícolas, foi pressionado a fazê-lo. Isto ocorreu

quando o pequeno agricultor, estimulado pelo trabalho ideológico a consumir produtos industrializados, achava-se sem recursos econômicos para tal. Neste caso o Estado, através das instituições financeiras, como os bancos oficiais, criou uma política creditícia de financiamentos agrícolas, a qual teve por objetivo facilitar um consumo cada vez maior de máquinas, implementos e insumos agrícolas.

No entanto, foram os complexos agroindustriais que se transformaram nos maiores aceleradores das mudanças ocorridas na atividade agrícola. Estes, portadores de uma tecnologia gerada em outros países, penetram maciçamente em nosso país, passaram a controlar a pesquisa, e disputar fatias cada vez maiores no mercado brasileiro.

Articulado às estratégias das agroindústrias, o Estado através dos órgãos estatais, tornou-se o maior incentivador na compra de produtos que resultaram na modernização das atividades agrárias. Ambos, promoveram um grande consumo de insumos, sementes e máquinas agrícolas, através dos planos de modernização e orientação técnica, e de facilidades nos financiamentos.

Esta, transformou-se em mais uma das táticas que a burguesia criou, apelando ao governo, no sentido de estimular o desenvolvimento de novas técnicas e reformular as existentes, de maneira a favorecer, orientar e acelerar o desenvolvimento das forças produtivas em proveito próprio.

Assim, a inserção da atividade agrícola dentro de um modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital, teve como meta central a produção agrícola, principalmente para o mercado

externo. A ação estatal permitiu prioritariamente, a manutenção de baixos custos na reprodução da força de trabalho urbano e, aumentar as divisas através das exportações, para assim manter as importações de bens necessários à expansão industrial.

É por isso que o Estado, ao se configurar como instrumento de coordenação e ação, em todas as esferas da economia, e tendo em suas mãos todas as possibilidades reais de transformação e expansão das forças produtivas, procura dentro de um sistema de apropriação e dominação, ordenar, reordenar e estimular tudo o que diz respeito à relação entre os homens.

Com este objetivo de controle dos pequenos proprietários agrícolas que o Estado promove o incremento do cooperativismo. Os pequenos agricultores incentivados pelo apoio técnico, assistência social, uso de crédito público e centralização da produção, são levados a acreditar que a cooperativa transforma-se na solução para os seus problemas, quando na verdade ela também elimina discursos de confronto e de interesses diferenciados dentro da cooperativa. Ela representa uma forma estatal que, em sua aparência, introduz serviços de apoio a este pequeno produtor, e, em sua essência, funciona como mecanismo de controle e integração ideológica da população rural.

Isto ocorre, porque as cooperativas são na realidade, um mecanismo através do qual o Estado disciplina o pequeno produtor, tanto no uso do crédito e insumos modernos, como na sua organização que se torna fácil de ser manipulada, pela própria tendência das direções das cooperativas que, por desvincularem-se das bases ou devido aos mecanismos materiais e legais dependem do Estado.

Concomitante à criação do cooperativismo, e como parte indispensável à efetivação do processo de modernização das práticas agrícolas, criou-se a partir de 1965 o Sistema Nacional de Crédito Rural, que estabeleceu normas para que bancos particulares⁶ pudessem aplicar seus recursos no crédito agrícola, como os bancos oficiais já o vinham fazendo.

É através do crédito agrícola que o Estado a serviço do capital, se transformou no maior impulsionador do processo de modernização das forças produtivas, em particular da mecanização da agricultura⁷.

Somente a partir deste processo de modernização, que a atividade agrícola passou a contribuir de forma cada vez mais eficaz, para com a expansão das exportações e consequente transferência de excedentes da área agrícola, para as atividades industriais.

O incremento acelerado e constante dos excedentes agrícolas, adequado a uma economia industrial em expansão como a brasileira, implicou numa revolução das forças produtivas. Tal fato ocorreu porque a expansão da valorização do capital industrial fundou-se no próprio incremento da produção agrícola, através de

⁶ Com a criação do "Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965, estabeleceu-se que os bancos particulares deveriam aplicar 10% dos seus depósitos no crédito agrícola, ou canalizá-los junto ao Banco Central com juros de 7% ao ano" (Sorj, 1980, p.86).

⁷ Segundo Sorj (1980), a característica central do crédito rural era a de concedê-lo a juros negativos, formando-se desta forma um mecanismo indireto de transferência de parte da massa de mais-valia controlada pelo Estado para o setor agrícola. A exemplo podemos citar que o crédito oficial para a agricultura em 1976 foi oferecido a uma taxa de juros de 15% ao ano, numa economia onde a inflação foi de 46% ao ano.

aumentos de produtividade e da criação de um mercado, necessário para a sua realização: o crescente consumo de insumos e maquinaria moderna.

O favorecimento do Estado à implantação da agroindústria ocorreu de forma multifacetada, tanto através de facilidades especiais à sua implantação como indiretamente através de subsídios ao consumo de seus produtos. O Estado chegou por vezes a subsidiar mais da metade da maquinaria agrícola, o que significa que de forma camuflada estava subsidiando o incremento dos complexos agroindustriais.

Desta forma o suporte dado à agroindústria passou a ser o centro de atuação do Governo e órgãos federais, para integrar cada vez mais, a atividade agrícola à dinâmica da expansão capitalista.

Através da intervenção maciça do Estado rompeu-se com o antigo padrão de expansão agrícola, fundado no uso extensivo de terra e força de trabalho, para assim viabilizar o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura brasileira. O crédito agrícola permite capitalizar certos grupos de pequenos e médios produtores, além de modernizar a grande propriedade.

Para que se concretizasse esta promoção às atividades da agroindústria, o Estado pôs em ação todo o conjunto das suas instituições tais como: órgãos de financiamento e de pesquisa à agricultura, os quais, ligados à promoção e apoio a produtos

específicos - por exemplo a soja e o trigo⁸ -, promoveram igualmente a utilização de insumos e maquinarias modernas.

Na verdade, a modernização das práticas agrícolas, assim como a criação de cooperativas e de crédito agrícola, foram medidas que fizeram parte de uma estratégia de grupos econômicos dominantes. Estes visavam, além de um "fortalecimento" da pequena produção, para que esta desempenhe a função de abastecimento do mercado interno e de parte do mercado externo, formas de possibilitar a reprodução do grupo dominante, enquanto grupo hegemônico.

Mas ao mesmo tempo, em que as políticas agrárias foram direcionadas a um crescente estímulo direto e indireto às exportações, com incentivo também à expansão agropecuária, estas mesmas políticas agrárias levam a uma contradição.

Uma contradição que levou grandes extensões de áreas, como no caso do município em estudo, a eliminação da produção de produtos alimentícios tradicionais, ou a sua marginalização. Isto ocorreu devido a introdução de novos produtos, que visavam a comercialização em grande escala e a exportação. Como exemplo temos a substituição do plantio do feijão, do arroz, da batata inglesa e outros, pelo plantio da soja.

A construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu, deu-se com uma contextualização econômica semelhante a da mecanização da agricultura. Isto é, ela não aconteceu isolada de toda uma política

⁸ Prioritariamente, a soja passa a ser o carro chefe da pauta das exportações agrícolas brasileiras, em função de um aumento na demanda do produto, principalmente no mercado europeu.

de Estado, preocupada em criar condições favoráveis, ao desenvolvimento do processo acumulativo no país.

Com a construção da Hidrelétrica de Itaipu, o Estado assumiu a responsabilidade da construção de uma obra de infraestrutura, que favorecia as condições gerais de produção através da geração de energia - vital para a reprodução do processo produtivo.

Tanto é que, a sua construção aconteceu na década de 1970, quando o I e II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social tinham como meta principal proporcionar condições favoráveis ao "desenvolvimento" do país. E, para tanto, a estratégia adotada foi uma clara opção pelo grande empreendimento, a partir de capitais privados nacionais e estrangeiros, trazendo em sua essência estímulos governamentais de todo tipo, além de investimentos de infra-estrutura.

Como parte de um "pacote estatal" que visava dotar o país de infra-estrutura, para assim garantir a entrada e expansão de capitais industriais, ocorreram simultaneamente a construção da Binacional Itaipu, a construção de outras hidrelétricas.

À fim de que se compreenda melhor as estratégias criadas pelo então governo militar, para que a construção destas hidrelétricas se concretizassem, selecionamos comentários de alguns autores sobre algumas hidrelétricas, construídas durante este período. Através destes breves comentários, a respeito das estratégias montadas com o objetivo de que a construção das mesmas se efetivassem, é possível observarmos uma das várias formas que o Estado usa para intervir na construção do espaço, e na vida das populações destas áreas.

A Usina Hidrelétrica de Sobradinho, construída no Rio São Francisco, com início em 1972 e fechamento das comportas em 1977, portanto anterior à Itaipu, representou à população ribeirinha, problemas que até hoje não se resolveram. A CHESF (Centrais Elétricas do São Francisco), ao expulsar 72.000 pessoas, e inundar com a formação da represa 4.214 Km² de terras férteis, não tinha qualquer plano de realocação e reassentamento, destes pequenos agricultores que viviam na área. A construção da obra, além de não ter sido discutida, entre a população atingida e a CHESF, provocou em pleno período de ditadura militar, a invasão das roças e a expulsão da população ribeirinha.

Expulsão esta, que determinou a destruição da base física, sobre a qual se estruturava todo um sistema de produção, em função das relações que os pequenos agricultores mantinham, com o Rio São Francisco.

Assim, o enchimento do reservatório de Sobradinho, provocou a inviabilização na continuidade de sua reprodução como o vinham fazendo durante séculos: o aproveitamento da fertilidade dos "lameiros", a umidade das roças de chuva, e a pesca abundante nas lagoas formadas pelo Rio São Francisco. Uma reprodução que estava até então articulada a constituição de tempo e espaço, onde o rio assinalava "as épocas do ano, os momentos oportunos para as comemorações religiosas, e a distância/proximidade em relação à sua borda" as quais eram utilizadas para estabelecer as "hierarquias no interior do espaço" (Sigaud, 1992, p. 21).

Em convênio com o INCRA, a CHESF apresentou à população de atingidos que resistiam sair de suas terras, duas alternativas:

o reassentamento em Serra do Ramalho, 700 Km distante de Sobradinho, ou o pagamento de passagem para a cidade de São Paulo. Mas, com a recusa dos trabalhadores agrícolas a Companhia viu-se, às vésperas do avanço das águas, às voltas com a necessidade de providenciar núcleos de reassentamento. Núcleos estes, que com o passar dos anos e a contínua insistência destes trabalhadores em permanecer no local, resultaram no recebimento de lotes de terra de 10 hectares em média, dos quais apenas 40% estão ligados diretamente ao lago. Isto levou ao abandono de parte destes lotes, e ao uso de diferentes estratégias para a obtenção do acesso à borda do lago, entre elas "através da rede de parentesco, através de mecanismos de compra e venda, e através da ocupação de áreas disponíveis" (Sigaud, 1992, p.26). Isto porque a proximidade da borda viabiliza não apenas a irrigação, mas o acesso à vazante do lago.

Com as modificações ocorridas na área do reservatório de Sobradinho, a retomada no processo produtivo exigiu dos pequenos agricultores que ali viviam, uma mudança significativa na sua vida cotidiana. Com a perda das terras próximas ao rio, e de parte das cabeças de gado - o que constituía uma importante reserva-, o pequeno agricultor descapitalizado, passa, com a introdução da irrigação, a ficar subordinado aos bancos, ao mercado de insumos, e ao mercado nacional de produtos comerciais, além da agroindústria. Isto porque com as novas relações mantidas com o setor bancário e comercial, a introdução de cultivos comerciais como a cebola e a mamona, tornaram-se necessários à sua reprodução enquanto trabalhadores agrícolas.

Neste sentido estes trabalhadores agrícolas, ficaram mais vulneráveis que no passado: hoje, o insucesso na colheita pode significar a perda do único patrimônio de que dispõem: o lote dado como garantia ao banco.

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí, construída pela ELETRONORTE no Rio Tocantins, entre 1975 e 1985, inundou quatro municípios e vários povoados, expulsando mais de 5.000 famílias de suas terras, de suas casas, e alterando todo o seu modo de vida. No final de 1981, quando a ELETRONORTE já estava dando por concluída as indenizações, as quais representavam uma pequena ajuda em dinheiro, para que a população saísse por conta própria da área a ser inundada, sem nenhuma política de realocação, foi criado o Movimento dos Expropriados pela Barragem de Tucuruí.

A partir daí vários acampamentos foram realizados, com o objetivo de pressionar a ELETRONORTE a cumprir promessas feitas em 1978, tais como "justas indenizações, lotes rurais para todos, e casas melhores do que as existentes em toda região" (Vianna & Araújo, 1989, p.10).

Mas os problemas não atingiram somente os indenizados por Tucuruí. Com o fechamento das comportas surgiram problemas também para a população que vivia à jusante da barragem.

Assim, apesar de todos os problemas que permaneceram, a ELETRONORTE considera a "experiência Tucuruí" um sucesso. Entre os maiores problemas destacam-se:

"(...) a realocação não concluída, lotes de apenas 50 ha, falta de assistência médica, a proliferação de mosquitos, a péssima qualidade da água, a morte de acaizais e do cacau de várzea, a escassez de peixes à jusante e a grande

incidência de doenças" (ibid., p.12).

Na Usina Hidrelétrica de Itaparica, construída no Rio São Francisco, com o fechamento das comportas em 1988, foram inundados parte de sete municípios e expulsas 40.055 pessoas, inundando uma área de 834 Km². Somente após várias reuniões, iniciadas em 1979, acompanhadas de denúncias de morosidade e descaso, e muitas negociações, iniciou-se em 1987 a aplicação de um acordo que previa: terra para irrigação, casas para morar, terra para o criatório, assistência médica, 1,5 salários mínimos até o início da produção, indenização justa e, participação efetiva dos trabalhadores nas decisões de reassentamento.

Mas este acordo não encerrou os problemas. Após 1987, várias foram as manifestações que ocorreram para apressar a concretização do estabelecido, conseguindo a assinatura do acordo após muita pressão dos desapropriados, pois à CHESF o que interessava era a desocupação da área do reservatório, deixando os problemas causados pela barragem sem solução.

Das várias usinas hidrelétricas projetadas para a bacia do Rio Uruguai, a Usina Hidrelétrica de Itá parece ter adquirido, características um pouco diferente das demais, após a organização dos atingidos. Através de pressão, os atingidos conseguiram acordar com a ELETROSUL, as principais reivindicações do movimento. Dentre estas reivindicações estava "um plano de reassentamento garantindo terra, casa, benfeitorias de apoio, água, luz e benfeitorias comunitárias. Tudo isto antes do início da obra principal (muro da barragem)" (ibid., p. 27).

Nos demais locais onde há previsão da ELETROSUL, para a construção das demais usinas hidrelétricas, que prevê atingir 40.000 famílias, basicamente de pequenos proprietários, há uma luta permanente contra a construção destas obras.

Pudemos observar, através das leituras realizadas, que durante a projeção da obra, e a construção das hidrelétricas, deram-se além das pressões para com os desapropriados, um intenso trabalho ideológico, com o objetivo de convencer a todos de que os projetos energéticos são essenciais ao "desenvolvimento" do país, mesmo que para isto "alguns" sejam prejudicados.

Esta também foi a forma encontrada pela Binacional Itaipu para que um projeto de tamanha envergadura se transformasse em realidade. Com isto os motivos apresentados sempre revelavam o que a obra representaria para o país em sua aparência, deixando os verdadeiros motivos, a sua essência, para serem discutidos nos gabinetes dos representantes da nação.

Desta forma, problemas estratégicos e geopolíticos não foram apresentados à nação para que ela também decidisse sobre eles. Eles mantiveram-se camuflados para a população de um modo geral.

Deste modo, em sua aparência o Projeto Binacional Itaipu representou acima de tudo o aumento no suprimento energético nacional. Segundo dados⁹, a Itaipu foi responsável, no ano de 1994, pela produção de um terço de toda energia elétrica consumida nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e por 80% da energia consumida

⁹ Conforme jornal O Paraná (Cascavel-PR) de 15/01/95, página 07.

pelo sócio no empreendimento binacional, o Paraguai.

Uma energia gerada numa Bacia Hidrográfica que abrange cerca de três milhões de quilômetros quadrados, a Bacia do Rio Paraná. Seu rio principal possui a partir de seus formadores Paranaíba e Grande, quatro mil quilômetros de extensão. É devido a vazão e extensão de sua bacia que o Rio Paraná é considerado um dos maiores rios do planeta.

A área do Projeto que possibilitou a construção da maior hidrelétrica do mundo com potência instalada de 12.600 MW entre o Brasil e o Paraguai é de 820.000 quilômetros quadrados e teve como ponto central o Rio Paraná. Esta área estende-se desde Guaíra(PR), ao norte, até Foz do Iguaçu(PR) / Ciudad Presidente Stroessner¹⁰ (Paraguai) ao Sul, numa extensão aproximada de 190 quilômetros, segundo dados da Binacional Itaipu.

A disposição para o levantamento dos recursos hidráulicos do Rio Paraná, que culminaram com a construção da Binacional Itaipu, tiveram início em 1966 quando os Ministros das Relações Exteriores de ambos países assinaram a declaração conjunta que se tornou conhecida como "Ata de Iguaçu".

Em 1967, os governos dos dois países instituíram a Comissão Técnica Brasileiro-Paraguaia e, em 1970 celebraram o "Convênio de Cooperação" entre a Centrais Elétricas Brasileira S/A - ELETROBRÁS- do Brasil, e a Administración Nacional de Eletricidad - ANDE- do Paraguai. Neste convênio foi previsto a formação de um COMITÊ EXECUTIVO, que sob a supervisão da ELETROBRÁS e da ANDE,

¹⁰ Com a saída do poder, do presidente paraguaio Stroessner, a denominação mudou para Ciudad del Este.

passou a exercer o controle administrativo e técnico, de um estudo que avaliaria as potencialidades técnicas e econômicas, do aproveitamento do potencial hidrelétrico do trecho fronteiro do Rio Paraná.

Após concluído o trabalho técnico, foi assinado em 23 de abril de 1973, o Tratado entre o Brasil e o Paraguai para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos do Rio Paraná pertencentes em condomínio aos dois países desde, e inclusive, o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guaíra até a Foz do Rio Iguaçu. Também neste tratado foi criada uma Entidade binacional denominada ITAIPU, hoje conhecida como Binacional Itaipu.

Segundo a Binacional Itaipu, a duração da obra, iniciada em 1975, contou com o desvio do Rio Paraná, para possibilitar a construção da barragem principal, da casa de força, além das barragens e do vertedouro. A formação do reservatório ocorreu em setembro de 1982 e alagou um território de 1.350 quilômetros quadrados. Destes, 780 quilômetros quadrados em território brasileiro e 570 quilômetros quadrados em território paraguaio, limitando a área de desapropriação até 200 metros, em média, além da curva de nível da cota 225 metros acima do nível do mar.

À fim de conhecermos melhor as questões que não foram discutidas abertamente, selecionamos alguns autores que abordam além da já citada, outras razões, principalmente as geopolíticas, que levaram à concretização desta gigantesca obra:

- Um problema de limite fronteiro ainda não estava bem definido entre o Brasil e o Paraguai, e a construção de uma hidrelétrica e conseqüente formação de um lago, poderia tornar a

região neutra e assim resolver a questão, pois as terras em litígio passariam a se situar sob o lago de Itaipu (Pereira, 1974).

- Tanto o Brasil quanto o Paraguai, tinham no poder governos autoritários, que ali se mantinham sob pressão e coação. O acordo binacional não seria uma forma de unir estes dois governos autoritários, para que assim se mantivessem por mais tempo no poder? Na verdade, o apoio brasileiro ao Paraguai, nunca foi tão forte e claro, como passa a ser a partir de então (Laino, 1979).

- Laino (ibid.), também defende a idéia de que uma das causas da construção da Hidrelétrica de Itaipu, poderia ser a de uma marcha rumo ao oeste, o que levaria o expansionismo brasileiro, até as fronteiras nacionais de numerosos países latino-americanos.

Laino fundamenta-se no fato de que a partir do início do processo de modernização da agricultura, grande parte de trabalhadores agrícolas brasileiros, ao serem expropriados de suas terras no Brasil, procuraram terras na República do Paraguai.

A "invasão" de agricultores brasileiros expropriados ocorreu a partir da década de 1970, em função primeiramente das consequências da imposição de um modelo tecnológico internacional, onde o processo intenso de acumulação e a concentração de riquezas, não lhes deixa outra saída a não ser continuar a sua reprodução, enquanto trabalhadores agrícolas no vizinho país. Secundariamente, fatores como a fertilidade do solo, a abundância de águas e a possibilidade de expansão na área, do cultivo da soja também contribuíram para esta emigração. Reflexo deste fato é o acréscimo de 300% nas exportações agrícolas paraguaias na década de 1970, cultivadas principalmente na área oriental da República do

Paraguai: local onde houve o assentamento destes brasileiros.

Esta forma de expatriar trabalhadores agrícolas brasileiros, a partir do processo de mecanização da agricultura e da construção da Hidrelétrica de Itaipu, levou à realização de um projeto do Estado brasileiro. Projeto este, que visava manter a segurança nacional e impregnar a ideologia da consciência nacional com a ocupação dos "espaços vazios", o que levou conseqüentemente à intervenção na soberania dos países que fazem fronteira com o Brasil.

- Outro motivo, segundo Pereira (1974), para se construir a Hidrelétrica de Itaipu era a grave crise energética prevista já no governo de João Goulart. Na época, a paralisação das fábricas e conseqüente queda de produção já causava descontentamento por parte dos capitalistas industriais, os quais através de pressão, exigiam soluções imediatas do Estado - a construção de uma hidrelétrica que atendesse a demanda energética dos mesmos.

- Concomitante a estes motivos, fazia-se claro também que, para a liberação de créditos através do Banco Mundial, dever-se-ia ter medidas que apoiasse a entrada de capital estrangeiro no país (Pereira, 1974). Nesta exigência do Banco Mundial estava implícito o papel do Estado: dotar o espaço brasileiro de uma infra-estrutura¹¹ que permitisse a reprodução do capital

¹¹ O Estado, defende Hirsch "é um aparelho afastado do processo de valorização competitiva dos capitais individuais, capaz de criar para estes capitais a infra-estrutura que eles não podem estabelecer por iniciativa própria" (Carnói, apud Hirsch, 1978). Na verdade há uma "cooperação" entre o Estado e o capital privado. O Estado através da ideologia justifica as obras de infra-estrutura como que para o "desenvolvimento" do país, isto é, para o "bem comum". E, o que ocorre na essência é que no momento em que o Estado arca com a infra-estrutura ele está aumentando a capacidade de reprodução deste capital, pois banca com as despesas que diminuiria

estrangeiro. E, dentre as medidas de infra-estrutura encontrava-se a energia, que, em função das características dos rios brasileiros, poderia tornar-se abundante e barata. Tal situação, em contraste com a alta dos preços do petróleo e consequente crise energética mundial, levou à instalação de um grande número de empresas de capital estrangeiro no Brasil.

- Outra razão importante para a construção da Hidrelétrica de Itaipu, segundo Schilling (1991), foi a venda da energia produzida que cabe ao Paraguai, mas que este não consome. Conscientes de que o Paraguai consome apenas 2% da energia gerada pela binacional, governos do Brasil e do Paraguai assinam um tratado, no qual uma das cláusulas obrigaria o Paraguai a vender a energia, que não consumisse exclusivamente ao Brasil, num preço estipulado naquela data em dólar e que vigoraria por cinquenta anos.

Desta forma, segundo o autor, o Brasil passa a consumir praticamente toda energia produzida por Itaipu, a preços subsidiados pelo Paraguai. Trata-se, ainda segundo o autor, de uma forma de colonialismo que o Brasil está exercendo sobre o vizinho país. Ao mesmo tempo que proíbe ao Paraguai vender sua cota de energia a outros países, no preço que lhe convier, intervém em sua soberania. Exigindo o cumprimento do tratado, força o Paraguai a vender para o Brasil, uma energia que beneficia a reprodução de empresas transnacionais instaladas principalmente no sudeste

consideravelmente os lucros deste capital. Esta é uma das formas que o Estado usa para derrubar os possíveis obstáculos à obtenção do lucro pela elite econômica.

brasileiro.

Ao comentar a questão estratégica que legou à construção da Binacional, Schilling (1991) assim se expressa:

" Para o governo militar brasileiro o problema de Itaipu e de toda Bacia do Prata é, efetivamente, um problema essencialmente político, e enquadra-se na estratégia elaborada pelos geopolíticos da Escola Superior de Guerra que procuram estabelecer a hegemonia sobre os países da região. A luz da geopolítica explica-se perfeitamente o que parece ser totalmente absurdo do ponto de vista técnico, econômico, diplomático ou humano" (p.25).

E reproduz a fala do próprio ministro das Minas e Energia do período:

" O projeto de Itaipu, um plano essencialmente político deve ser analisado dentro de um contexto mais amplo, (...) o de incorporar gradualmente ao Brasil as chamadas 'áreas estratégicas'. A incorporação das mesmas seria necessária - segundo eles - para a própria segurança do regime político e do sistema vigente no Brasil, e para garantir o seu futuro de grande potência" (Ibid, p.25).

Neste pronunciamento, o Estado-nação¹² aparenta estar dirigindo o processo de desenvolvimento, já que é o Estado que estabelece relações com outros países, incluindo desde a definição de fronteiras nacionais a quaisquer acordos com outros países.

Estas são algumas das razões que julgamos de maior relevância, mas que não se encontram isoladas. Elas fazem parte de um "todo" mais complexo, o qual através da introdução de novos elementos provocou nas últimas décadas grandes mudanças, na forma

¹² Um Estado-nação que age em nome de interesses econômicos exógenos, e portanto, um instrumento desses interesses.

como até então vinha sendo produzido e reproduzido o espaço agrário do Município de Marechal Cândido Rondon.

É desta forma que aprendemos o papel do Estado, um papel contraditório, porque ao mesmo tempo que "dá" para alguns "tira" de outros. É neste papel que o Estado coloca para a sociedade, através da ideologia, a necessidade destas intervenções para o "desenvolvimento" da nação como um "todo", o que sabemos que não ocorre. Não ocorre porque dentro desta contradição, o Estado ao mesmo tempo que "dá" aos mais favorecidos representados pela classe dominante, "tira" dos menos favorecidos representados pelos trabalhadores de um modo geral.

Um exemplo disto ocorreu com a introdução do processo de mecanização da agricultura, como vamos observar através das entrevistas transcritas, onde ao mesmo tempo que as máquinas facilitaram o trabalho dos trabalhadores agrícolas, provocaram muitas vezes, em função dos financiamentos bancários e de safras frustradas, a perda de sua terra.

O mesmo pode ser dito da construção da Binacional Itaipu. Ao mesmo tempo que ela trouxe infra-estrutura para Foz do Iguaçu¹³, trabalho para milhares de pessoas que participaram da construção da obra e trabalho para outros milhões de indivíduos que estão empregados nos grandes complexos industriais do Brasil, os quais puderam se ampliados devido a maior oferta de energia elétrica a partir da construção de Itaipu, ela trouxe a expropriação da terra de milhares de trabalhadores rurais.

¹³ Município sede para a sua construção.

Galvan em sua obra "Políticas Atômicas, Histórias e Problemas", fala da subsunção¹⁴ dos cidadãos ao Estado. Para o autor, no Estado capitalista ao mesmo tempo que grande parte dos cidadãos estão submetidos à relação capital-trabalho, estão igualmente submetidos à lei do Estado. É esta relação que Galvan denomina de subsunção, uma subsunção diferente da subsunção do capital, pois nela encontra-se uma integração da sociedade inteira, com todos os cidadãos, no Estado. Nesta relação de subsunção o Estado está "acima" dos cidadãos, o direito do Estado vincula a todos, "todos" estão submetidos sob o mesmo Estado. Estas subsunções

"são duas, embora se juntem para compor um só mundo: não é a mesma relação a do operário no capital e a do cidadão no estado. Nem se trata de um só processo social, embora os dois acabem constituindo um macroprocesso na sociedade como um todo. Por outro lado, é a mesma pessoa que é as duas coisas simultaneamente, sujeito de duas relações, protagonista de dois processos sociais. É cidadão e trabalhador (ou, respectivamente, cidadão e capitalista)" (Galvan, 1991, p. 132).

Estes dois processos ao articularem-se, fundem-se em um só e têm por objetivo disfarçar aquilo que a sociedade de classes

¹⁴ Para melhor compreensão do termo subsunção transcrevemos as palavras de Galvan (1991): "A distinção básica, para captar o sentido social do uso da palavra 'subsunção', encontra-se na definição à qual já dediquei outros textos (cf. Galvan, 1988, p.104; 1989, p.90). Trata-se de dois elementos: por um lado, há uma subordinação, porém há mais que isso: é uma relação dialética de submissão, que se constitui e se nega ao mesmo tempo. Transitamos de um elemento a outro desta submissão, que é a própria essência desta relação. Para entender o que é subsunção, em seu processo objetivo, faltava-nos sublinhar esta dialética constitutiva. Talvez possamos resumí-la dizendo que 'um se submete a outro, enquanto o constituiu e o nega'. Por esta razão qualquer subsunção é complexa" (p. 134/5).

capitalista representa: um sistema de dominação.

É a igualdade formal, onde perante a lei todos são iguais, lei que o Estado representa, ao mesmo tempo que camufla através da ideologia, as reais condições de dominação.

A partir deste contexto pretendemos analisar os pressupostos do uso do solo agrícola no espaço brasileiro e mais detalhadamente no Município de Marechal Cândido Rondon. Porque só assim é possível desvendarmos o que a ideologia tem por função camuflar: a forma como os agentes capital e Estado atuam a fim de que estas mudanças venham ao encontro dos seus interesses. A análise que pretendemos desenvolver no capítulo III, aborda a articulação entre a forma de ocupação do solo agrícola do Município de Marechal Cândido Rondon, e os interesses do poder para com esta área. E, como estes "interesses maiores", ao direcionarem a forma de ocupação deste espaço, direcionam também a forma de viver das populações que encontram-se nestes locais.

3. - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO: DA COLONIZAÇÃO À MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E FORMAÇÃO DO LAGO DE ITAIPU

3.1 - O USO DO SOLO AGRÍCOLA

"O processo de trabalho (...) é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana (...)" (Marx, 1994, p.208).

São alguns aspectos da produção do espaço, a partir do uso do solo agrícola no Município de Marechal Cândido Rondon, que aqui analisaremos. Pretendemos discutir as contradições criadas e recriadas pelo modo de produção vigente, as quais, através da materialização do processo de trabalho refletem-se no nosso objeto de estudo: a produção do espaço.

Para melhor entendimento do uso do solo agrícola, a partir da colonização da área, faremos algumas considerações sobre a ocupação deste espaço agrário, no período que antecedeu a colonização.

Anteriormente a 1946, data do início do processo de colonização da área pela Industrial Madeireira Colonizadora S/A - MARIPÁ-, como já referido anteriormente, companhias estrangeiras argentinas e paraguaias, tinham a partir da exploração da madeira de lei, e da erva-mate principalmente, estratégias na forma de produção do espaço e conseqüentemente na forma de uso do solo.

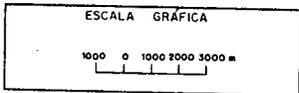
Tanto é assim, que grande parte da área ribeirinha ao então Rio Paraná, ocupada pelas companhias estrangeiras desde meados do século XIX, mantiveram o uso do solo direcionado de forma a atender aos seus interesses.

Um exemplo desta forma de ocupação, voltada para o exterior é o modo como ela foi realizada, paralela ao então Rio Paraná, favorecendo o acesso de bens exportáveis aos portos fluviais e aos centros de comercialização dos mesmos e, o acesso de bens importáveis como alimentos, máquinas e outros.

Para que se concretizassem estes objetivos, dois núcleos principais foram fundados: Porto Britânia e Porto Mendes. Tais núcleos, que podem ser localizados na carta da área centro-ocidental da Fazenda Britânia (vide mapa na página seguinte), simbolizaram durante várias décadas um poder que apesar de ali instalado, representava aspirações de grupos econômicos de outros países.

A partir destes núcleos, ocorreu toda a produção do espaço no local: desde a formação de pequenos núcleos, à construção do sistema de circulação, e ao uso do solo pelo extrativismo vegetal.

Uma construção do espaço onde ocorreu, além da apropriação da natureza, através do extrativismo de algumas espécies vegetais, uma provável apropriação de parte do trabalho, realizado pelos trabalhadores destas companhias, oriundos do Paraguai, da Argentina e alguns do próprio Brasil. Apropriação esta que tinha por parte destas companhias de exploração um único



FAZENDA BRITÂNIA
 PLANTA DA ÁREA CENTRO OCIDENTAL
 COMARCA DE FOZ DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ
 INDUSTRIAL MADEIREIRA COLONIZADORA RIO PARANÁ SA

CÓPIA DE UMA CÓPIA ENCONTRADA
 NA PREFEITURA MUNICIPAL DE MA-
 RECHAL CANDIDO RONDON.
 ESCALA 1:50.000

MAPA Nº 02

objetivo: apoderar-se de quantias cada vez maiores de bens.

Com o início do processo de colonização da área, parte da produção do espaço mantém-se. A construção do espaço realizada pelas companhias de exploração, representou o ponto de partida a partir do qual a Industrial Madeireira Colonizadora S/A define novas formas de ocupação e conseqüente reprodução deste espaço.

Mas, de que forma dá-se esta nova forma de produzir e reproduzir o espaço?

Observando-se a planta da área centro-ocidental da Fazenda Britânia, na qual a Colonizadora apoiou-se para fazer a divisão da área em lotes (vide mapa nº 02 na página anterior), pode-se perceber a forma de estrutura fundiária ali implantada. Toda a área foi dividida em áreas denominadas de lotes coloniais, cada um com dez alqueires¹⁵. Houve, quando da divisão destes lotes, uma preocupação tanto em contemplar cada um dos lotes com parte de cursos d'água que atravessam a área, como em interligar todos os lotes às sedes ou vilas, mesmo que em pequenas e precárias vias.

"Como a região é constituída por uma rede abundante de águas correntes, conseguiu-se nesta divisão, que cada uma destas pequenas propriedades fosse beneficiada, pelo menos por um córrego. Nas construções das estradas foi sempre observado um critério de ocupação: à medida que os agricultores vinham penetrando na Fazenda Britânia encontravam prontas as estradas que ligam suas terras às sedes ou vilas" (Saatkamp, 1985, p.44 e 49).

Quando da subdivisão da área, paralelamente a estas

¹⁵ Um alqueire equivale a 2,42 hectares ou 24.200 metros quadrados de terra.

preocupações, a Companhia reservou diversos pontos, que como núcleos de apoio, deram mais tarde origem a várias sedes de distritos e/ou de municípios, conforme observa-se na figura nº 02. São exemplos: Quatro Pontes, Pato Bragado, Nova Mercedes, Iguaporã, Porto Mendes, Entre Rios, Margarida, São Roque e Novo Horizonte.

Ao observarmos o Mapa de Uso do Solo de 1952 (Mapa nº 03 na página seguinte), podemos perceber que as áreas desmatadas ainda eram pequenas. Uma delas situava-se no local destinado a construção da sede do Distrito de Marechal Cândido Rondon, que até 1960 pertencia ao município de Toledo. Outras áreas em processo de desmatamento eram aquelas que destinar-se-iam a sede dos Distritos de Quatro Pontes e Margarida¹⁶.

Também de acordo com o Mapa de Uso do Solo de 1952, podemos observar que as práticas agrícolas, resumiam-se a algumas áreas: uma, próxima às margens do Rio Branco, em seu curso inferior, e outra próxima ao local denominado de Porto Mendes, além de outras pequenas áreas esparsas, como por exemplo próximo à via que ligava Toledo a Porto Britânia¹⁷ e a Porto Mendes.

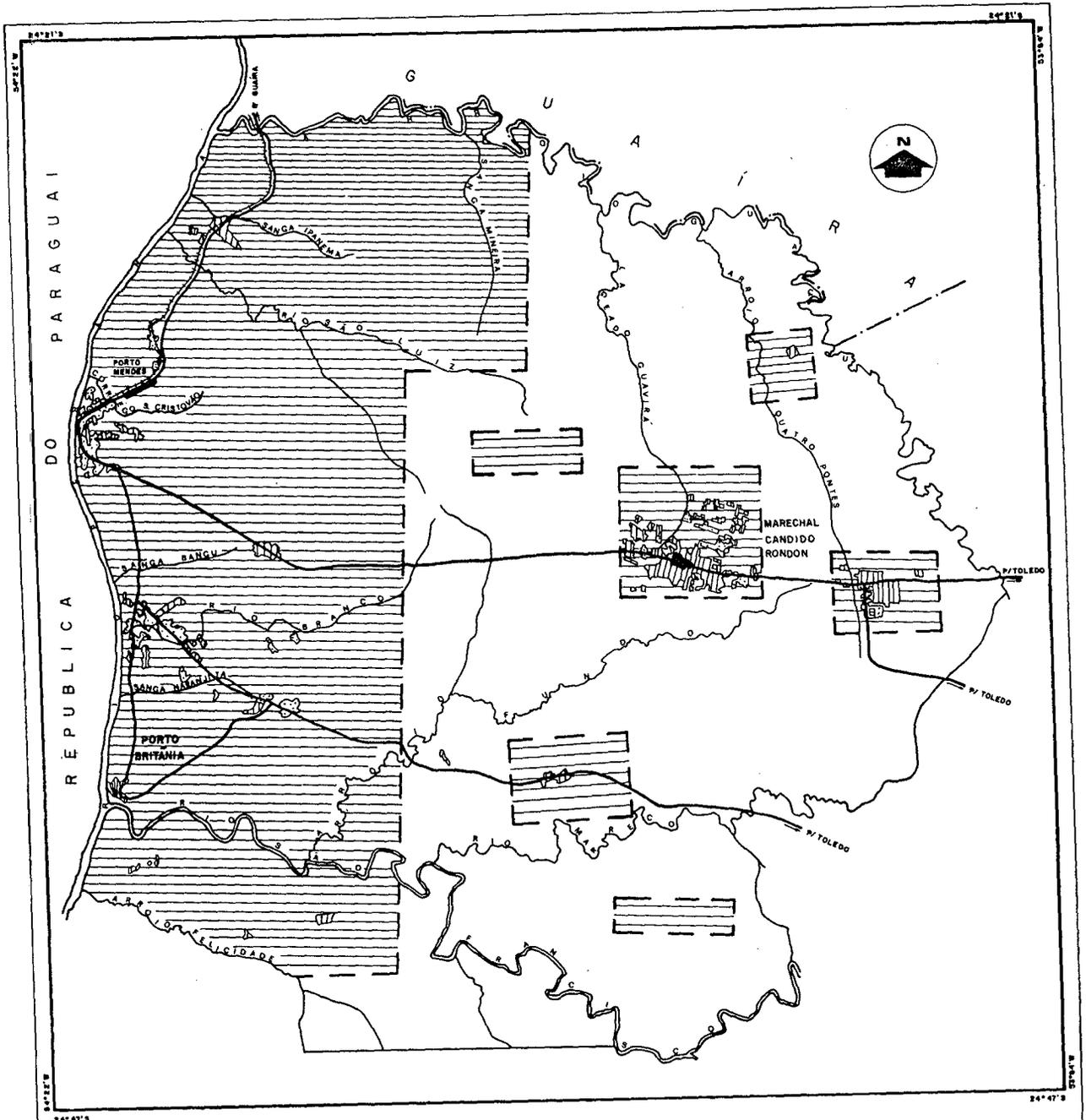
De 1946, data da aquisição das colônias por pequenos

¹⁶ Estes distritos não estão identificados na carta de uso do solo de 1952, porque os mesmos ainda não existiam politicamente e suas sedes eram apenas aglomerados de casas. Foi a partir da criação do Município de Marechal Cândido Rondon em 25 de julho de 1960, que estas áreas passaram a ser as sedes dos distritos que são criados.

¹⁷ Com a venda da Fazenda Britânia à Companhia Colonizadora, a construção da sede de Marechal Cândido Rondon e a ligação da rede viária entre esta sede e o município de Toledo, Porto Britânia perde a sua importância estratégica, existindo apenas como um aglomerado de casas até o seu completo desaparecimento com a formação do lago de Itaipu.

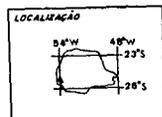
USO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR 1952

(Nesta data: GENERAL CÂNDIDO RONDON - Distrito de Toledo)



CONVENÇÕES

Mata	Pastagem
Capoeira	Cultivos
Área urbana	Área não interpretada
Rodovias	Limite municipal
Ferrovia	Limite de fotografia aérea



Execução: Geógrafa Miriam Hermi Zaar

CARTA TEMÁTICA OBTIDA ATRAVÉS DE INTERPRETAÇÃO VISUAL DE FOTOGRAFIA AÉREA EM ESCALA 1:25.000 E FOTO ÍNDICE EM ESCALA 1:100.000 DO ANO DE 1952.
BASE CARTOGRÁFICA: CARTAS TOPOGRÁFICAS DO DSG DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO DO ANO DE 1980 NAS ESCALAS 1:50.000 E 1:100.000.



MAPA Nº 03

agricultores gaúchos e catarinenses, até o ano de 1952, num período de 06 anos, o solo manteve-se ocupado quase que exclusivamente por matas subtropicais. Isto deveu-se provavelmente, ao fato dos agricultores que ali adquiriram terras, e que já tinham se estabelecido na área, dedicarem-se, após o desmatamento, à agricultura de subsistência em pequenas áreas. Tal fato pode ser assim interpretado, quando Saatkamp (1985), refere-se à implantação do cultivo de cereais e criação de suínos a partir de 1952, e a esporádica comercialização dos mesmos, em Ponta Grossa e Curitiba, a partir de 1954.

Ainda segundo a mesma autora, a criação de suínos, galinhas e patos, assim como o cultivo de mandioca, batata-inglesa, milho, arroz, feijão e verduras, destinava-se em grande parte ao sustento dos trabalhadores agrícolas, pois, apesar da abundância de colheitas, havia dificuldades para comercializá-las: as vias de transporte eram precárias, e quase não havia pessoas que se dedicassem à atividade comercial.

A produção desse espaço durante a década de 50, parece-nos ter-se realizado por meio de relações de trabalho genuinamente familiar, e de relação de cooperação entre as famílias, as quais tinham como atividade principal as práticas agrícolas, desenvolvidas para a sobrevivência dos grupos e a organização do trabalho para tornar as terras produtivas, e para tanto desmatavam, semeavam, cuidavam e colhiam.

Com o aumento da população local, e a necessidade de comercializar os produtos excedentes ali produzidos, os agricultores organizaram em 1958, na sede do então distrito de

General Rondon, a primeira Exposição Agropecuária e Industrial, a qual tinha por objetivo a troca, isto é, a venda de produtos agrícolas, e a compra de produtos industriais por parte de agricultores, que residiam nas proximidades do local.

Mas, estas mudanças, em sua aparência lentas, foram os primeiros passos para mudanças mais profundas advindas a partir daí.

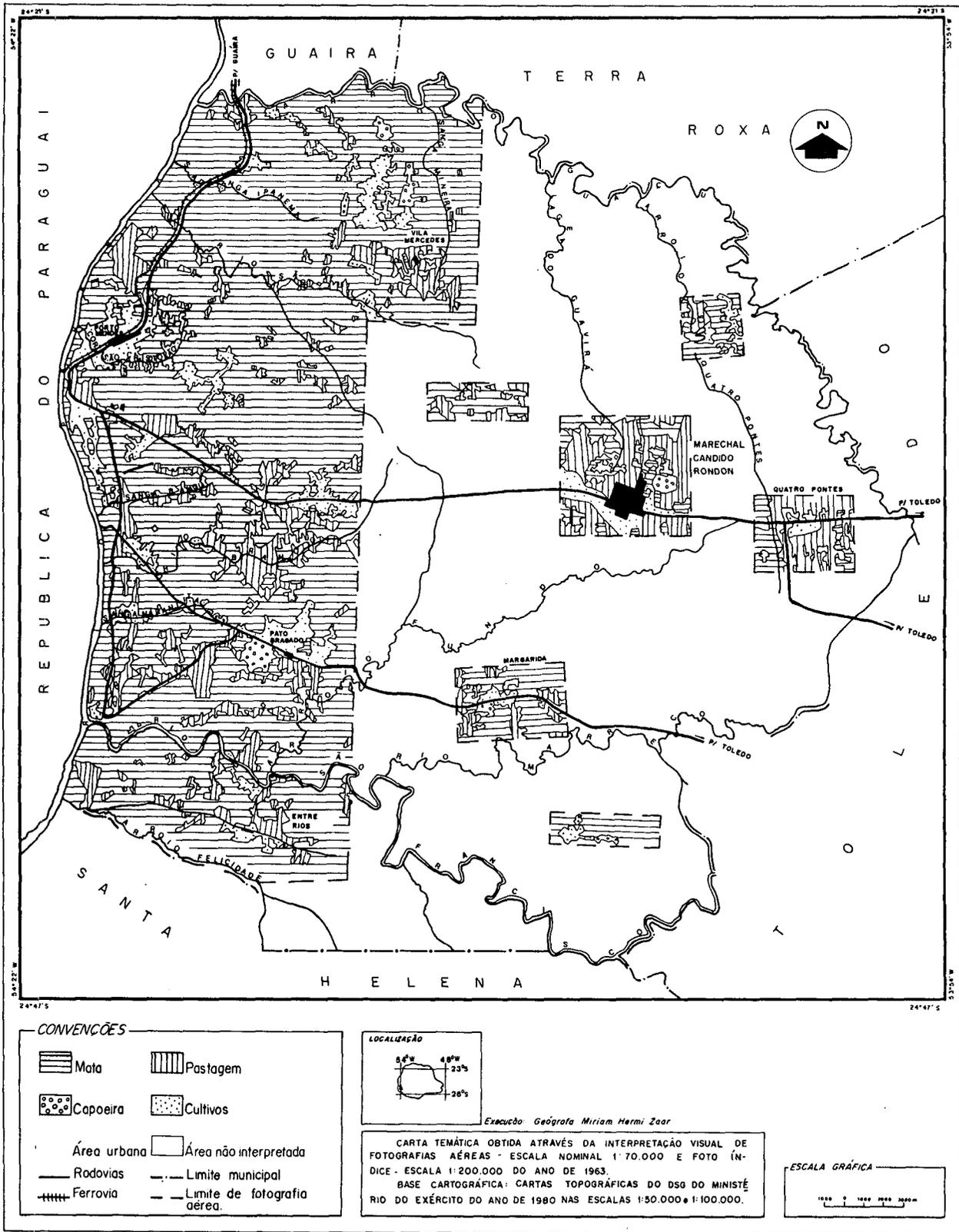
Ao compararmos o Mapa de Uso do Solo de 1963 (Mapa nº 04 na página seguinte), com a de uma década atrás - 1952 (Mapa nº 03 na página 59), podemos observar que, principalmente no centro sul da faixa oeste do município, as áreas cobertas com matas tropicais, já apresentavam porções consideráveis de áreas desmatadas, com presença de capoeira, pastagens cultivadas, e áreas agrícolas.

É também neste período, que alguns dos núcleos urbanos começam a se definir, e a partir dos mesmos edificaram-se as sedes dos atuais distritos que compõem o município de Marechal Cândido Rondon.

No Mapa de Uso do Solo de 1963, observa-se também, que na porção Norte da faixa Oeste do município, a predominância de áreas desmatadas é menor que na porção Centro-Sul desta mesma faixa ocidental. Isto não ocorreu de forma aleatória, deu-se sim, principalmente pela forma como a Colonizadora organizou a venda dos lotes coloniais.

Estes lotes, segundo Saatkamp (1985), deveriam, em sua porção centro-sul, serem vendidos aos colonos do sul do Brasil e,

**USO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR
1963**



MAPA Nº 04

em sua porção norte¹⁸, reservados para serem vendidos aos agricultores do Norte do Estado do Paraná e dos estados do Sudeste, os quais tinham experiências no cultivo do café. Tanto assim que durante a primeira fase da colonização da área -entre 1946 e 1956-, enquanto gaúchos e catarinenses cultivavam trigo, milho, batata, arroz, e feijão; os agricultores oriundos do Norte do estado e de outros estados do sudeste cultivavam café e cana de açúcar. Isto porque no Norte, a ocorrência de geadas era menos frequente. Assim a venda dos lotes coloniais ao norte, aconteceu após terem sido fixados os colonos gaúchos e catarinenses na área centro-sul do município.

Isto prova, portanto, que em 1963 a conservação de matas na porção Norte é maior que na porção Sul, porque em função da política de vendas da própria Colonizadora, a sua ocupação foi posterior às áreas que no Mapa de Uso do Solo apresentavam maior índice de desmatamento.

Ao fazermos uma comparação entre os Mapas de Uso do Solo de 1952 e 1963, observamos que as áreas agrícolas próximas à localidade de Porto Mendes e próximas ao baixo curso do Rio Branco expandem-se consideravelmente neste período. Pequenas áreas agrícolas esparsas, que se localizavam próximo às vias de ligação entre Toledo e os dois núcleos extremos da área: Porto Britânia¹⁹

¹⁸ Equivalendo a terça parte da área total do município de Marechal Cândido Rondon e com característica próprias para o cultivo do café, tais como o solo de terra roxa e o clima com temperaturas um pouco mais elevadas que no sul do município.

¹⁹ Porto Britânia não está localizado na carta de uso do solo de 1963 por não ter sido elevado a categoria de distrito. Situava-se na margem direita do Rio São Francisco, próximo à sua foz. Vide

e Porto Mendes, deram origem à áreas agrícolas maiores, conjugadas com áreas de desmatamento, e pastagens naturais ou então a pequenos núcleos urbanos.

A sede do município de Marechal Cândido Rondon, que em 1952 possuía um pequeno agrupamento de casas²⁰ e nas suas proximidades uma grande área em desmatamento, apresentou em 1963 um núcleo urbano bem maior, cercado com uma expressiva área agrícola e com uma área de desmatamento bem superior a década de 50.

Neste período (entre 1952-1963), evolução semelhante observa-se nos outros núcleos urbanos, só que em proporções bem menores. Aqueles que ainda não tinham indícios de urbanização passaram a ter suas áreas desmatadas, e em alguns casos, a destinação de parte do solo às atividades agrícolas ou pastagens.

Os núcleos que em 1952 já tinham suas áreas desmatadas, apresentaram na década seguinte, pequenos núcleos urbanos cercados de áreas agrícolas ou de pastagens naturais. Enquadram-se no primeiro caso as atuais sedes dos distritos de Vila Mercedes, São Roque, Novo Três Passos²¹ , Entre Rios e Novo Horizonte e, no segundo caso, as atuais sedes dos distritos de Pato Bragado, Margarida e Quatro Pontes, conforme comparação dos Mapas de Uso do Solo de 1952 e 1963.

figura nº 02 ou 03.

²⁰ Segundo Saatkamp (1985), 08 casas em abril de 1951.

²¹ Os atuais distritos de São Roque e Novo Três Passos não estão localizados na carta de uso do solo de 1963 - mapa nº 04 pág.62 - por não terem sido até aquela data elevados a categoria de distritos. Para sua localização vide carta de uso do solo de 1980 -mapa nº 05 pág. 85 -.

Como resultado de uma política estatal que visava difundir uma revolução tecnológica já presente em outros pontos do país, o Estado, através de órgãos estatais como bancos e institutos agrônômicos, criou possibilidades para que na primeira metade da década de 60, alguns representantes da pequena produção agrícola do Município de Marechal Cândido Rondon conseguissem através de financiamentos agrícolas, adquirir as primeiras máquinas agrícolas. O trator, usado na destoca para posterior plantio, se destaca como carro-chefe do aparato maquinário que vai permitir a mecanização das atividades agrícolas na área, dentro deste processo mais global.

Segundo Saatkamp (1985), a mecanização das terras, iniciada por Augusto Tom em 1962, despertou o interesse de outros pequenos agricultores do município para a utilização da nova técnica. A mecanização tomou vulto, motivada pelos incentivos governamentais, os quais financiavam a destoca das matas, e a aquisição de maquinários.

Assim, a partir da década de 60, o trigo que até então era cultivado manualmente passa a ser cultivado com plantadeiras mecânicas, nos meses de inverno. A soja, passa a ser cultivada durante os meses de verão, devido a possibilidade de aproveitamento do mesmo maquinário e dos altos preços do produto no mercado internacional.

Ainda segundo Saatkamp (1985), a partir de 1965, o uso da mecanização para o plantio e colheita, proporcionou grandes

safras de trigo e soja²² .

Se compararmos os Mapas de Uso do Solo de 1963 e 1980 (Mapas n^{os} 04 e 05 das páginas 62 e 85), poderemos observar que com a introdução da mecanização na agricultura houve um grande aumento da área cultivada, além da expansão de todos os núcleos urbanos do município. As sedes dos distritos foram criadas oficialmente e a rede viária dinamizou-se, pois foi por seu intermédio que os produtos agrícolas passaram a transformar-se em mercadorias, em grande parte destinada ao mercado europeu.

Igualmente, com a implantação da mecanização nas práticas agrícolas, a relação do pequeno produtor que até então ocorria a nível do capital comercial, isto é vendendo e comprando seus produtos, sem interferência de terceiros, passa a ocorrer também com o capital financeiro e industrial. Assim, tanto a venda quanto a compra passa a ser realizada por intermédio de financiamentos bancários e das indústrias, que ao mesmo tempo que compram os produtos agrícolas, vendem sementes, agrotóxicos e equipamentos agrícolas.

Esta rearticulação do processo produtivo, iniciada com o processo de colonização, intensifica-se a partir de meados da década de 60, sendo puxada sobretudo pela expansão das culturas da soja e do trigo na área.

Dentro desta análise observamos que, se o processo de colonização da área em questão foi rápido, o processo de

²² Não foram encontrados dados quantificados da produção de soja em 1965, e sim apenas a partir de 1969. Isto explica-se porque foi a partir deste ano que o Núcleo Regional da Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná passou a sistematizá-los.

modernização de sua agricultura foi mais veloz ainda. Em apenas uma década - de 1965 à 1975, o processo expandiu-se e consolidou-se, não de forma isolada, mas amparado pelas políticas agrícolas de incentivo à produção e exportação da soja, em especial.

A modernização da agricultura também provocou muitas mudanças na produção do espaço agrário, e, entre elas, a mudança na importância relativa dos principais produtos agrícolas.

Para entendermos as mudanças ocorridas no uso do solo agrícola do Município de Marechal Cândido Rondon, utilizaremos dados quantificados em tabelas os quais tem por objetivo retratar a ocupação deste mesmo solo no decorrer dos anos.

Discutiremos os produtos agrícolas por ordem de importância, que os mesmos apresentaram na área cultivada do Município de Marechal Cândido Rondon como um todo. Iniciaremos pela soja, por ter sido o produto responsável pela introdução da mecanização agrícola na área.

Em seguida discutiremos alguns aspectos relacionados ao cultivo do trigo, que foi introduzido como produto de subsistência pelos migrantes gaúchos, quando colonizaram a área, mas ganhou importância ao ser cultivado durante o inverno, nas mesmas terras que no verão se cultivava a soja. Foi o binômio soja/trigo, que perdurou mais intensamente durante a década de 1970 e início da década de 1980.

O milho e a mandioca que no início da colonização foram cultivados como produtos de subsistência, principalmente para alimentação dos animais, passaram para segundo plano com a mecanização da lavoura e a predominância da soja e do trigo.

Somente com a política de incentivos das agroindústrias, que instalaram-se no Município no final da década de 1970, os dois produtos, milho e mandioca, passaram a aumentar sua área de cultivo. E, passaram de produtos alternativos, no período áureo da soja, a produtos vitais para a reprodução de grande parte dos pequenos agricultores, com a diversificação da atividade agrícola a partir da segunda metade da década de 1980.

O cultivo do arroz e feijão foram incluídos nesta pequena discussão para fins de comparação, pois a área nunca foi grande produtora de qualquer um dos dois produtos. Esta comparação tem por objetivo mostrar como a política estatal incentivou o cultivo de alguns produtos, principalmente de exportação, em detrimento de outros produtos, que poderiam ser além do arroz e feijão, a batata inglesa, a batata doce, o amendoim, e outros produtos de subsistência, como o foram inclusive o trigo, o milho e a mandioca no início do período de colonização da área.

Ao construirmos as tabelas que representam a evolução dos produtos agrícolas durante a década de 1970, trabalhamos com os dados de 1969/70 por ter sido a primeira safra quantificada pela Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná e, dados de 1974, 1975 ou 1976, a safra que melhor representou a média da metade da década de 1970, além dos dados de 1980 que finalizam a década.

Na tabela nº 01 podemos observar a evolução da área cultivada com a soja, como já dissemos, a principal responsável pela introdução do processo de mecanização na área.

TABELA Nº 01

A SOJA NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1969/70	21.000	24.540	1.168
1974/75	65.000	175.500	2.700
1979/80	85.000	206.040	2.424

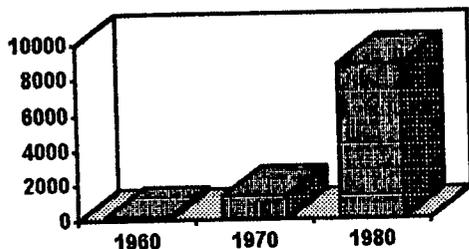
Fonte : Deral - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná

Na tabela apresentada percebemos que durante o curto espaço de tempo de dez anos (1970 a 1980), a produção de soja no Município de Marechal Cândido Rondon apresentou um aumento de cerca de 700%, o qual ocorreu principalmente, devido ao aumento da produtividade e da área cultivada - em torno de 300%.

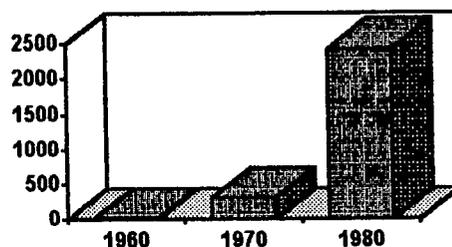
O aumento da área cultivada com a soja no município em estudo ocorreu concomitante a um aumento de área cultivada no Estado do Paraná que foi de aproximadamente 700%, e no País de aproximadamente 560%. A nível de Estado do Paraná este aumento ocorreu em todas as áreas com maior ou menor incidência. A nível de País, este acréscimo na área cultivada apresentou-se inicialmente nos estados do Sul e Sudeste e depois nos estados do Centro-Oeste. Para fins comparativos estes aumentos nas áreas cultivadas com soja estão representados nos gráficos a seguir:

GRÁFICO Nº 01

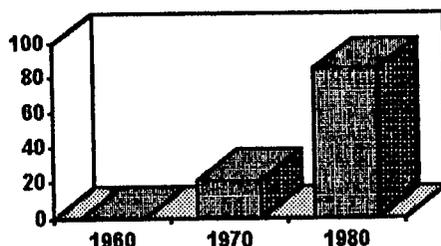
ÁREA CULTIVA COM SOJA NO BRASIL
(EM 1.000 HA)



ÁREA CULTIVADA COM SOJA NO PARANÁ
(EM 1.000 HA)



ÁREA CULTIVADA COM SOJA EM
M. C. RONDON (EM 1.000 HA)



O aumento de produtividade, em função de um "pacote tecnológico", gerado no exterior, e já testado com êxito no Estado do Rio Grande do Sul, tinha como meta introduzir progressos técnicos e incrementar os lucros.

Mas é bom lembrar que, tanto o aumento da área cultivada, quanto o aumento de produtividade da soja, foi consequência, de um único e importante fator: a política agrícola brasileira, que visava o aumento das exportações do produto.

Política agrícola, associada à implantação da indústria de máquinas agrícolas, e a indústria de insumos, que favoreceu a introdução do processo de modernização, das atividades exercidas no espaço agrário do Brasil, e como não poderia ser diferente, no

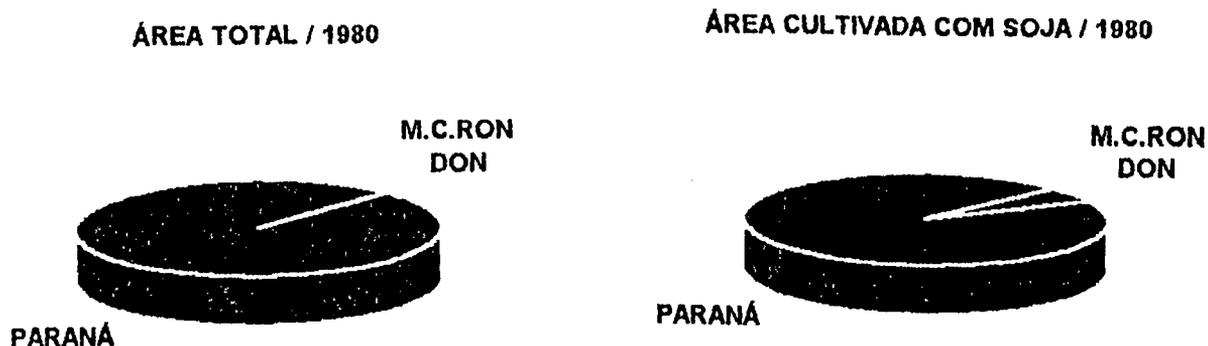
município de Marechal Cândido Rondon também.

Como parte desta política agrícola, os créditos disponíveis para todas as fases do processo produtivo agrícola, desde o preparo da terra à compra de insumos e implementos, até a comercialização, a industrialização e o armazenamento da produção, tinham como objetivo principal o plantio de áreas cada vez mais extensas de um produto destinado à exportação - a soja.

Para termos uma idéia do que a área cultivada representou no município de Marechal Cândido Rondon, elaboramos a seguir um gráfico que tem por objetivo comparar a área total do município com a área total do Estado do Paraná, e a área cultivada com soja em 1980, no município e no Estado.

Conforme observamos no gráfico a seguir, o Município de Marechal Cândido Rondon, ao mesmo tempo que representava apenas 0.006% da área total do Estado, destinou ao cultivo da soja, no final da década de 70, e início da década de 80, o equivalente a 5.5% das terras paranaenses cultivadas com o produto. É o cultivo da soja passando de um estágio de "quase sem importância", para o primeiro lugar, entre os produtos agrícolas, tanto no município em estudo, como em grande parte do Estado. O Paraná tornou-se neste período o segundo maior produtor nacional de soja, só sendo superado pelo Estado do Rio Grande do Sul.

GRÁFICO Nº 02



Como parte do processo de modernização da agricultura, surge na área, com a consolidação da cultura da soja, um grande número de indústrias de esmagamento de soja, e produção de óleo extraído desta oleaginosa.

Estas agroindústrias representaram na verdade, o interesse das corporações transnacionais, na internacionalização da agricultura brasileira, integrando-a ao projeto de desenvolvimento mundial, do complexo agroindustrial por elas comandado. E o Estado brasileiro, através de uma ampla política de crédito para o cultivo da soja, transformou-se num mediador destes interesses.

Mas, concomitante ao incremento na produção da soja, ocorre um incremento na produção do trigo.

Na verdade o interesse em introduzir a soja no Sul do país, residiu também na possibilidade de utilização da mesma infraestrutura de produção, e desenvolvimento tecnológico que o cultivo do trigo exige, pelo menos em estados como o Rio Grande do

Sul, onde o trigo era cultivado anteriormente ao cultivo da soja. Foi desta forma que inicialmente a soja foi introduzida como cultura alternativa para o período do verão, época (estação do ano) em que o trigo não era cultivado.

A produção de trigo destinada ao mercado interno, obteve neste mesmo período (1969-1980), no Município de Marechal Cândido Rondon, também um aumento de produção, mas bem menor do que a da soja. Este aumento de produção deve-se principalmente ao aumento da área cultivada, conforme nos mostra a tabela nº 02.

TABELA Nº 02

O TRIGO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1969	7.300	8.030	1.100
1975	60.000	8.000	133
1980	68.000	58.500	860

Fonte: DERAL - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Nesta tabela utilizamos dados de 1969, por ter sido a primeira safra a ser quantificada pela Secretaria da Agricultura, e, com o objetivo de manter a periodicidade, utilizamos dados de 1975, apesar da referida safra não representar a produtividade média real que manteve-se em torno de 900 kg/hectare, durante a década de 1970. A baixa produtividade do trigo ocorrida nas safras de 1974 e 1975 foi devido as fortes geadas em grande parte do Estado do Paraná. A safra de 1978, não incluída na tabela, a fim de manter-se uma periodicidade, representou a maior área do município

destinada ao cultivo do trigo durante o período que estamos analisando - 93.500 hectares que produziram 86.653 toneladas, o que resultou numa produtividade de 926 kg/ha.

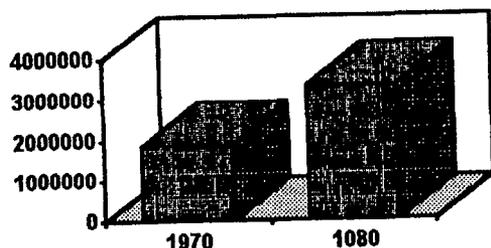
Podemos observar na tabela que no ano de 1969, apesar da área cultivada ainda ser pequena, a produtividade foi alta. Segundo o agrônomo entrevistado, a produtividade excepcional ocorreu porque o plantio foi realizado logo após o desmatamento quando o solo encontravam-se altamente fértil, e estendeu-se por alguns anos, após os quais houve necessidade do uso de corretivos.

Durante a década de 1970 a área destinada ao plantio do trigo aumentou consideravelmente, enquanto a produtividade por unidade de área mantém-se mais ou menos estável, com pequena diminuição em função da queda na fertilidade inicial do solo e de problemas climáticos em algumas safras.

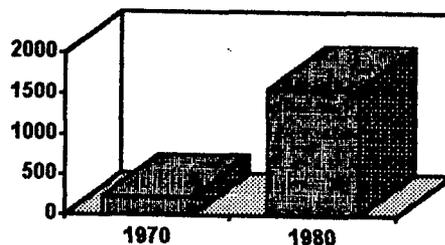
Para fins comparativos, o gráfico a seguir representa o aumento da área cultivada com trigo na década de 1970, que no município e no Estado do Paraná foi de aproximadamente 500%, enquanto no Brasil de apenas 70%.

GRÁFICO Nº 03

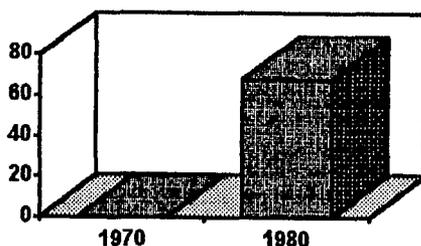
ÁREA CULTIVADA COM TRIGO NO BRASIL
(EM 1.000 HA.)



ÁREA CULTIVADA COM TRIGO NO
PARANÁ (EM 1.000 HA.)



ÁREA PLANTADA COM TRIGO EM M. C.
RONDON (EM 1.000 HA.)



O aumento da área cultivada com trigo no município de Marechal Cândido Rondon, ocorreu por dois motivos: primeiramente porque a tradição do cultivo foi trazida com os gaúchos e catarinenses que para ali se dirigiram e em seguida devido a introdução do "pacote tecnológico" para o binômio soja-trigo.

No espaço paranaense, as áreas Oeste, Sudoeste e Centro-Sul, tiveram maior porcentagem de terras destinadas ao cultivo do trigo, devido as temperaturas mais baixas durante o inverno, condição necessária para a manutenção da produtividade do mesmo.

No Brasil o aumento da área cultivada com trigo, ocorreu igualmente devido aos motivos já colocados, mas apenas nas áreas do

Sul do país, onde se aclimatou melhor por ser uma cultura de clima temperado.

Além da soja e do trigo, outros produtos agrícolas, tais como o milho, o arroz e o feijão precisam ser analisados, apesar de terem representado pouco ou muito pouco na área de cultivo do município durante a década de 1970. Esta necessidade existe para que entendamos como a política e a economia dentro de sua dinamicidade, ao promover no decorrer do período estudado, mudanças na importância dos diversos produtos agrícolas, modificaram a forma de uso do solo agrário do Município de Marechal Cândido Rondon, e, a forma de trabalho dos produtores agrícolas.

Analisando a tabela a seguir podemos perceber que o milho, cultura tradicional, também foi favorecida pela "modernização agrícola", mas não em termos de área cultivada, pois ela teve uma redução de 70% entre 1970 e 1980, resultando na queda da produção total do município. Apenas o rendimento por hectare apresentou melhoras no decorrer da década, passando de 2.400 kg/ha em 1970 para 3.432 kg/ha em 1979.

TABELA Nº 03

O MILHO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1969/70	40.000	96.000	2.400
1974/75	14.000	33.600	2.400
1978/79	10.000	34.320	3.432

Fonte: DERAL - Secretaria da Agricultura do estado do Paraná.

Utilizamos os dados de 1974/75 e de 1978/79, porque representaram melhor a queda na área cultivada e o aumento da produtividade. Não analisamos a safra de 1979/80 por ela ter apresentado uma safra excepcional: 4.980 Kg/ha, e não apresentar a média da produtividade.

O arroz (de sequeiro), apresentou entre 1970 e 1980, redução em sua área cultivada, em torno de 10 a 15%. O seu rendimento obteve sensíveis melhoras: de 720 ton/ha para 1.200 ton/ha em 1980. Em consequência deste aumento no rendimento, ocorreu uma alta na produção total do produto, conforme nos mostra a tabela a seguir.

TABELA Nº 04

O ARROZ NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1969/70	1.000	720	720
1974/75	900	1.080	1.200
1979/80	900	1.080	1.200

Fonte: DERAL - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

O feijão (das águas), apresentou entre 1970 e 1980, uma redução em sua área cultivada em torno de 75%, o que acompanhado de um rendimento decrescente provocou uma queda na produção conforme a tabela a seguir:

TABELA Nº 05

O FEIJÃO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1969/70	1.300	1.560	1.200
1974/75	750	675	900
1979/80	300	114	380

Fonte: DERAL - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

A redução da área cultivada com feijão, representando conseqüentemente uma diminuição da produção, foi conseqüência da substituição pelo cultivo da soja, os quais ocorrem durante os meses do verão.

A diminuição da produtividade do feijão, ocorreu principalmente devido a baixa quantidade de matéria orgânica do solo, não repostada devido a falta de recursos do pequeno agricultor e a ausência de uma política estatal que incentivasse esta reposição e a maior produtividade, além do baixo preço do produto no mercado, comparado ao preço da soja. Assim, com a introdução da soja, o feijão passou a ser cultivado em áreas reduzidas, principalmente para o consumo do próprio agricultor e com vendas esporádicas do excedente.

A análise comparativa efetuada entre as áreas cultivadas com soja, trigo, milho, mandioca, arroz e feijão, tem por objetivo mostrar, através de dados, como na década de 1970, produtos de subsistência e produtos que visavam a comercialização interna, foram preteridos perante produtos destinados à exportação, neste

caso a soja. Tal situação foi em decorrência, principalmente do papel do Estado como grande incentivador, e intermediador, para que o pequeno produtor tivesse acesso ao crédito bancário. Crédito este que transformou a oferta de empréstimos, para custeio de plantio numa forma de "obrigar" o pequeno agricultor a produzir aquilo que quizessem e do modo como quizessem.

Em entrevista, os pequenos agricultores assim se referiram ao papel das agências bancárias, como "facilitadoras" do processo de modernização das práticas agrícolas:

"(...) o UNIBANCO, a gente pegava dinheiro lá, não tinha juro. Eu peguei dinheiro lá uns ano, em 70. Com o dinheiro eu dava entrada prá comprá as máquina, os trator... derubava o mato, comprava os adubo... mecanizava! (...). "

Assim, cultivando soja, o agricultor estaria vindo ao encontro dos interesses do Estado e do capital industrial. Do primeiro, porque mantinha uma política de exportação, e do segundo, porque passou a consumir insumos, agrotóxicos e máquinas agrícolas.

Os dados do IBGE, referente a evolução no uso de tratores e de fertilizantes no Município de Marechal Cândido Rondon, nos mostram a difusão do maquinário agrícola e dos fertilizantes entre os pequenos agricultores a partir do início da década de 1970:

TABELA Nº 06

EVOLUÇÃO NO USO DE TRATORES E FERTILIZANTES
NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

////////////////////	1970	1975	1980
Nº propriedades onde utilizam-se tratores	273	1.040	1.645
Nº propriedades onde utilizam-se fertilizantes	574	4.305	5.036

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO. RJ:IBGE,1970/75/80. Montagem da autora.

Mas, não foi apenas desta forma que o Estado mediu e direcionou o cultivo de alguns produtos. Dentro das políticas agrícolas, o montante destinado ao financiamento do plantio de determinados produtos, contribuiu decisivamente para a exclusão de outros produtos. Coradini (1982), assim se refere ao assunto: Em 1976, a soja, o trigo, e o café, que representavam 49,6% da produção agrícola brasileira receberam 80% do crédito rural, o feijão recebeu 0,4%, e o milho, que representava 16,1% da produção, recebeu 5,9% dos financiamentos do Banco do Brasil.

Será que não está aí grande parte das respostas às perguntas sobre a mudança na forma de produção do espaço agrícola em Marechal Cândido Rondon na década de 1970 ?

Considerando Coradini (1982), acreditamos na possibilidade de que agindo desta forma, o Estado através do seu principal agente de crédito rural, o Banco do Brasil, conseguiu direcionar o plantio de determinados produtos, em detrimento de

outros, isto porque, alguns produtos receberam durante períodos determinados uma fatia maior do montante destinado ao financiamento agrícola.

O crédito fácil e barato²³, com vultuosas somas em dinheiro sempre crescentes, liberadas pelo Governo Federal, em forma de financiamentos, via agências bancárias, estavam à disposição tanto dos produtores agrícolas como das cooperativas, para estimular preferencialmente a produção de soja, em detrimento de culturas destinadas ao consumo interno.

Um dos agricultores entrevistados assim se referiu à este período:

"(...) o pessoal fazia o custeio prá plantá a soja, era incentivado... era subsidiado pelo governo, não tinha juro, não tinha nada de despesa. Então o agricultor levantava aquele dinheiro, preparava a terra e sobrava dinheiro, e aí pegava o dinheiro que sobrava e fazia outra coisa com ele... comprava trator (...)"

Como já dissemos, tratou-se de uma política estatal onde o lema era "exportar é o que importa" (Oliveira, 1987, p.15).

Acreditamos ser, esta a razão, de na década de 1970, ter ocorrido a substituição de produtos de subsistência como arroz, feijão, batata-inglesa, mandioca, por cultivos que visavam a comercialização, tais como soja e trigo. Substituição esta, que ao destruir uma economia de subsistência, destruiu igualmente o equilíbrio do homem do campo, que até então se fixava na área rural.

Tal substituição, levando a pequena produção agrícola

²³ Segundo Sorj (1980), já comentado na Nota de Rodapé nº 06, página 36 e, os depoimentos dos agricultores.

mercantil a uma posição de subordinação com relação a produção industrial deu-se à medida que, alguns produtos, como soja e trigo, se integraram a esta produção industrial.

Isto se efetuou no momento em que o pequeno produtor agrícola, se mostrou um grande consumidor de insumos de origem industrial, e fornecedor de matérias-primas, e, ao intensificar suas relações, com o setor industrial, deu condições para que este mesmo setor, ampliasse a sua capacidade de orientar e controlar a produção agrícola. Controle que tinha por finalidade principal, a transferência de valores, em função de sua maior capacidade de impor preços, frente aos pequenos produtores agrícolas.

Uma transferência de valores que promove a reprodução do capital, e que se dá no momento da troca do dinheiro por mercadorias.

Assim, a soja, por intermédio da atuação do Estado, ao representar a introdução, e progressiva consolidação de uma nova forma de produção agrícola no Sul do Brasil, esteve também, introduzindo uma maior integração e subordinação das atividades agrárias, para com a agroindústria e as políticas estatais.

Foi igualmente com o objetivo de facilitar a expansão do processo modernizador, dentro da estratégia global das transnacionais que as cooperativas foram criadas. Exemplo disto, foi a instalação da Cooperativa Agrícola Mista Ltda. de Marechal Cândido Rondon, em 1970, no auge da produção da soja, que como tantas outras, passou a encurtar a distância entre produtor e consumidor.

Dentro desta estratégia global, as cooperativas são

criadas e fortalecidas, para se tornarem agentes de comercialização da produção, entre produtores e órgãos governamentais e, direta ou indiretamente encarregam-se da distribuição do produto à indústria de processamento.

Para tanto as cooperativas, em sua aparência, procuram fazer um papel intermediador ao receber e comercializar a produção agrícola e ao abastecer o consumo da família rural. Intermediação que procura camuflar a verdadeira essência deste ato: interferir na vida produtiva deste pequeno agricultor. São elas, que gradativamente, conseguem introduzir na pequena produção agrícola familiar, hábitos que irão resultar na "modernização" das práticas agrícolas, e no estreitamento das relações entre trabalhadores agrícolas e as agências bancárias. Desta forma, elas deram o primeiro passo. A partir daí, o caminho estava aberto às agroindústrias, que intensificaram o processo, direcionando-o de acordo com sua conveniência.

Com o desenvolvimento da agroindústria, a agricultura deixa de ser apenas produtora de alimentos, para ter também outras funções, que foram estabelecidas, de acordo com as necessidades do capital industrial. Tais funções variam, desde o fornecimento de matérias-primas e da ampliação do mercado consumidor de bens industrializados, à fonte de divisas para importações, além de ser provedora de alimentos para a reprodução da força de trabalho urbano.

Devemos mencionar também o que chamamos função principal, e razão do atrelamento das atividades agrícolas à indústria: a transferência de trabalho agrícola para a indústria. É por isto,

que gradativamente se dá a acumulação industrial, a partir de um processo modernizador que não é parte de um projeto nacional próprio, mas induzido de fora para dentro, e de cima para baixo, sob o comando do grande capital financeiro-industrial, nacional e internacional.

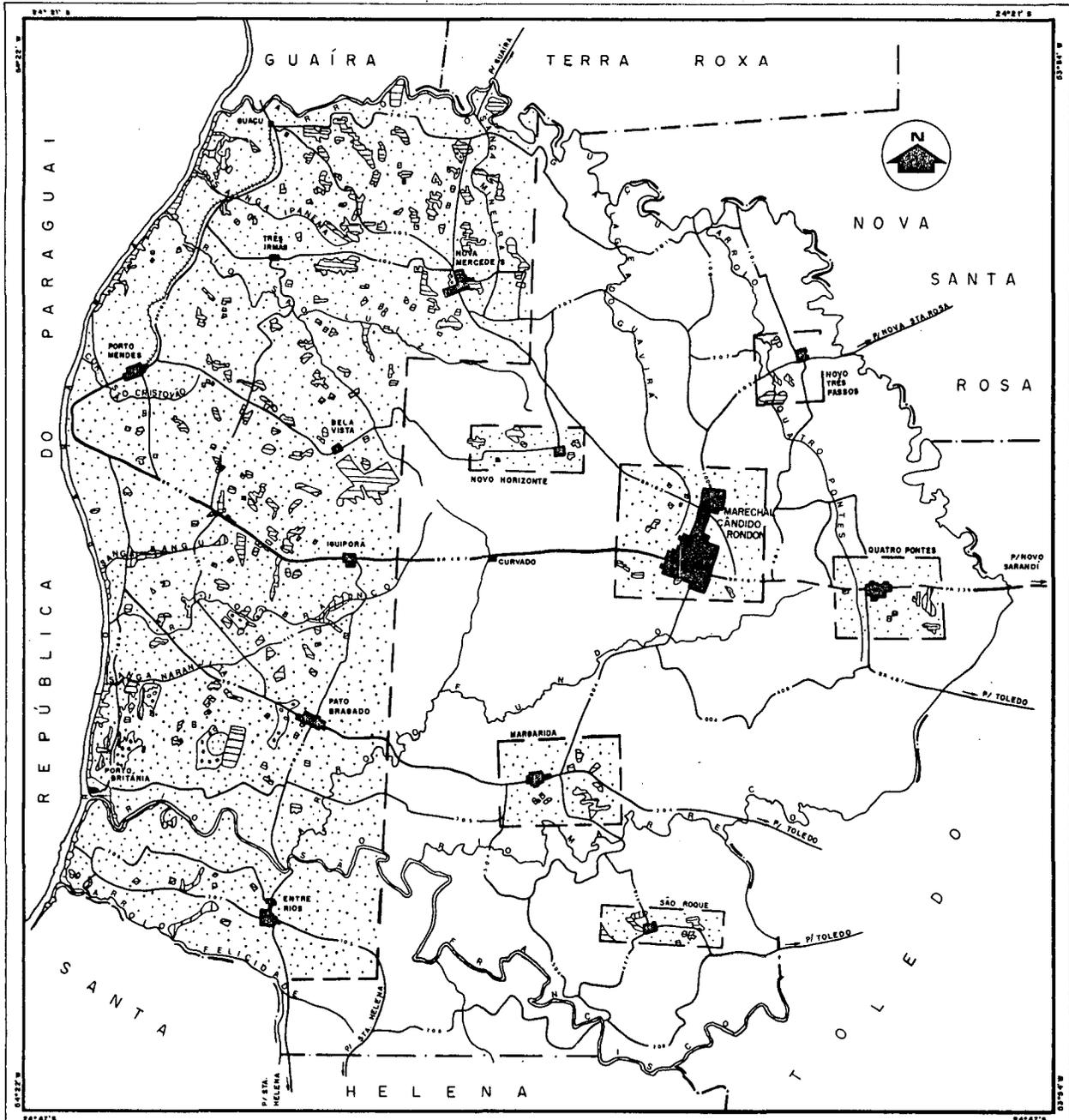
Esta realidade sócio-econômica está mostrada no espaço agrário que estamos analisando, em especial o representado no Mapa de Uso do Solo de 1980 (Mapa nº 05 na página seguinte). Espaço que é ao mesmo tempo físico e social, pois é construído pelas relações de produção e reprodução de uma sociedade a partir de um "dado" físico da natureza nata.

Sociedade, onde a modernização da agricultura no mundo capitalista corresponde a uma maior apropriação do trabalho não pago pelo capital agroindustrial.

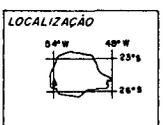
Isto ocorre no momento em que não tendo dinheiro para investir na agricultura, o pequeno produtor agrícola se compromete com o capital financeiro, buscando empréstimo e, com o capital industrial comprando insumos, máquinas e implementos agrícolas. É uma troca desigual, onde quem tem o poder dita as regras.

Sendo o espaço natural e social também, e esta materialização daquele, através da apropriação que o homem faz da natureza, por isto pode se dizer que há uma natureza social, materializada pela sociedade. Mas há, concomitantemente, uma sociedade-natureza, isto é, que não vive sem a natureza, de onde tira meios para se reproduzir enquanto sociedade. É por isso que segundo Silva (1991), o espaço é uma interação dialética entre sociedade e natureza.

**USO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR
1980**



CONVENÇÕES



Execução: Geógrafa Miriam Hermi Zaar.

CARTA TEMÁTICA OBTIDA ATRAVÉS DA INTERPRETAÇÃO VISUAL DE FOTOGRAFIAS AÉREAS. ESCALA 1:25.000 E FOTO ÍNDICE ESCALA 1:100.000 DO ANO DE 1980.
BASE CARTOGRÁFICA: CARTAS TOPOGRÁFICAS DO DSG DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO ESCALA 1:50.000 E 1:100.000 DE 1980.



MAPA Nº 05

Para tanto, chamamos a atenção para o momento das entrevistas em que agricultores reconheceram ter no final da década de 60 e início da década de 70, exagerado na destruição das matas. Dizem eles " (...) quanto mais mato se derrubava, maior era a área pra plantá e maior era o valor do financiamento agrícola (...)".

Com as linhas de crédito especiais, para desmatamento e preparo do solo, o incentivo agrícola, além de ter favorecido a articulação dos agricultores ao capital financeiro, transformou-se também num incentivo à destruição da natureza, através da derrubada exagerada das matas, das queimadas, da poluição dos cursos d'água existentes na área.

Com a intensificação das atividades agrárias, incentivadas pelo Governo Federal, pelos preços internacionais, a natureza é destruída, para transformar-se em chão, em solo fértil para o plantio de soja. Um produto agrícola, que transformou-se em valor de troca, isto é em mercadoria, em favor da reprodução ampliada de alguns, e que leva consigo ao mesmo tempo parte do trabalho e da natureza dos expropriados.

Isto na aparência, pode ser observado no Mapa de Uso do Solo de 1980, onde a "febre" pelo plantio de produtos de exportação foi tão grande durante a década de 70, que até as áreas marginais aos cursos d'água foram totalmente utilizadas para o cultivo dos mesmos. Foram exceções apenas alguns trechos da margem esquerda do Rio Paraná e trecho das duas margens do Rio São Francisco, próximo a sua foz.

Apenas pequenas áreas aparecem com manchas de matas subtropicais, no Mapa de Uso do Solo de 1980. São áreas esparsas

que, segundo entrevistas com agricultores, mantiveram-se como possibilidades de valorização das terras, e/ou então devido a conscientização de alguns proprietários, que optaram pela conservação da mata em parte da área.

Assim, ao compararmos o Mapa de Uso do Solo do Município de Marechal Cândido Rondon de 1963 e 1980 (páginas 62 e 85), podemos observar que o mesmo apresentou em menos de duas décadas, modificações extremamente gritantes no uso do solo agrícola. A área passou de quase que totalmente em mata, para quase totalmente desmatada.

Os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980, sobre a utilização das áreas agrícolas do Município de Marechal Cândido Rondon, conforme a tabela a seguir, quantificam a destruição das matas nativas e a sua substituição por áreas de cultivos temporários como a soja e o trigo.

TABELA Nº 07

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE MATAS NATIVAS E DE
ÁREAS DESTINADAS A CULTIVOS TEMPORÁRIOS
NO MUNICÍPIO DE M. C. RONDON (EM HA)

////////////////////	1970	1975	1980
MATAS NATIVAS	38.106	11.110	7.979
CULTURAS TEMPORÁRIAS	48.139	83.336	86.902

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO. RJ:IBGE,1970/75/80. Montagem da autora.

Em 1980, os núcleos urbanos já estavam bem definidos (Mapa nº 05 página 85). Todos eles expandiram-se a partir de 1963.

Tornaram-se pontos de convergência de produtos agrícolas e de divergência de produtos industrializados dentro de seus distritos. Estes pontos passaram a representar ao mesmo tempo locais de chegada de produtos agrícolas e de saída de sementes, insumos e agrotóxicos utilizados no plantio. Na sede do município de Marechal Cândido Rondon, várias chácaras passaram a pertencer ao sítio urbano, após terem sido loteadas e, transformadas em novas áreas habitacionais.

Assim, como a mecanização da agricultura foi um fator relevante na expansão urbana do município, por ter levado pequenos proprietários, em função de dívidas contraídas, ou então em função de sua propriedade apresentar-se inviável à mecanização, ao êxodo rural, à busca da área urbana como solução para os seus problemas²⁴; a formação do Lago de Itaipu também contribuiu efetivamente para esta urbanização.

Com a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu deu-se em 1982, a formação do lago, cuja área total abrange em seu nível máximo 1.460 Km², sendo 835 Km² em território brasileiro. Destes, 12.836 ha pertenciam ao Município de Marechal Cândido Rondon. A estes devem ser somados os 3.070 ha de área marginal ao lago que foram adquiridos pela Itaipu para ser destinada ao reflorestamento, como forma de evitar a erosão nas áreas próximas ao lago.

Na tabela a seguir, é possível observar a área anterior ao lago, desapropriada e remanescente, inclusive em porcentagens, tanto do município como um todo, como dos distritos que o formavam

²⁴ Discutiremos esta questão no 4º capítulo.

na época da inundação da área pelo lago de Itaipu. É justamente esta a área que nos propusemos a analisar. Ela representa de forma mais evidente, além da área alagada, as mudanças que ocorreram no uso do solo agrícola de Marechal Cândido Rondon e conseqüentemente no modo de vida de seus habitantes, com a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

TABELA Nº 08

ÁREA DO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
DESAPROPRIADA PELA BINACIONAL ITAIPU

DISTRITOS	Anterior ao lago (ha)	Desapro- priada (ha)	Remanes- cente (ha)	% Área desapro- priada
Sede Municipal	16.443	-	16.443	-
Porto Mendes	10.099	5.327	4.772	52,7
Pato Bragado*	12.399	4.085	8.314	32,8
Entre Rios*	13.899	3.288	10.611	23,4
Mercedes*	16.200	1.940	14.260	11,9
Margarida	14.600	1.264	13.336	08,6
Iguaporã	7.200	-	7.200	-
Novo Três Passos	5.600	-	5.600	-
Novo Horizonte	5.200	-	5.200	-
São Roque	5.000	-	5.000	-
Quatro Pontes*	14.200	-	14.200	-
Total Município	120.842	15.906	104.936	13,1

* Distritos emancipados em 1992.

Fonte: Binacional Itaipu.

Ao todo foram 15.906 ha desapropriados entre 1979 e 1982, os quais, representavam 13,1% das terras do município, e que até

então, produziam em sua maioria produtos de exportação, e em proporções menores, produtos para a comercialização interna.

Analisando o Mapa de Uso do Solo de 1991 (Mapa nº 06, página 91) e, comparando-o com o Mapa de Uso do Solo de 1980 (Mapa nº 05, página 85), é possível observarmos as grandes mudanças, ocorridas principalmente na área oriental do município, a área que margeia o lago de Itaipu, e seu reflexo imediato no município como um todo.

Assim, terras férteis, denominadas de terra-roxa, proveniente de derrames basálticos ocorridos na área, deixaram compulsoriamente de ser cultivadas, para transformarem-se em fundo de um lago, cujas águas fornecerão energia elétrica principalmente ao Sudeste brasileiro.

Esta foi, mais uma forma encontrada pelo capital e mediado pelo Estado, para que o solo da área em questão, bem como os seus ocupantes, continuassem a serviço do capital nacional e internacional, mas explorados de forma diversa daquela ocorrida até então.

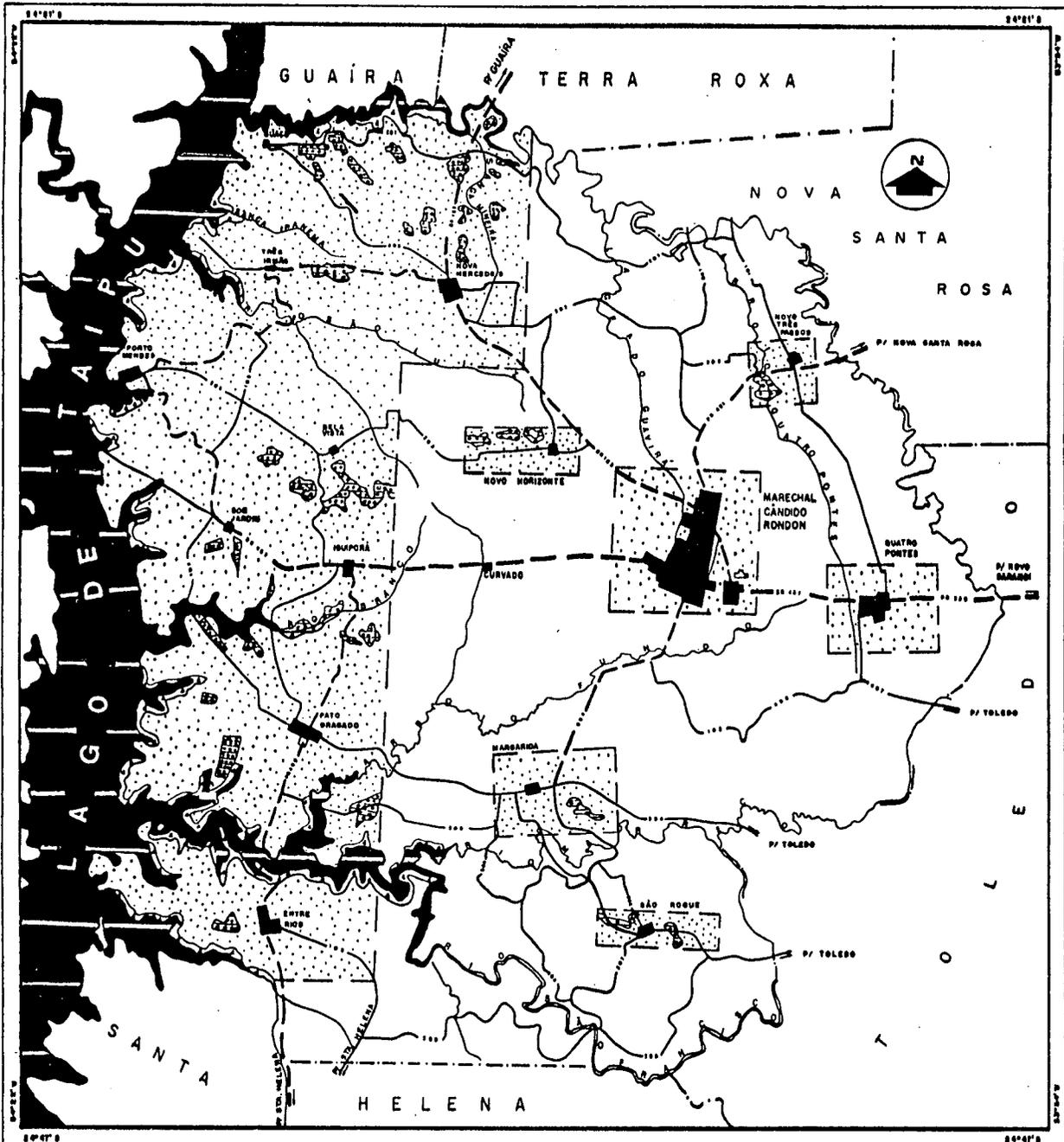
A partir deste momento, a exploração de parte do solo agrícola de Marechal Cândido Rondon deu-se na forma de inundação do mesmo, condição necessária para a formação do lago, o qual ao gerar energia que movimenta as indústrias, está contribuindo para o processo de acumulação.

Já o trabalhador agrícola, das terras desapropriadas, tem sua exploração concretizada, em vários momentos, que na realidade fazem parte de um só momento e que serão abordados na terceira parte deste capítulo.

USO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE
MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR

1991

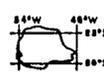
91



CONVENÇÕES

Mata e Capoeira	Reflorestamento
Área Cultivada	Área Urbana
Rodovia Pavimentada	Área não Interpretada
Rodovia não Pavimentada	Limite Municipal
BR - Federal	Limite de fotografia aérea
PR - Estadual	
EO7 - Municipal	

LOCALIZAÇÃO



Execução: Gedrege Miriam Nardi Zear.

CARTA TEMÁTICA OBTIDA ATRAVÉS DA INTERPRETAÇÃO VISUAL DE IMAGEM TM-LANDSAT 5, BANDAS 3R, 4G E 5B DE 02/12/1993 - ESCALA 1:100.000. BASE CARTOGRÁFICA: CARTAS TOPOGRÁFICAS DO DBO DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO - ESCALA 1:50.000 E 1:100.000 DE 1980.

ESCALA GRÁFICA



Assim, quando da desapropriação, além dos valores pagos, não condizerem com o valor real de mercado, as terras que foram destinadas como fundo do lago, tiveram uma equivalência em dinheiro diferenciadas²⁵.

Esta foi uma forma, que a Itaipu Binacional encontrou, para pagar valores mais baixos, a uma boa parte dos trabalhadores agrícolas desapropriados. Assim o solo pago de acordo com sua fertilidade, passou a ter uma finalidade que independe desta fertilidade. Foi utilizado de acordo com sua situação perante a localização da Hidrelétrica de Itaipu, isto é como fundo de lago.

Ao compararmos o Mapa de Uso do Solo de 1980 e 1991 (páginas 85 e 91), podemos observar ainda, várias mudanças ocorridas, em função da formação do Lago de Itaipu.

Já incluída como área total da desapropriação - 13% do município-, a área de reflorestamento, tornou-se a partir da formação do Lago de Itaipu, mais um elemento a ser acrescentado ao

²⁵ Segundo o Jornal "Nosso Tempo", da cidade de Foz do Iguaçu (PR) de 15 à 22/04/81, in Germani (1982, p.87), os preços das terras dos proprietários a serem indenizados foram estabelecidos de acordo com levantamento realizado pelo ITC (Instituto de Terras e Cartografia) do Estado do Paraná:

a) terra de 1ª classe - sem restrição para qualquer tipo de cultura, que permite mecanização, tem topografia plana e ondulada. Preço - Cr\$ 490.595,00;

b) terra de 2ª classe - terra branca, sem restrição para culturas, como soja, trigo, outras não próprias para solos úmidos. Própria para cultivo de arroz, formada de banhados drenados. Preço - Cr\$ 427.547,00;

c) terras de 3ª classe - terra dobrada, com fortes restrições para a mecanização, face à ocorrência de pedras e topografia fortemente ondulada e montanhosa, assim como áreas alagadas ou permanentemente úmidas. Preço - Cr\$ 237.897,00;

d) terras de 4ª classe - encostas de rios, terras acidentadas, impróprias para qualquer tipo de exploração agropecuária. Preço - Cr\$ 112.901,00;

e) chácaras em Santa Helena - Cr\$ 904.643,00.

espaço agrário do Município de Marechal Cândido Rondon.

Conforme dados da Binacional Itaipu, a área reflorestada que margeia o Lago de Itaipu tem 3.070 hectares, situa-se numa faixa de 200 metros de largura que acompanha toda extensão do lago.

Se observarmos a carta de uso do solo de 1991, podemos perceber que esta faixa de reflorestamento, hoje torna-se bastante irregular, na maioria das vezes, com larguras inferiores às iniciais, ou então com trechos, em que o seu desaparecimento é total.

Segundo entrevista, com agrônomo²⁶, isto ocorreu porque a espécie utilizada para reflorestamento denominada "leucena", tornou-se uma leguminosa indispensável na alimentação do gado, criado nas propriedades próximas. Isto porque, em muitos trechos de reflorestamento, as cercas que mantinham a divisa entre a área reflorestada, e as propriedades agrícolas, não tiveram a manutenção necessária, com isto, o gado passou a invadir a área e utilizar a espécie vegetal para a sua alimentação.

Substituindo o reflorestamento original, atualmente podem ser encontradas áreas de capoeira, pastagens e cultivos de subsistência.

Quanto as áreas de mata, apenas uma delas possui uma extensão considerável. São aproximadamente 100 ha, de área nativa, localizada à jusante da margem esquerda do Rio São Francisco, hoje transformada num braço do Lago de Itaipu.

²⁶ Entrevistamos o Engenheiro Agrônomo Urbano Mertz, da EMATER—Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

As outras áreas de mata, são encontradas em pequenas extensões. São matas secundárias, onde após a retirada da madeira-lei cresceram além de outras árvores e arbustos, grande quantidade de cipós e vegetação rasteira. Estas áreas, encontram-se espalhadas pelo município em estudo, mas sua incidência é maior na porção Norte, devido a maior declividade do relevo e portanto dificuldades na sua mecanização. Isto ocorre porque quanto menor a declividade do terreno, maior o índice de mecanização, maior a produtividade, e maiores os lucros.

Ao compararmos os Mapas de Uso do Solo de 1980 e 1991 (páginas 85 e 91), podemos observar que, com a formação do Lago de Itaipu, a mata de galeria que acompanhava o então Rio Paraná, na porção Norte e na porção Sul do município, foi totalmente submersa.

Ainda nesta mesma comparação, podemos também observar, que houve uma diminuição nas áreas de matas nativas. Algumas destas áreas, são hoje, áreas de matas secundárias com capoeira, e outras foram totalmente incorporadas a expressiva área agrícola do município.

Conforme depoimento do mesmo agrônomo entrevistado, no início de década de 1990, a porcentagem de área com mata nativa e capoeira, não chegava a 5% da área total do município.

Porém, se neste período, a área agrícola por um lado aumentou, a partir de áreas desmatadas a ela incorporada, por outro lado diminuiu, em função da formação do Lago e conseqüente desapropriação das então áreas agrícolas. Foram quase 16.000 ha, em grande parte cultivados, deixaram de produzir alimentos, para serem transformados em fundo de lago, que tem como objetivo a produção de

energia elétrica. A seguir tabela para compararmos os dados das áreas destinadas a cultivos temporários e destinadas as matas nativas de 1980 e 1985, antes e depois da formação do lago de Itaipu:

TABELA Nº 09

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DE MATAS NATIVAS E DE
ÁREAS DESTINADAS A CULTIVOS TEMPORÁRIOS
NO MUNICÍPIO DE M. C. RONDON (EM HA)

////////////////////	1980	1985
MATAS NATIVAS	7.979	7.570
CULTURAS TEMPORÁRIAS	86.902	74.168

FONTE: CENSO AGROPECUÁRIO. IBGE, 1980/85. Montagem da autora.

A partir dos dados da tabela podemos constatar, que se somarmos apenas as áreas destinadas as matas nativas, e as áreas destinadas as culturas temporárias, houve com a formação do lago de Itaipu, uma redução de mais de 13.000 hectares de área.

Para entendermos como a formação do lago de Itaipu, interferiu na forma de produção do espaço agrário do Município de Marechal Cândido Rondon, durante a década de 1980, contruímos a partir de dados algumas tabelas que tem por objetivo demonstrar a evolução da área cultivada dos principais produtos agrícolas.

Como já o fizemos anteriormente, analisando as modificações no uso do solo agrícola de Marechal Cândido Rondon, principalmente a partir das modernização da agricultura, articulada às mudanças na importância dos produtos agrícolas cultivados durante a década de 1970, discutiremos neste momento, as mudanças ocorridas no solo agrícola desta mesma área, durante a década de

1980, relacionadas principalmente com a formação do lago de Itaipu, mas também com os novos direcionamentos da política agrícola nacional. Apresentaremos as tabelas e respectivas discussões sobre a evolução dos produtos agrícolas, na ordem já realizada anteriormente.

Ao construirmos as tabelas que mostram a evolução dos produtos agrícolas durante a década de 1980, utilizamos os dados das safras de 1980 por representar o início da década; as safras de 1984, 85 ou 86 (a que representou melhor o período) por indicar as mudanças ocorridas na área cultivada na primeira parte da década, com a formação do lago de Itaipu em 1982; e a safra de 1991 por indicar o término do período a que nos propusemos analisar.

Se compararmos a área cultivada com soja durante a década de 1970 (tabela nº 01), com a área cultivada durante a década de 1980 (tabela nº 10), poderemos observar que o período "áureo" da soja no município em estudo ocorreu durante a década de 1970, principalmente durante a 2ª metade da década. Na década de 1980 ocorre uma queda na área cultivada como pode se observar na tabela a seguir:

TABELA Nº 10

A SOJA NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1979/80	85.000	206.040	2.424
1984/85	56.200	120.268	2.140
1990/91	43.000	78.380	1.866

FONTE: DERAL - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

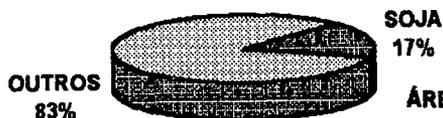
De acordo com os dados acima observamos que comparativamente à safra de 1979/80, a safra de 1984/85 apresenta uma queda na área cultivada com soja, esta queda ocorreu principalmente com a formação do lago de Itaipu, que deu-se na segunda metade do ano de 1982. É portanto nas safras seguintes à formação do lago, que podemos avaliar a diminuição da área até então cultivada com o produto. Uma diminuição de aproximadamente 30% a nível de município.

Se tivéssemos dados de área e produção a nível de distritos municipais, principalmente dos distritos de Porto Mendes, Pato Bragado e Entre Rios, poderíamos verificar que a queda na área cultivada, nestes distritos, pode ter sido de até 50%. Isto porque o distrito de Porto Mendes teve 52,7% de sua área desapropriada pela Binacional Itaipu.

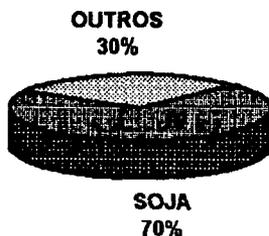
O gráfico nº 04, nos mostra a área destinada ao cultivo da soja quando da sua introdução em 1970, aumento da área cultivada entre 1970 e 1980 e declínio da mesma. Assim, durante a década de 1970, os preços altos no mercado mundial e o incentivo das políticas estatais que objetivaram a exportação do produto, levaram a um aumento considerável da área cultivada no município; e, a partir da década de 1980, esta mesma área declina na primeira metade da década com a formação do lago de Itaipu e, na segunda metade da década com a diminuição dos preços da soja no mercado mundial.

GRÁFICO Nº 04

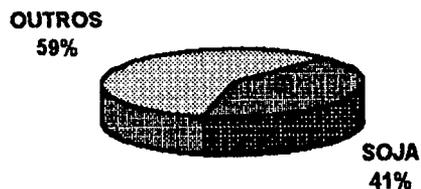
**ÁREA DESTINADA AO CULTIVO DA SOJA
EM 1970**



**ÁREA DESTINADA AO CULTIVO DA SOJA
EM 1980**



**ÁREA DESTINADA AO CULTIVO DA SOJA
EM 1990**



Assim, parte das áreas destinadas ao cultivo da soja não alagadas com a formação do lago de Itaipu, foram principalmente a partir da segunda metade da década de 1980, substituídas pelo cultivo de outros produtos, como o milho e mandioca, como mostraremos no decorrer deste capítulo.

No que refere-se a produtividade no cultivo da soja (conforme dados da tabela anterior), a mesma manteve-se constante durante a década de 1980, caindo na safra 90/91, devido a estiagem no momento do florescimento e da formação de grãos.

De forma similar ao ocorrido com a soja, ocorre com o trigo também. O cultivo do trigo, que durante a década de 1970 (tabela nº 02- pág. 73), apresentou um acréscimo na área cultivada, durante a década de 1980, diminui esta mesma área de cultivo, é o que mostra a tabela a seguir:

TABELA Nº 11

O TRIGO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1980	68.000	58.500	860
1985	23.000	40.575	1.764
1989	57.000	95.367	1.673
1991	25.000	48.000	1.920

Fonte: DERAL - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

A diminuição da área cultivada na década de 1980, está diretamente ligada a alguns fatores.

A redução de área que se apresenta nos primeiros anos da década estão relacionados com a formação do lago de Itaipu em 1982 e a precipitação pluviométrica muito alta durante o período do plantio do trigo. Assim, a excessiva precipitação pluviométrica acentua a já reduzida área de cultivo do trigo, nas safras de 1984/85/86.

Nas safras seguintes, como a de 1989, demonstrada na tabela, o tamanho da área cultivada manteve-se mais ou menos estável. A partir de 1991, a área cultivada com trigo volta a ser reduzida, desta vez devido à falta de uma política estatal de incentivo ao plantio do produto. Sem subsídios, até então existentes, o produtor viu-se desestimulado e passou a cultivar outros produtos. A retirada de subsídios, esteve diretamente relacionada, com o trigo importado da Argentina, que tem um custo

inferior ao trigo aqui cultivado. O baixo custo do trigo argentino²⁷, ocorre principalmente, em função de dois fatores: Primeiro, a diminuição de custos com fertilizantes, devido a maior fertilidade do solo argentino e, da menor exigência de fungicidas em função da menor incidência de fungos; Segundo, devido as grandes extensões de áreas cultivadas naquele país.

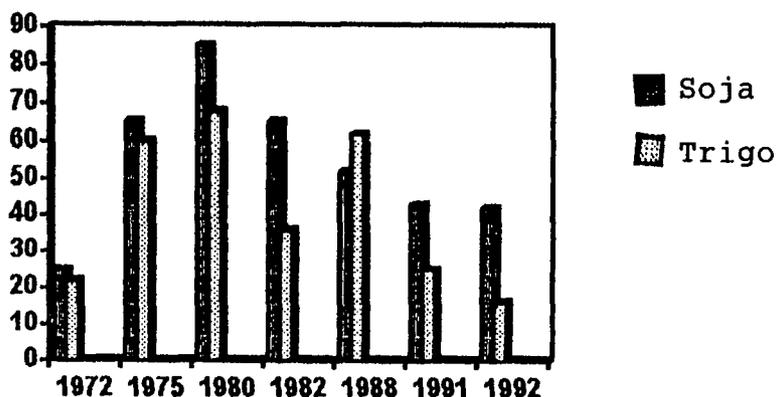
Quanto a produtividade de trigo por hectare, a mesma apresentou-se baixa na safra de 1980, devido a problemas climáticos, como a geada, que ocorreu em algumas áreas do município, baixando a produtividade do município como um todo. Excluindo-se este fator, a produtividade média do trigo manteve-se durante a década de 1980 entre 1.500 e 2.000 Kg/ha. Uma média de produtividade bem maior que a da década de 1970, como já nos referimos anteriormente, em torno de 900 kg/ha.

Se compararmos as tabelas nº 01 e nº 02, observaremos que durante a década de 1970, a predominância do binômio trigo/soja apresentava-se evidente. Conforme observa-se no gráfico nº 05, em média, 70% das áreas cultivadas com a soja no período do verão; cultivava-se trigo no período do inverno. Devido a problemas climáticos e a política agrícola vigente, o mesmo não aconteceu na década de 1980. A área cultivada com trigo na década de 1990, tende a diminuir em proporções maiores do que a área cultivada com a soja, conforme mostra o gráfico a seguir:

²⁷ Segundo entrevista com agrônomo da EMATER, o custo do trigo argentino é de aproximadamente 105 dólares a tonelada, enquanto o custo do trigo brasileiro é de aproximadamente 140 dólares a tonelada.

GRÁFICO Nº 05

COMPARAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA COM
SOJA E TRIGO EM M. C. RONDON



Com a diminuição da área cultivada com trigo, pelos motivos já expostos, passaram a ser cultivados nesta mesma área no período do inverno, outros produtos. Dentre eles a mandioca e milho, cultivados entre fevereiro e julho, além de espécies que se destinam a adubação verde como a aveia preta e o nabo forrageiro, que são incorporadas ao solo.

Assim, a partir da década de 1980, o plantio de milho no município, que até então ocorria somente, em função de necessidades de auto-consumo, tais como alimentar algumas cabeças de gado leiteiro e criação de suínos, passa a ter outra finalidade.

Isto ocorreu porque as agroindústrias que até então utilizavam como principal matéria-prima a soja e o trigo, resolveram diversificar suas atividades.

O milho, também passou a fazer parte dos produtos

agrícolas imprescindíveis, como matéria-prima, para as agroindústrias. Para tanto, estas empresas, produtoras de óleo, de rações e de outros sub-produtos, procuraram desenvolver estratégias no sentido de atrelar os pequenos agricultores a elas, "amarrando-os" às duas pontas do processo. De um lado, defendem a idéia da utilização de sementes híbridas de milho, para a obtenção de uma maior produtividade, tornando-os dependentes da própria indústria na compra destas sementes e estipulando preços. De outro, estimulam os agricultores a plantar o produto, devido ao amplo mercado interno, pois o milho é matéria-prima para produção de ração além de vários outros produtos alimentares.

Através desta pressão ideológica, e do atrelamento às agroindústrias, o cultivo do milho no município de Marechal Cândido Rondon, teve durante a década de 1980, além de um aumento na área cultivada, um aumento de produtividade, principalmente, se compararmos a década anterior (tabela nº 03, página 76) com a tabela a seguir:

TABELA Nº 12

O MILHO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1978/79	10.000	34.320	3.432
1983/84	20.000	70.000	3.500
1990/91	26.000	101.400	3.900

Fonte: DERAL - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Utilizamos a safra de milho 1978/79 por representar

melhor a área cultivada e a produtividade das safras no final da década de 1970 e início da década de 1980.

Observamos que após uma acentuada queda na área destinada ao cultivo do milho, em função da introdução do cultivo da soja, na década de 1970, ocorre uma recuperação de parte desta área. Isto ocorre, como já comentamos devido aos preços baixos da soja no mercado mundial, e ao incentivo das agroindústrias.

Desta forma o que ocorreu na década de 1980 foi o reverso do ocorrido durante a década de 1970. As áreas cultivadas com milho que foram substituídas pelo cultivo da soja no período do verão e pelo cultivo do trigo no período do inverno, estão em parte sendo novamente destinadas ao cultivo do milho, não mais como cultura de subsistência, mas como cultura que ao entrar no sistema de troca e circulação transformam-se em bens industrializados, pelas agroindústrias.

Assim como ocorreu com o milho, a mandioca tornou-se importante matéria prima para as fecularias que se instalam no município de Marechal Cândido Rondon na década de 1980.

A mandioca, cultivada entre os meses de agosto/setembro à junho/julho, em pequenas áreas, em torno de 10 à 20% das propriedades, passou a substituir os cultivos da soja e/ou milho durante o verão e trigo e/ou milho durante o inverno. As áreas cultivadas são pequenas, porque, apesar do preço pago pelo produto ser compensador (na forma de pensar do agrônomo entrevistado), há necessidade de rotação de cultivos por dois ou três anos após um ano de plantio de mandioca. Neste período são cultivados produtos como o milho e/ou soja.

O cultivo da mandioca não exige técnicas modernas, mas uma quantidade maior de mão de obra, por sua colheita ocorrer de forma manual. No período da colheita, de uma forma geral, não existe a contratação de trabalho temporário, o trabalho ocorre na forma de mutirão, entre os "vizinhos" próximos.

Como ocorreu com o milho, com a implantação das fecularias de mandioca no município - agroindústrias oriundas do Estado de Santa Catarina-, o agricultor que até então cultivava a mandioca, para seu consumo próprio, como alimento para a família e criação de animais, passa a cultivá-la principalmente com a finalidade de venda, transformando-a em matéria-prima para estas pequenas indústrias.

Com isto, conforme observamos na tabela a seguir a área cultivada com mandioca, aumentou consideravelmente a partir da década de 1980. Para que este aumento de área cultivada ocorresse, as agroindústrias montaram estratégias, dentre as quais, tornaram-se mais evidentes a assistência técnica, os concursos de produtividade e a assinatura de contratos de entrega de produtos. Este último, nada mais é do que a garantia da entrega de matéria-prima para que a empresa, se reproduza enquanto empresa capitalista. Uma relação, transmitida ao agricultor de forma diferente. Para o pequeno produtor, a empresa passa a idéia, de que, tanto com a compra antecipada do produto, como através da assistência técnica, a empresa está fornecendo uma certa estabilidade à sua atividade agrícola.

TABELA Nº 13

A MANDIOCA NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1977/78	3.500	50.082	14.309
1983/84	5.800	127.600	22.000
1990/91	7.650	229.500	30.000

Fonte: DERAL - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

A tabela acima nos mostra, a área cultivada a partir de 1977/78, período anterior a implantação das agroindústrias especializadas em féculas e os períodos posteriores a esta implantação, para que possamos comparar as mudanças no aumento da área cultivada e no rendimento da mesma.

Também podemos observar na tabela, um aumento de produtividade bastante acentuado, durante o período analisado. Isto ocorreu como consequência das estratégias das empresas, já comentadas anteriormente, onde a assistência técnica e os concursos de produtividade ao mesmo tempo que beneficiam o pequeno agricultor, acreditamos que também favorecem de forma ampliada a empresa no momento em que tiver à sua disposição um produto em abundância e de boa qualidade.

Segundo dados do Senso Agropecuário de 1985, a área cultivada com mandioca no Município de Marechal Cândido Rondon representou 30% da área cultivada com mandioca nos municípios da microrregião do Extremo Oeste Paranaense. É a comprovação do trabalho de incentivo das fecularias de mandioca na área.

Assim, durante a década de 1980, a mandioca passou de

cultivo de subsistência à fonte de matéria-prima industrial, tomando parcelas de áreas antes destinadas ao cultivo da soja e do trigo, que como já nos referimos, deixaram de ser cultivados devido aos preços baixos no mercado internacional e pela falta de uma política de incentivos, respectivamente.

O arroz que durante a década de 1970, manteve uma área cultivada estável - em torno de 1.000 hectares, tem um decréscimo bastante considerável durante a década de 1980. A área cultivada, representou, como se pode observar na tabela a seguir, em 1991, menos de 17% do que representava no início da década de 1980.

TABELA Nº 14

O ARROZ NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1979/80	900	1.080	1.200
1984/85	300	391	1.306
1991/92	150	274	1.980

Fonte: DERAL - Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná.

Na realidade o município, nunca foi grande produtor de arroz, mas na década de 1980 com as áreas mais baixas e úmidas alagadas pela represa de Itaipu, e com as políticas agrícolas de incentivos e as estratégias das agroindústrias, o arroz deixou de ser cultivado em grande parte da área até então destinada a ele; e, em seu lugar foram cultivados produtos que tornaram-se matérias-primas para estas indústrias, como o milho, a mandioca.

Ao mesmo tempo que ocorre uma queda na área cultivada com

o arroz, observa-se que sua produtividade aumenta consideravelmente, isto ocorreu devido a "modernização agrícola" que ao ser propagada às grandes áreas produtoras de arroz do Brasil, chega igualmente às poucas áreas do município ainda cultivadas com o produto.

O feijão que na década anterior já apresentava uma redução de área contínua, devido a sua substituição de seu cultivo pelo cultivo da soja, manteve esta tendência. Sua área de cultivo que havia diminuído em 75% na década de 1970, reduz em mais 83% durante a década de 1980, conforme podemos observar se compararmos as tabelas nº 05 e nº 15.

TABELA Nº 15

O FEIJÃO NO MUNICÍPIO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

PERÍODO	ÁREA CULTIVADA (HA)	PRODUÇÃO (TON)	RENDIMENTO (KG/HA)
1979/80	300	114	380
1986/87	50	20	400
1991/92	50	15	300

Fonte: DERAL - Secretaria da Agricultura do estado do Paraná.

Acreditamos que esta queda da área cultivada, tenha ocorrido devido as políticas agrícolas, que privilegiaram produtos de exportação, associada à atuação das agroindústrias da soja, durante a década de 1970. Na década de 1980, estas mesmas agroindústrias, determinaram o plantio de produtos como o milho e a mandioca, em detrimento de produtos de subsistência como o feijão.

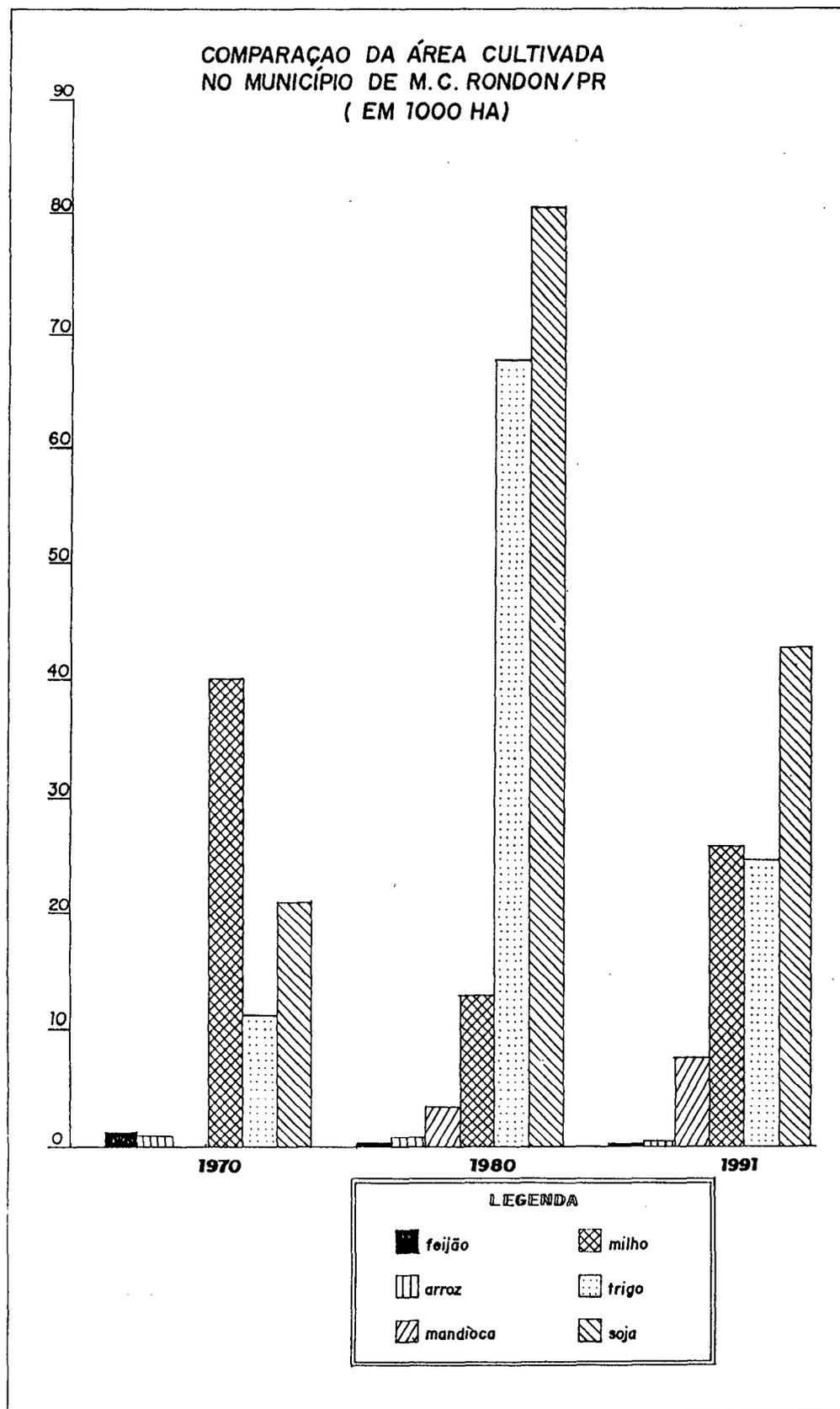
Percebemos que a formação do lago de Itaipu pouco influenciou na redução da área de plantio do feijão, pois quando da sua formação, a área de plantio deste produto já se encontrava bastante reduzida.

Quanto a produtividade do feijão, observamos que após um incremento durante a década de 1970, ocorre uma queda e ela se mantém mais ou menos estável durante as últimas safras. Segundo entrevista com agrônomo, esta queda na produtividade ocorrida a partir da década de 1970, deu-se com a diminuição gradativa de matéria orgânica do solo.

O que está ocorrendo com o feijão é uma amostra de como alguns produtos agrícolas, em virtude das políticas agrícolas, ficaram marginalizados quando da introdução de novas tecnologias agrícolas. Tecnologias que beneficiaram principalmente produtos que destinavam-se à exportação e/ou como matéria-prima para as indústrias.

O gráfico da página seguinte nos mostra a evolução da área cultivada dos produtos que analisamos, durante as décadas de 1970 e 1980:

GRÁFICO Nº 06



Pelo gráfico anterior podemos observar, que durante a década de 1970, a estrutura produtiva de subsistência foi substituída pela produção de soja e trigo. A partir da década de 1980, com o término do período "áureo" da soja, ocorre o inverso. Estado e agroindústrias passaram a incentivar a diversificação dos cultivos para que os mesmos atendessem a demanda de matéria-prima industrial.

Assim, o pequeno agricultor do Município de Marechal Cândido Rondon que até então cultivava quase que exclusivamente soja, passa a cultivar o milho e a mandioca em decorrência de uma maior integração entre os produtores e a agroindústria.

Como podemos observar no gráfico, a tendência de uma progressiva eliminação de produtos como o arroz e o feijão mantém-se durante a década de 1980.

O binômio soja-trigo, predominante durante a década de 1970, cede em parte, lugar a algumas culturas tidas como "tradicionais".

Neste caso, o pequeno agricultor do Município de Marechal Cândido Rondon, teve um papel fundamental, ao deixar de alimentar os animais com o milho que produz, e passar a alimentá-los com a ração produzida pela agroindústria a partir do milho por ele produzido. Este agricultor torna-se ao mesmo tempo, um fornecedor do milho transformado em matéria prima para a fabricação desta ração, e um comprador em potencial desta ração.

É a partir desta situação de dependência, da atividade agrícola com relação à atividade industrial, que temos de um lado os produtos agrícolas, cada vez mais industrializados antes de

chegar ao mercado consumidor e, de outro a atividade agrícola tornando-se um importante mercado consumidor para máquinas, e insumos modernos produzidos pela indústria. É a ideologia da modernização, atuando no sentido de uma mudança de hábitos e de valores, onde a modernização da agricultura é o reflexo não só do comércio e indústria modernos, como da aplicação desta última à agricultura.

Isto evidencia-se na forma de tornar a atividade agrícola, cada vez mais dependente do setor industrial. Dependência que é explicada pelo fato da agricultura, encontrar-se comprimida de um lado pelas indústrias fornecedoras de máquinas, defensivos agrícolas, e de adubos químicos e, de outro, pelas indústrias de transformação dos produtos agropecuários, tais como fábrica de óleo vegetal, fábricas de rações, fecularias de mandioca, moinhos de trigo, etc.

Assim, acreditamos que as agroindústrias, ao diversificar suas atividades tenham como objetivo principal, a apropriação de parte do trabalho do pequeno produtor agrícola do Município de Marechal Cândido Rondon, sem a qual dificilmente conseguiriam se reproduzir.

Isto porque nesta relação criada entre as agroindústrias e o pequeno agricultor, este quase nunca questiona preços, pois para ele é óbvio que preços de mercado não se discute; como também é óbvio, porque a ideologia dominante assim o instituiu, que ele é um trabalhador "livre", um trabalhador que não tem patrão, que produz o que quer, e que dá o destino que quiser ao produto por ele cultivado.

Em sua aparência é isto o que esta relação nos apresenta, mas em sua essência, várias condicionantes devem ser analisadas. Entre elas, a necessidade que o agricultor tem de cultivar determinados produtos, por oferecerem maior demanda, e a necessidade de comprar sementes, defensivos e fertilizantes, sem os quais não produz. No nosso entender esta é uma forma de "empurrar" este pequeno agricultor agrícola para que ele cultive o que as indústrias necessitam e, da forma como necessitam.

São estas relações contraditórias, criadas e recriadas pela sociedade capitalista que determinam a forma de uso do solo agrícola como um todo, neste trabalho exemplificado pelo Município de Marechal Cândido Rondon. É somente a partir destas relações que podemos entender como ocorreu o processo de ocupação desta área a partir da década de 1940. Um processo que representou acima de tudo, a criação de condições para a produção e reprodução das relações capitalistas no campo. Condições manifestadas principalmente através da ideologia "imposta" aos trabalhadores agrícolas, para que estes através de seu trabalho oportunizassem a materialização deste processo.

3.2 - AS VIAS DE CIRCULAÇÃO

A configuração de uma rede viária, ou de comunicação é o resultado de uma prática social, a qual está diretamente relacionada, com o processo de circulação e de produção do espaço.

Mas, o processo de circulação na sociedade moderna, só se efetiva pela existência de mercadorias. Mercadorias alheias aos produtores, onde os agentes da circulação aparecem como proprietários de valores de troca, sejam eles em forma de dinheiro ou em forma de mercadorias. É assim que na circulação, uns se apropriam do resultado do trabalho de outros.

No processo de circulação, os produtores trocam suas mercadorias por dinheiro, enquanto consumidores trocam seu dinheiro por mercadorias, no mesmo momento, o que para um é compra, para outro é venda. E, é inserido neste processo que todo trabalhador, no momento da troca, é concomitantemente comprador e vendedor, pois ao vender a sua força de trabalho, torna-se comprador de mercadorias que irão permitir a sua subsistência enquanto indivíduos e enquanto trabalhadores.

É através da rede, que o Estado, em suas implantações, divisões ou ligações, constrói um domínio nacional. É também através dela que as empresas circulam bens e informações, e é em decorrência desta circulação que o capital consegue converter em dinheiro as suas mercadorias.

Mercadorias que segundo Marx (1985), devem ter valor de troca e valor de uso, ou seja devem ter um valor e uma utilidade para alguém. São estas mercadorias que, após a produção circulam em

direção à valorização do capital. Isto pressupõe, pois a "circulação como condição e momento necessário de todo movimento" (Marx, 1985, p. 274, v. I).

É neste sentido que a rede revela um certo domínio no e do espaço, pois ela, juntamente com o espaço é concomitantemente produto e meio de produção. Ela faz parte do espaço, ao articular campos de poder, que simbolizam a posição dos atores, a sua área de atuação, enquanto elementos que representam o poder.

É neste sentido que Raffestin (1993), afirma ser toda rede "uma imagem do poder ou, mais exatamente, do poder dos atores dominantes" (p. 157).

Até a década de 40, a área aqui analisada tinha toda sua economia voltada à exportação via então Rio Paraná, tanto na extração da madeira como da erva-mate. Situação esta, entendida à medida que observamos a rede de circulação da época - o Mapa de Uso do Solo de 1952 (Mapa nº 03, página 59)-, que apresentava fortes vestígios da mesma.

Até esta data, toda a extração da área era realizada por duas Companhias. Uma, a Companhia Mate-Laranjeiras, estruturou-se no local denominado de Porto Mendes, que era utilizado para embarque de erva-mate proveniente do então Estado do Mato Grosso e com destino à República da Argentina. A outra, Companhia de Maderas Del Alto Paraná utilizava-se do Porto Britânia, mais ao Sul, a fim de exportar madeiras extraídas na área.

Eram dois pontos de poder; dois centros; dois locais de aglomerações; onde os atores principais produziram o espaço da forma como melhor lhes convinha. Tanto é assim, que toda a rede

viária foi montada a partir de interesses dos mesmos. É neste sentido que concordamos com Raffestin (1993), quando ele diz que toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos, se traduz por uma "produção territorial".

Como até o início da colonização, toda a economia da área estava voltada à exportação via Rio Paraná, o que pode ser observado no Mapa da "planta da área centro ocidental da Fazenda Britânia" (Mapa nº 02, página 56). As localidades de Porto Britânia e Porto Mendes, mantiveram-se durante um longo período, como centros de convergência de produtos de exportação, e de divergência de bens de consumo importados.

Mas para que isto ocorresse, era necessário construir uma rede viária que atingisse tais propósitos. Para tanto a Companhia Mate-Laranjeiras construiu uma estrada de ferro com sessenta quilômetros de extensão, que ligava Guaíra a Porto Mendes, tornando possível a exportação da erva-mate, oriunda do então Estado de Mato Grosso. Esta ferrovia, era a única forma de transportar a erva-mate, vencendo o obstáculo criado pelas Sete Quedas (vide Mapa nº 02, página 56).

Paralelo à construção da ferrovia, toda uma estrutura foi montada em Porto Mendes, com a instalação de uma estação telegráfica, cuja linha acompanhava a ferrovia, construção de armazéns, casa de administração, correio, e casas destinadas a abrigar os trabalhadores da Companhia.

Em Porto Britânia a situação foi semelhante. A Companhia de capital inglês, mas com sede em Buenos Aires, construiu uma

infra-estrutura que tornou a área quase auto-suficiente. No local encontravam-se desde máquinas e veículos importados, à moradia e alimentação de subsistência para os trabalhadores braçais, que ali permaneciam, em sua maioria paraguaios e argentinos. O sistema de redes articulava toda a fazenda, permitindo que produtos como madeira de lei, extrato de laranja e de erva cidreira e, erva-mate chegasse ao mercado externo via Rio Paraná.

A área em estudo, permaneceu de "costas" ao restante do país, até o início do processo de colonização, ao mesmo tempo que estava voltada ao mercado externo. Isto pode ser observado, em função da inexistência até então de rodovias que ligassem a área aos municípios vizinhos. Existiam apenas estreitas "picadas", para facilitar a extração da madeira e seu transporte aos portos.

Mas, ao mesmo tempo em que a comunicação com o restante do país era inexpressiva, um vapor argentino percorria o Rio Paraná regularmente, transportando mercadorias e pessoas, entre os dois locais mais distantes, permitido pelos obstáculos do Rio Paraná: Buenos Aires e Porto Mendes. Este trajeto que levava vários dias para ser percorrido, fazia parada em vários portos ao longo do rio e, dentre eles, Porto Britânia.

No entanto, para se ter acesso a Guaíra, a utilização da ferrovia era imprescindível. Esta, construída pela Companhia Mate-Laranjeiras, foi inaugurada em 1917, e esteve sob o seu controle até 1930, quando passou ao controle do Estado, o qual permitiu o acesso livre às pessoas que precisassem dela utilizar-se. Esta via férrea foi desativada no início da década de 60, pois o seu funcionamento atendia objetivos diversos aos propostos pela

Companhia Colonizadora que era o de unir os vários pontos do município em torno de um centro : a sede do município. Mas, enquanto encontrava-se em atividade, esta via férrea simbolizou acima de qualquer coisa, o poder econômico construindo e controlando o espaço, pois conforme a sua conveniência, este poder permitia ou não, a passagem de produtos provenientes de Guaíra e Mato Grosso.

Como parte desta rede local, que as duas Companhias com o objetivo de possibilitar a exportação de seus produtos, construíram uma via na área ribeirinha ao então Rio Paraná, acompanhando o seu leito no sentido longitudinal, uma via que iria ligar os dois centros de decisão da época: Porto Britânia e Porto Mendes.

Foi desta forma, que a rede viária representou antes do início da colonização, uma relação com a produção do espaço geográfico. Relação que determinava além da construção deste espaço, as formas de controlá-lo, possibilitando além da circulação de mercadorias e pessoas, a circulação de informações, de forma a atingir objetivos propostos pelo poder que ali se estabelecera.

Esta rede, representou a circulação de produtos que extraídos e produzidos, no momento da troca, transformaram-se em mercadorias. Mercadorias que transformavam-se em valor de uso para argentinos, uruguaios, paraguaios e europeus. Isto porque, estes produtos tinham como primeira etapa de circulação o Rio Paraná, podendo a partir do porto de Buenos Aires, percorrer outras etapas desta circulação, até chegar ao seu consumidor final, que transformá-los-iam em valores-de-uso.

Mas, a decadência das Companhias de Exploração, e início do processo de colonização da área, pela Industrial Madeireira Colonizadora S/A - MARIPÁ-, foi determinante para um novo arranjo espacial, e com ele as novas formas de controle, distribuição e influências levaram a um redirecionamento na malha viária local.

Com novos objetivos a Empresa Colonizadora divide a área em colônia de dez alqueires (2.42 ha), conforme observa-se na planta da Fazenda Britânia (Mapa nº 02, página 56), a fim de vendê-la aos agricultores provenientes dos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Dentro desta nova forma de produção do espaço, fêz-se necessário em primeiro lugar, acabar com o isolamento da área, ligando-a à cidade de Toledo, sede da Empresa Colonizadora MARIPÁ.

Com o objetivo de realizar a integração, e a coesão dos dois locais, duas vias são construídas: Uma, ligando a cidade de Toledo a Porto Britânia, local que devido a sua infra-estrutura, fora escolhido para dar início ao trabalho de distribuição dos lotes, que dariam origem às colônias. Esta via, que atravessava o Sul do então distrito de General Cândido Rondon, no sentido Leste-Oeste, contribuiu para a formação de uma vila que mais tarde daria origem à sede do distrito de Margarida. A outra via, ligava a cidade de Toledo a Porto Mendes, atravessando a parte central do então distrito de General Cândido Rondon, também no sentido Leste-Oeste, permitindo a ocupação do local onde hoje está localizada a sede do Município de Marechal Cândido Rondon. Isto pode ser observado no Mapa de Uso do Solo de 1952 - Mapa nº 03, na página 59.

A malha viária antiga, ribeirinha ao Rio Paraná, caiu

para segundo plano e, as novas vias transformam-se em sinônimo de "progresso". Com isto o sistema de circulação, tinha novos propósitos. É neste sentido que segundo Raffestin "um sistema de circulação é um instrumento criado, produzido por atores, e é reproduzido de uma forma variável, em função dos projetos políticos e econômicos que evoluem"(1993,p.207).

Isto evidenciou-se com o projeto político "Plano de Metas" que durante a década de 1960, visou tanto a expansão das fronteiras agrícolas como a expansão da indústria nacional automobiliz. Inserido nesta política, o Estado do Paraná voltou-se basicamente a criação de uma infra-estrutura rodoviária que permitiu a integração da economia do Oeste do Paraná, à economia nacional e internacional. Assim, o Estado do Paraná cresceu industrialmente entre os anos de 1970 e 1975 a uma taxa de 23% ao ano²⁸. Uma indústria que teve como base a agroindústria, a qual levou ao aparecimento de novas formas de relação entre a agricultura e a indústria, como já nos referimos na primeira parte deste capítulo.

Segundo Marx (1985), uma das condições da produção capitalista é a circulação de mercadorias cada vez maior. Desta forma, quanto maior a circulação, mais intensa a troca e a reprodução do capital e, maior será a nova produção. Um momento condiciona o outro.

As vias de circulação, ao se traduzirem em infra-estrutura de um espaço geográfico, por ligarem pontos específicos

²⁸ Segundo dados do IPARDES, na obra O PARANÁ: ECONOMIA E SOCIEDADE, Curitiba, 1981.

e precisos, representam a imagem do poder dos agentes dominantes, que procuram assegurar a fluidez dos elementos que utilizam, manipulam e combinam. É por isto, que a dimensão e forma de uma rede nunca é aleatória, pois cristaliza todo um conjunto de fatores, quer físicos, econômicos e/ou sócio-culturais.

Isto pode ser observado, através da análise dos Mapas de Uso do Solo de 1963 e 1980 (mapas nºs 04 e 05, páginas 85 e 91), onde toda a rede viária do município, exprime a área de exercício de um poder central. Poder este, que transforma a sede do município em um ponto de referência, que para Raffestin pode ter uma posição de forma absoluta ou relativa, mas que se define melhor em termos relativos, pois o que importa é saber onde está o Outro, aquele que pode prejudicar ou ajudar. Para Raffestin (1993), o ponto aqui representado pela cidade simboliza o poder dos atores que dominam o espaço social.

É neste sentido, que houve toda uma preocupação em articular os vários pontos do município à sede do mesmo, em detrimento da articulação de vários outros pontos entre si. Isto explica-se pela necessidade que o poder, quer representado por empresas econômicas, quer representado pelo aparelho estatal, teve e ainda tem de controlar todo o seu campo de poder, através de leis e normas, do aparelho ideológico ou da materialização da malha viária.

Desta forma, com a modernização das vias de circulação - as rodovias-, que ligam o município aos centros maiores, os pequenos produtores agrícolas foram induzidos a se incorporarem a economia nacional e mundial de forma cada vez mais intensa.

Como a continuidade do processo capitalista de produção, depende da circulação e vice versa, quanto mais rápido for a circulação e venda das mercadorias, mais cedo se reiniciará a produção. É por isto, que o capital tende a reduzir ao mínimo, o tempo necessário para a circulação de suas mercadorias, pois quanto maior e mais rápida a trajetória dos produtos, maior é o mercado, e o espaço de realização das mercadorias. E, menor tempo de circulação, também é condição para a mais rápida reprodução do capital.

É neste processo, que entendemos estar inserido, o pequeno agricultor de Marechal Cândido Rondon. A partir da modernização do campo este vê seu produto materializado na produção da soja, converter-se não mais em valor-de-uso, mas apenas em valor de troca, numa mercadoria que será trocada por dinheiro. Dinheiro este, que irá converter-se em mercadoria no momento de uma nova troca, quando este agricultor irá adquirir gêneros alimentícios, insumos, implementos agrícolas, para assim continuar subsistindo como indivíduo e como trabalhador. Cria-se, portanto a necessidade de vender para poder comprar.

É desta forma que Marx vê os "movimentos opostos da metamorfose das mercadorias formar um circuito: forma mercadoria, abandono da forma mercadoria, volta à forma mercadoria" (1994, p.125).

Ainda, segundo Marx (1994), este circuito percorrido pelas metamorfoses de cada mercadoria, entrelaçam-se inextricavelmente com os circuitos das outras mercadorias e, o conjunto de todos os circuitos, constitui a circulação das

mercadorias.

Esta circulação de mercadorias, de informação e de pessoas, onde se insere o processo da troca de mercadorias que Marx vê por um lado, como que rompendo com as limitações individuais, e locais, da troca imediata dos produtos, e desenvolvendo a circulação dos produtos do trabalho humano, mas por outro desenvolve-se todo um ciclo de espontâneas conexões sociais, incontroláveis pelos que intervêm nas operações.

A introdução do processo de modernização das práticas agrícolas e a construção da Hidrelétrica Binacional Itaipu, caracterizaram-se por novas formas de uso do solo agrícola e conseqüentemente novas formas de produção do espaço.

A criação da Binacional Itaipu para projetar, controlar e decidir sobre a obra da construção da hidrelétrica, antes, durante, e após o término da obra, decidiu sobre o destino de todo um território, localizado circunvizinho à obra e ao lago em função dela formado.

Com a introdução deste novo elemento, na produção do espaço do município - o lago de Itaipu -, as rodovias que desde o início da década de 1970 haviam expandido em função da intensidade do processo de trocas, e com isto a necessidade de uma maior circulação, tem sua extensão momentaneamente reduzida. Esta redução como podemos observar no Mapa nº 06 (página 91), ocorreu no Oeste do município de Marechal Cândido Rondon em função do alagamento da área pelo lago de Itaipu. Toda a rede rodoviária marginal ao então Rio Paraná e grande parte das vias articuladas a ela foram "afogadas".

Mas, ao mesmo tempo que ocorre a interdição destas vias próximas ao lago, outras rodovias são viabilizadas, pois segundo Marx (1985), este é o papel do capital: derrubar todas as barreiras impostas pelo espaço. Neste processo também insere-se a luta do capital para aumentar o crescimento das forças produtivas, a diversificação da produção e a exploração do trabalho e da natureza. São elementos que, juntamente com a produção e circulação, são essenciais à reprodução do capital.

Ao compararmos os Mapas de Uso do Solo de 1980 e 1991 (páginas 85 e 91), observa-se que as rodovias PR 495 e a municipal 108, que ligavam no sentido longitudinal, o distrito de Porto Mendes ao Município de Guaíra e, Porto Britânia²⁹ ao distrito de Porto Mendes tornaram-se intransitáveis. A primeira porque teve grande parte do seu leito invadida por braços de água do lago de Itaipu, a segunda porque foi totalmente invadida pelas águas do lago.

Mas, as mudanças não pararam por aí. Como as águas do lago atingiram até a cota de 250 metros acima do nível do mar, grande parte das rodovias secundárias que davam acesso às rodovias principais, foram em parte também "afogadas". A exemplo disto, podemos citar as rodovias municipais 206 e 207, que ligavam a sede do distrito de Entre Rios à área ribeirinha do então Rio Paraná; a 205 que ligava a sede do distrito de Margarida a Porto Britânia; a 204 e 405 que ligavam respectivamente a sede do distrito de Pato

²⁹ Na Carta de Uso do Solo, não localizamos Porto Britânia por ser apenas um núcleo com poucas casas. Nos limitamos a localizar as sedes dos distritos. Porto Britânia situava-se na margem direita do Rio São Francisco, próximo a sua foz, no Rio Paraná.

Bragado e a PR 495 à rodovia municipal 108, onde a partir da mesma poder-se-ia ter acesso a Porto Britânia e Porto Mendes. O traçado da BR 467, que liga a sede do município ao distrito de Iguiporã e ao distrito de Porto Mendes, precisou ser modificado, pois parte de seu leito foi invadido pelas águas do lago de Itaipu.

A vila de Guaçu, localizada no extremo Noroeste do município, marginal a rodovia PR 495, perdeu com a desativação da mesma, a sua condição de ponto de passagem de mercadorias e pessoas. A Vila passou a ser não mais um ponto importante de passagem, mas apenas, um ponto distante, do município ligado pelas rodovias municipais 201 e 405 à BR 163, que interliga as sedes dos municípios de Guaíra e Marechal Cândido Rondon.

É desta forma, que a rede "desejada" por um poder, representa acima de tudo o projeto deste poder, pronto a modificar, a existência daqueles que a eles estão submetidos.

Com a formação do lago de Itaipu, o transporte fluvial que havia sido praticamente abandonado, em função de um novo direcionamento, dado à economia da área, toma um novo impulso. Com a elevação do nível das águas do Rio Paraná, devido ao seu represamento, o cañon no qual estava o leito do rio desaparece, favorecendo a circulação de forma legal e ilegal. Legal, porque vários são os barcos de passageiros e transportes que atravessam o lago diariamente, tanto ligando pontos da mesma margem, como pontos de margens opostas. No porto localizado na sede do distrito de Porto Mendes, o barco de passageiros faz a travessia até a República do Paraguai, duas vezes ao dia, levando e trazendo trabalhadores, parentes e amigos de pessoas que lá vivem.

A ilegalidade está presente, porque com a facilidade em construir portos clandestinos às margens do lago, o contrabando na área aumentou consideravelmente. São cereais, veículos e máquinas, entre outros bens, que, roubados nas áreas próximas às margens, ou há centenas de quilômetros, atravessam o lago e entram na República do Paraguai de forma ilegal, para serem comercializados³⁰.

Logo após a desarticulação provocada na rede viária em função do "afogamento" de parte das rodovias, ainda na primeira metade da década de 80, algumas rodovias da rede municipal, foram pavimentadas. Isto ocorreu devido a necessidade de uma comunicação cada vez mais eficaz, entre as sedes dos distritos e o poder central - a sede do município. Para tanto, estas vias foram pavimentadas em detrimento de outras, que por interligarem distritos entre si ou, localidades consideradas com pouca importância política e econômica, são colocadas em segundo plano.

Com isto a malha viária do município, cristalizou uma estrutura viária que já dava sinais de vida: as vias de maior importância passaram a ser aquelas que ligam as sedes dos distritos à sede do município, que pavimentadas possibilitaram maior controle e fluidez da circulação.

As rodovias que ligavam sedes de distritos entre si só receberam pavimentação quando, pela sua posição, tiveram que obrigatoriamente se interligar, para assim numa única via ligar os distritos à sede. Conforme podemos observar nos mapas n^{os} 05 e 06

³⁰ Os problemas de insegurança dos agricultores que vivem às margens do lago de Itaipu, estão na 3^a parte deste capítulo, ocasião em que transcrevemos as entrevistas dos mesmos.

(páginas 85 e 91) e para exemplificar podemos citar a pavimentação entre as sedes dos distritos de Entre Rios e Pato Bragado. Esta pavimentação foi realizada porque Entre Rios localiza-se mais ao Sul, devendo numa única via a partir de Pato Bragado, articular-se à sede do Município. O mesmo ocorreu com os distritos de Iguiporã e Porto Mendes. Porto Mendes por situar-se a Oeste de Iguiporã ligou-se a Leste, para numa única via pavimentada unirem-se a sede do Município de Marechal Cândido Rondon. A única exceção é a pavimentação recente - início da década de 90 -, da via que liga a sede do distrito de Porto Mendes à sede do distrito de Nova Mercedes.

Dentro deste quadro, como podemos observar no Mapa de Uso do Solo de 1991 (página 91), as rodovias que ficaram para segundo plano, foram as que ligam distritos, vilas, ou colônias entre si, e que materializaram-se em função das necessidades cotidianas das comunidades por elas interligadas.

Desta forma constata-se, que os interesses de grupos minoritários que estão no poder, se sobrepõem aos interesses locais. É papel da ideologia, convencer a todos, que os produtos agrícolas cultivados no município deveriam via sede dos distritos fluir rapidamente à sede do município, para dali entrar no corredor de exportação denominado BR-277, onde a partir do Porto de Paranaguá entram no processo de troca internacional.

Este é o papel que as rodovias representam: com a sua modernização, através da ampliação ou pavimentação, tornarem-se um elo de comunicação cada vez mais eficaz entre os pontos de um Estado e, neste caso principalmente, entre os municípios do Estado

do Paraná e o principal porto de exportação - Porto de Paranaguá. Conseguindo desta forma que o processo de troca torne-se cada vez mais dinâmico.

Assim, a malha viária do município de Marechal Cândido Rondon teve um papel fundamental e até estratégico no processo de ocupação e produção do espaço agrário. Com a viabilização da circulação dos produtos agrícolas até a sede do município e a sua ligação com a BR-277, o espaço do município de Marechal Cândido Rondon encontra-se "amarrado" não somente às dinâmicas regionais e nacional, mas também a internacional, através do Porto de Paranaguá.

Dentro deste contexto é que a malha viária não encontra-se "acabada" ou estática, mas dinâmica, pois reproduz-se juntamente com o espaço. Assim, quanto maior a diversidade da malha viária de um território mais rápida torna-se a circulação, que preferencialmente encontra-se direcionada a fim de que atenda certos objetivos. No caso do município em estudo, esta mesma malha viária atendia a um objetivo central: a exportação da soja produzida na área.

Outra característica das redes, é que as mais antigas sempre sobrevivem nas novas, isto aconteceu quando do início do processo de colonização, onde parte da rede antiga sobreviveu na nova rede com a modernização da agricultura, e, quando da formação do lago de Itaipu, no interior do município de Marechal Cândido Rondon e na sua articulação com a BR 277. Isto ocorre quando as redes mais antigas são pavimentadas ou articuladas com as novas redes.

Há também uma preocupação do poder, em não destruir por completo as antigas redes, pois elas representam a territorialidade, a cotidianidade das comunidades. Tanto é assim que a pavimentação de algumas vias ocorreu logo após o alagamento provocado pela represa de Itaipu, como uma forma de compensação pelas vias desativadas. Nesta reorientação das redes viárias, a população ao mesmo tempo que sente a perda da via antiga é levada a acreditar que a pavimentação de outras vias trazem o progresso.

Assim a rede ao ser modificada, manipulada e combinada, em função de interesses de grupos minoritários, representa além do espaço controlado, o poder dominante, a população dominada, e a hierarquia dos diversos pontos de convergência e divergência, que unem um espaço.

A importância das vias de circulação está no fato das mesmas possibilitarem a articulação, entre as várias totalidades do espaço geográfico. Isto porque, a produção de um determinado espaço, não ocorre através de elementos produzidos apenas neste espaço. Com a articulação entre os vários lugares, num determinado lugar podem estar produtos produzidos em outros lugares, com trabalho e matéria-prima proveniente de outros lugares mais distantes.

É através da troca e circulação, que estes produtos, transformados pelo capital em mercadorias, são consumidos em outros espaços, o que resulta numa interação entre estes espaços e conseqüentemente formas diversas de produzir e reproduzi-los. É assim que ocorre a articulação entre todos os momentos do espaço geográfico.

Segundo Silva (1991), a não-espacialidade do espaço geográfico, está presente através dos inúmeros processos de trabalho, em cada totalidade geográfica, onde desenvolvem-se relações variadas, que não pertencem ao mesmo circuito produtivo do capital. Esta não-espacialidade encontra-se, num processo que pode iniciar-se na totalidade de uma cidade ou de um estado, e terminar noutra muito distante.

É esta não-espacialidade do espaço geográfico, que permite todo o emaranhado de relações dos diversos circuitos, um verdadeiro entrelaçamento, das diversas produções de várias totalidades espaciais, que intimamente articulados produzem o espaço geográfico.

A partir da análise que fizemos das cartas de uso do solo agrícola, pudemos observar que concomitante as mudanças ocorridas no uso deste mesmo solo, ocorreram mudanças no sistema de circulação local.

Esta afirmação decorre quando partimos da análise do mapa nº 02 (página 56), onde visualizamos, além da divisão dos lotes coloniais, realizada pela MARIPÁ, parte do sistema de circulação construído pela Companhia Mate-Laranjeiras e pela Companhia de Maderas Del Alto Paraná. Neste sistema de circulação, onde o objetivo era exportar os produtos extraídos na área via Rio Paraná, todas as vias levavam aos portos do Rio Paraná: Porto Mendes, Porto Britânia e Porto São Domingos.

Com a colonização, estes portos perdem importância, e com eles os núcleos formados a partir deles. Isto porque o objetivo econômico deixa de ser o extrativismo vegetal e passa a ser a

produção de produtos agrícolas que num primeiro momento, até meados da década de 1960, eram destinados ao consumo local.

Durante a década de 1960, e sobretudo no decorrer da década de 1970, com o objetivo de possibilitar a troca e o consumo entre áreas mais distantes, as rodovias locais passaram a ser ampliadas pelo Estado.

Algumas destas rodovias, como a PR 239 e a BR 467 que ligam o Município de Marechal Cândido Rondon à BR 277, corredor de exportação, passaram a ser pavimentadas e transformaram-se num símbolo do "desenvolvimento" tão proclamado durante o período militar.

Com a introdução do cultivo da soja para a exportação e a necessidade da compra de implementos agrícolas e insumos, estas vias de circulação passaram a representar o elo de ligação entre os diversos pontos de produção e consumo de mercadorias em geral. Com isto houve uma preocupação constante por parte do Estado quanto a ampliação e manutenção destas rodovias, pois é por intermédio delas que as mudanças na forma de produzir, passaram a ter sentido para os agricultores. Isto porque de que adianta deixar de cultivar produtos de subsistência e passar a cultivar produtos que visam a comercialização como a soja, se a rede viária não permite um escoamento rápido deste produto?

Este foi o motivo principal da ampliação e diversificação da malha rodoviária no município de Marechal Cândido Rondon durante as décadas de 1960 e 1970. Mas... e como se deu este mesmo processo durante a década de 1980 ? De modo geral, este processo tem continuidade. A exceção ocorre apenas em algumas rodovias marginais

ao então Rio Paraná. Estas vias ao serem "afogadas" com a formação do lago de Itaipu, representaram uma perda muito pequena no conjunto da malha viária do município. Uma malha viária que objetivava acima de tudo a exportação da soja. Isto porque elas desaparecem juntamente com as terras destinadas ao plantio da soja, e com parte dos núcleos populacionais por elas ligadas, como Porto Britânia e Porto Mendes.

O sentimento de perda destas rodovias estão presentes apenas entre os moradores que permaneceram próximos a área alagada. Para o restante da população, o que percebemos durante as entrevistas, é que a pavimentação de outras vias, ligando a sede dos distritos entre si, tornaram-se mais importantes. Eles referem-se a elas como "trazendo o progresso, possibilitando a venda mais rápida de nossos produtos, nos tirando do isolamento". Desta forma eles sentem-se integrados à sociedade.

Assim, a formação e ampliação da malha viária ocorre simultaneamente a produção do espaço, pois ela também é espaço a medida que articula espaços. Por este motivo sua construção está articulada à construção dos espaços e ao sistema de troca de mercadorias.

4. - AS MUDANÇAS NA VIDA COTIDIANA

"O ser, estar e produzir espaço faz de toda vida do homem, unicamente senhor de sua força de trabalho, uma vida de exploração, de submissão, de alienação material, a qual é concretizada em tudo que é construído e feito e que cerca cada um de nós nos diversos momentos do espaço geográfico que se queira considerar. Esse resultado é a materialidade da produção no seu dia-a-dia. Aí está em cada coisa, fração da sua humanidade, marca da reprodução de sua vida" (Silva, 1991, p. 54).

Concomitantemente ao esgotamento da fronteira agrícola modernizável, nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o processo de modernização da agricultura, a partir de meados da década de 60, e mais intensamente durante a década de 70, baseado fundamentalmente na soja expande-se em outros Estados da Federação.

No oeste do Paraná, mais especificamente no Município de Marechal Cândido Rondon, o grande salto para a "modernização", ocorreu simultaneamente ao grande fluxo migratório principalmente de gaúchos e catarinenses que se instalaram em pequenas propriedades, nas quais desenvolveram atividade agrícola. Uma atividade agrícola que inicialmente destinou-se ao cultivos de produtos de subsistência como milho, trigo, feijão, arroz, batata doce e inglesa, além de outros.

Aí tanto catarinenses³¹ quanto gaúchos oriundos das

³¹ Segundo Saatkamp (1985) dentre os municípios de origem dos catarinenses que migraram para a área destacavam-se Tubarão, Volta Grande, Joaçaba, São Bonifácio, Imaruí, Concórdia, Rio do Sul, Armazém, Rio Fortuna, Braço do Norte, Blumenau, Taió, Trombudo, Itapiranga, Videira, Capinzal e outros.

chamadas "colônias velhas", e "colônias novas"³², os quais abandonaram suas terras, por vários motivos, entre eles, redução da fertilidade do solo em função da intensa exploração, partilha dos lotes coloniais por herança e conseqüente redução substancial do tamanho das propriedades rurais, problemas financeiros devido aos baixos preços pagos à produção agrícola e, o incentivo estatal no fomento de novas áreas da fronteira agrícola.

Desta forma, o surgimento do empreendimento da Colonizadora Maripá, visando vender lotes coloniais cobertos de matas subtropicais, de solo fértil, com água em abundância e clima semelhante ao de origem, abre-se como uma nova perspectivas para parte destes gaúchos e catarinenses: a migração.

Esses migrantes, considerados os melhores e mais eficazes colonizadores pelo seu espírito empreendedor, e pelo acentuado grau de iniciativa, foram escolhidos pela Companhia Colonizadora, para se estabelecerem na área. Para tanto, uma intensa propaganda ideológica foi realizada no local de origem destes migrantes, onde enfatizou-se além da fertilidade do solo, o baixo preço das terras. Segundo os agricultores entrevistados, divulgava-se que com o valor

³² A formação do território do Estado do Rio Grande do Sul através da colonização por imigrantes europeus, mais precisamente alemães e italianos, foi marcada por duas fases distintas. A primeira fase deu-se entre 1824 e 1889 e a segunda entre 1890 e aproximadamente 1925. Na primeira fase fundaram-se as primeiras colônias oficiais de imigração alemã e italiana, as *colônias velhas*, como São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Silveira Martins, etc, todas localizadas na porção centro-leste do Estado. Já a segunda fase dá-se com a ocupação das terras a noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, através das *colônias novas* formadas pela reemigração das *colônias velhas*. A exemplo das *colônias novas* podemos citar Ijuí, Panambi, Carazinho, Tapera, Erechim, etc.

obtido a partir da venda das terras no território gaúcho, comprar-se-ia na área loteada pela Colonizadora, quantidades de terras bem superiores às vendidas.

Um dos agricultores entrevistados se referiu desta forma a compra das terras no município:

"(...) Esta terra foi comprada em mais ou menos em... 57 do home que trabalhou pela Colonizadora Maripá. Ele veio lá no Rio Grande vendê terra e daí esta terra, estas duas colônia, foram escolhida no mapa. Ele apresentou um mapa da colonização e foi escolhido, e aí estas duas colônia foram compradas (...)"

Pela entrevista, o que nos pareceu, é que a propaganda ideológica, e os preços mais baixos das terras, foram os fatores fundamentais na persuasão dos agricultores, para que adquirissem as terras. A estes somam-se outros fatores como os já comentados.

Com mão-de-obra familiar, experiência na atividade agrícola, e relativo cabedal de recursos financeiros próprios, pequenos produtores agrícolas adquiriram a terra, que apesar de ser mercadoria, isto é ter valor-de-troca, ter preço, representou para estes migrantes, uma forma de continuar reproduzindo-se numa outra área, enquanto trabalhadores agrícolas. Isto porque para estes pequenos agricultores o interesse em adquirir terra tem como objetivo primordial garantir a sua sobrevivência e a de sua família.

Para tanto, a ideologia da sociedade capitalista coloca como se fosse "natural", a lei³³ criada por esta mesma sociedade:

³³ A Lei das Terras de 1850, teve por objetivo regulamentar a aquisição de terras devolutas mediante a compra e não mais por doação. Esta forma de disciplinar a questão da posse da terra,

o trabalho agrícola só tem direito a terra, mesmo que seja para sua sobrevivência, se a adquirir através do ato da compra.

Mas, estes agricultores não migraram sozinhos. Eles levaram consigo os parentes e amigos, partiram portanto em levas, porque os laços familiares ainda eram mais fortes, do que os laços mantidos com o local onde viviam.

Dos trabalhadores agrícolas entrevistados 80% afirmaram não terem vindo para a área sozinhos. Mas sim com suas famílias, parentes ou amigos. Quando o mesmo agricultor entrevistado disse ter comprado as terras em 1957 e "entrado" na área somente em 1964, ao se questionar o porquê da demora em "entrar" na terra já adquirida, ele respondeu:

"(...) É... a parte financeira né ... tudo mato, então a gente imaginava que seria mais difícil, como realmente era. Más estradas ... então a gente esperou entrar outra gente primeiro prá depois vim atrás (...) A maioria destes moradores que vieram, que são daquela região de onde nós viemo, mudaram pra tera mais ou meno tudo junto, entre 57,58. Só teve algum que entrou uns ano antes (...)."

Este fato tornou-se imprescindível, para que estes migrantes conseguissem adaptar-se a uma nova realidade e consequentemente a sua nova territorialidade.

Como pode ser observado na tabela a seguir, além dos migrantes gaúchos e catarinenses, que correspondem a grande maioria das pessoas que se dirigiram para o Município de Marechal Cândido

visava principalmente, dificultar ao máximo a possibilidade do trabalhador adquiri-las. Assim haveria mão-de-obra disponível para trabalhar nas fazendas. Com isto a Lei de Terras reafirmou e estimulou a concentração fundiária do país.

Rondon, houve um número bastante considerável, em torno de 30%, de pessoas oriundas do próprio Estado do Paraná. Este fluxo, segundo Saatkamp (1985), teve origem nos municípios do extremo oeste paranaense e do norte do Estado. Com um percentual pequeno, mas significativo, também dirigiram-se para o município, nordestinos, mineiros, paulistas, capixabas e matogrossenses.

TABELA Nº 16

ESTADO DE ORIGEM DA POPULAÇÃO
DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PR - 1970

ESTADOS	POPULAÇÃO	PORCENTAGEM
Pernambuco	53	0,12
Bahia	111	0,26
Minas Gerais	487	1,13
São Paulo	281	0,65
Paraná	12.796	29,60
Espírito Santo	90	0,21
Santa Catarina	9.216	21,32
Mato Grosso	36	0,08
Rio Grande do Sul	20.102	46,51
Outros	53	0,12
TOTAL	43.225	100,00

Fonte: Censo Demográfico. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

Com recursos trazidos do local de origem, ou adquiridos com a venda da madeira proveniente do desmatamento de parte de sua colônia (24,4 ha), estes agricultores em sua maioria praticaram inicialmente uma atividade agrícola tida como "tradicional". O objetivo das pessoas, que se instalaram nessas terras, era tirar

delas, através da produção agrícola, meios para sobreviverem com suas famílias. A terra, tinha um único e claro sentido para eles, era um meio de trabalho, de produção, de reprodução de sua existência, onde apenas o excedente era comercializado, tendo portanto, valor-de-troca.

Isto pôde ser constatado, quando perguntamos aos agricultores entrevistados, que chegaram à área na segunda metade da década de 1960, sobre as práticas agrícolas daquela época:

"(...) Era tudo a base de machado e enxada. Boi e arado mais tarde, o primeiro ano não tinha. Era só toco... (...) A terra era trabalhada, lavrada... no início não era lavrada porque a terra era nova e não necessitava ser lavrada. Mas logo depois, um ano ou dois depois a gente lavrava com arado de boi (...)."

Na década de 1960, em cada lote colonial, cultivado pelos membros da própria família³⁴, produzia-se grande parte do que era essencial para satisfazer as necessidades básicas dos agricultores. Questionados sobre quais produtos cultivavam antes da introdução da mecanização na área, eles responderam:

"(...) Antes plantava milho ... plantava mais prá prá dá as vacas, porcos e, todo produto, arroz, feijão, tudo assim a muque, mandioca pra criação dos porcos (...)."

"(...) Além do milho, do trigo... plantamo um saco, manual, colocamo deitado tudo os feixinho em cima de pau prá colhê, mas o tempo choveu tanto que não foi possível salvá. Mandioca ... mais tudo o que o colono necessita... batata doce, arroz, feijão ... (...)."

³⁴ Durante as entrevistas, os agricultores foram unânimes, ao afirmar que o trabalho na colônia, era realizado pelos membros da própria família.

Também durante as entrevistas percebemos a preocupação dos agricultores em terem seu pomar e sua própria horta destinados ao consumo próprio. A criação de animais como aves, bovinos e suínos e a utilização da carne e/ou seus sub-produtos, também era uma constante, além de bois e cavalos utilizados para o transporte.

Tivemos a preocupação de perguntar aos agricultores como se dava a comercialização dos produtos excedentes ao que eles nos responderam:

"(...) colhia e guardava nos paiól, e daí de repente a gente escuitava: - entrou um caminhão prá comprá produto! E a gente aproveitava e vendia... E daí com uns anos isso aí foi melhorando, veio o comércio, comprava os produto (...)"

"(...) Bem... vendia... no início o milho, essas coisas, era tudo consumido com gado e tudo... a gente consumia e, não plantava tanto, logo no início, né! Nós, inclusive o milho, se necessitava vendê, já tinha comprador. No início era os próprios colono que tinha mais criação de suínos, então eles comprava milho dos outro colono, e daí eles consumia (...)."

Como pudemos observar, do período inicial da colonização até a década de 1960, grande parte dos produtos agrícolas, não se destinavam a comercialização, portanto, não se transformavam em mercadoria. Esses produtos tinham apenas valor-de-uso, pois eram produzidos e elaborados como meios de subsistência, isto é, eram consumidos por quem os produzia. O excedente era comercializado, primeiramente entre os agricultores vizinhos, e secundariamente com comerciantes provenientes de locais próximos, como a sede do próprio município.

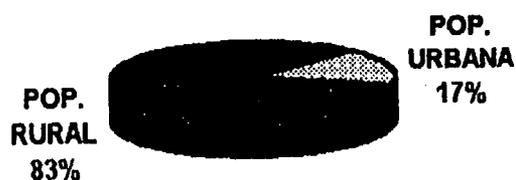
Segundo Saatkamp (1985), em 1958 o distrito de General

Rondon - atual Município de Marechal Cândido Rondon-, organizou a primeira Exposição Agro-Pecuária e Industrial, como uma forma de favorecer o intercâmbio entre agricultores e intensificar o processo da troca entre os mesmos e com os comerciantes dos municípios vizinhos.

Com uma economia baseada numa agricultura que podemos denominar de "subsistência", pois os produtos eram cultivados pelos próprios membros da família, e destinados prioritariamente ao seu consumo, houve durante toda a década de 1960, predomínio da população rural sobre a população urbana. Segundo dados do IBGE e de acordo com o gráfico a seguir, havia no município de Marechal Cândido Rondon, em 1970, 01 indivíduo residindo na área urbana, para 05 indivíduos residindo na área rural.

GRÁFICO Nº 07

**POPULAÇÃO URBANA E RURAL EM MAL.
CÂNDIDO RONDON - 1970**



Quando perguntamos sobre a sua vida na comunidade, sua vida social, durante as décadas de 1950 e 1960, obtivemos dos entrevistados a seguinte resposta:

"(...) No início, quando era tudo novo, a comunidade pequena, era... um povo mais simples, tudo mais simples, a comunidade fraca ainda e a sociedade convivia melhor como hoje. Era um pouco diferente. Era tudo mundo mais unido e... parecia que tudo mundo era um irmão do outro. Hoje parece que muitos um não enxerga o outro. Mudou muita coisa!

É uma resposta que comenta sobre a forma de vida comunitária da época, onde das dificuldades e de um certo isolamento inicial, surgiu a necessidade da união entre famílias desconhecidas, que passaram a viver com uma certa proximidade³⁵.

Na entrevista percebemos que no período anterior a modernização da agricultura os interesses coletivos estavam acima dos interesses individuais, contrastando com o período atual onde, segundo os entrevistados, existe uma preocupação maior com o individual em detrimento do bem estar da comunidade. Todos disseram sentir saudades da forma como as pessoas viviam, da unidade comunitária existente no início da colonização.

Com a utilização da máquina, no final da década de 1960 e início da década de 1970, as mudanças no uso do solo, e no dia-a-dia destes pequenos agricultores mudou radicalmente. Um dos agricultores assim se referiu à estas mudanças:

"(...) Todo mundo alvoroçado, começava de destocá pra lá e prá cá, aquele barulhão de trator. Tinha

³⁵ Podemos dizer que houve e há uma certa proximidade entre as propriedades agrícolas, pelo fato das mesmas serem de pequena extensão territorial.

quantos trator por ali destocando terra. Aquelas capoeira, aqueles pau grosso rolando, empilhando e queimando.(...) queimava tudo, muita lenha foi queimada (...)."

Outro agricultor ao comentar a introdução da mecanização nas práticas agrícolas, assim enfatizou o papel das agências bancárias que, através de juros baixos ou a inexistência dos mesmos, incentivaram o processo:

"(...) tavam começando a desmatar, o Banco Comercial e Industrial do Paraná, que depois virou UNIBANCO, esse banco, pegava dinheiro lá, não tinha juro, não tinha nada, eu peguei dinheiro lá, um ano, dois anos, em 70. (...) Pegava aquele dinheiro no banco e contratava um trator de esteira e derrubava mato e mecanizava né? E (...) tudo ficava mais prático! (...)."

Todos os agricultores entrevistados entenderam o processo de mecanização da agricultura como um fator positivo ao desenvolvimento do município, um deles assim se referiu:

"(...) A mecanização foi positiva apesar do cara derubar o mato tudo. Meu Deus do Céu, foi feito um desastre ecológico violento! Foi derubado o mato, foi posto fogo, foi queimado madeira, mas ela no fundo foi positiva. Ela deu condições pro pessoal mecanizá as teras, plantá com trator, colhê com ceifadeira. Imagina se hoje fosse tudo mato, como é que você ia derubar o mato, e plantá no meio do mato a muque, sem mecanização, quer dizer... deu um avanço na região (...)."

"(...) A mecanização foi uma boa! Foi mais fácil o trabalho, trabalhando com trator foi mais rápido prá plantá, principalmente prá aquele que tem a máquina própria ou quase própria. Agora o que depende hoje, como o pequeno agricultor, alugá a máquina de terceiro prá fazê o serviço, acho inviável (...)."

Uma agricultora aludiu sobre os benefícios da mecanização:

"(...) Antes era mais sofrido, porque eu me

lembro da minha mãe, era sofrido prá ela trabalhá, que nem hoje em dia se trabalha com maquinário, e naquela época era tudo a muque. Assim, nesta parte prá trabalhá melhorou (...)."

Um entrevistado comenta o surgimento dos problemas ecológicos a partir da modernização da agricultura:

"(...) touxe também o desequilíbrio ecológico, as mata foram se acabando, a poluição aumentou, se usa muito inseticida (...)."

Mas, tanto a derrubada da mata, quanto os financiamentos para compra de tratores, trouxeram consigo o cultivo de outros produtos, em especial a soja, um produto que como já nos referimos na segunda parte deste capítulo, contava com uma grande demanda e portanto bons preços. Ao perguntarmos aos agricultores entrevistados, quais os produtos que passaram a ser cultivados com a introdução da mecanização na década de 1970, todos foram unânimes em citar a soja como destaque nesta mudança. A seguir a transcrição de partes das entrevistas que discorrem sobre o assunto:

"(...) Começou a mecanização, daí foi plantado praticamente só soja e trigo. Foi quando o pessoal optou mais pelo cultivo da soja e do trigo, e foi plantado bem menos milho. Só aqueles que optaram mais pela criação de suínos, eles firmaram mais em cima do milho. Mas quem tinha menos criação de suínos, cultivava mais soja e milho (...)."

"(...) Tinha ano que só se plantava soja. Depois a gente começou a perder a safra e a gente começou a diversificá (...)."

"(...) Muita coisa não se planta mais com a mecanização, a maioria não planta mais feijão, não planta mais aroiz, mandioca já muito pouco (...)."

"(...) deu a explosão da soja em 74, a exportação da soja... o preço subiu... foi uma loucura !

Tudo mundo pegou dinheiro com a soja. A soja era plantá e ganhá dinheiro (...)."

Assim, ao mesmo tempo que ocorre a euforia devido os ganhos com o plantio da soja, surge no final da década de 1970 e início da década de 1980, problemas de endividamento dos pequenos agricultores. Isto porque com o passar dos anos, as facilidades iniciais como os financiamentos agrícolas com juros muito baixos ou inexistentes, desaparecem. Aí a elevação dos juros surpreende os pequenos agricultores, endividando-os e até "forçando-os" a vender parte de suas terras para pagar estas dívidas. Assim se referem alguns destes agricultores sobre o ocorrido:

"(...) acontece que o pessoal fazia o custeio prá plantá, era incentivado, era subsidiado pelo governo, não tinha juro, não tinha nada. (...) eles fazia um custeio no banco, antes não tinha o problema do juro, então levantava aquele dinheiro, com aquele dinheiro você plantava, você preparava tua tera e sobrava dinheiro né? Se você tinha reservado o dinheiro, pegava e fazia outra coisa com ele... investia, comprava trator... mas depois começou a dar aqueles juros altos para a agricultura, depois o governo cortou o subsídio e começou a complicar né? Alguns foram mal, deu seca e o Proagro às vezes não cobria algumas regiões. Então o cara que colheu pouco teve que pagá o seu custeio no banco, e os juros altos eram maus, ele teve que até vendê um pedaço de tera, prá pagá seu custeio no banco. Foi um drama... (...)."

"(...) Ah!... teve algum vizinho aqui, na época que emprestô dinheiro do banco, mas quando viu.. o juro fico alto e, prá pagá teve que vendê alguma tera (...)"

"(...) Depois que o juro ficô alto não dá prá fazê financiamento no banco. Depois não tem como pagá e a tera vai tudo (...)"

"(...) Os pequeno agricultor perderam sua tera com o banco, outros que avalizaram perderam

também. Outros venderam prá pagá a dívida. Daí deu muito desemprego com a mecanização... (...)"

Com o objetivo de complementar as entrevistas transcritas, construímos uma tabela que visa comparar a estrutura fundiária do município por estabelecimentos e por área, em 1970 e 1980, portanto no início do processo da mecanização da agricultura e após a sua concretização:

TABELA Nº 17

ESTRUTURA FUNDIÁRIA (POR ESTABELECEMENTOS)
NO MUNICÍPIO DE M. C. RONDON - 1970 À 1980

ESTABELECEMENTOS	1970	1980
COM MENOS DE 01 HA	55	288
DE 01 À -02 HA	138	125
DE 02 À -05 HA	1.181	993
DE 05 À -10 HA	1.338	1.192
DE 10 À -20 HA	2.088	1.892
DE 20 À -50 HA	1.650	1.536
DE 50 À -100 HA	145	273
MAIS DE 100 HA	35	75
TOTAL	6.630	6.371

FONTE: CENSO AGROPECUARIO. RJ: IBGE, 1970/80. Montagem da autora.

TABELA Nº 18

ESTRUTURA FUNDIÁRIA (POR ÁREA)
NO MUNICÍPIO DE M. C. RONDON - 1970 À 1980

ÁREA	1970	1980
COM MENOS DE 01 HA	23	85
DE 01 À -02 HA	187	172
DE 02 À -05 HA	3.915	3.356
DE 05 À -10 HA	9.349	9.186
DE 10 À -20 HA	28.001	26.245
DE 20 À -50 HA	46.047	44.234
DE 50 À -100 HA	9.293	18.082
MAIS DE 100 HA	7.834	13.921
TOTAL	104.648	115.280

FONTE: CENSO AGROPECUARIO. RJ: IBGE, 1970/80. Montagem da autora.

Comparando as tabelas nºs 17 e 18 , podemos observar que durante o período da introdução da mecanização na área, os minifúndios com até 01 hectare aumentam em número de estabelecimentos e em área e, nos minifúndios entre 01 e -02 hectares ocorre uma certa estabilidade. Quanto as propriedades que possuem entre 02 e -05, 05 e -10, 10 e -20, 20 e -50 hectares, ocorre uma diminuição em número de propriedades e na área total. A exceção é para as propriedades com mais de 50 hectares, estas aumentaram as suas propriedades em número e em extensão.

O que esta análise nos leva a crer é que durante o processo de mecanização da agricultura, enquanto agricultores de até 50 hectares venderam parte de suas terras, trazendo um

acrécimo no número de minifundiários com até 01 hectare, os produtores da área com mais de 50 ha, compram terras aumentando a extensão de suas propriedades e criando novas propriedades.

É a introdução da racionalização das práticas agrícolas, apresentando-se como uma faca de dois gumes, ao mesmo tempo que facilita o trabalho físico, o ato de plantar e de colher, traz incertezas e insegurança à pequena produção agrícola.

É a partir daí que nos cabe perguntar: - Quem foram os reais beneficiários desta racionalização das práticas agrícolas?

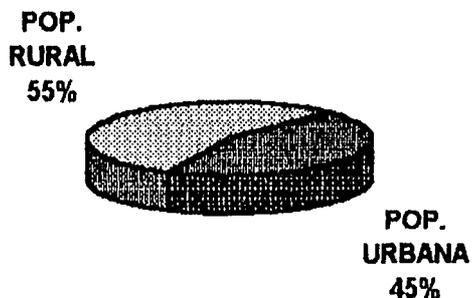
Para nós, a partir das entrevistas, ficou claro que o incentivo ao desmatamento e à mecanização esteve articulado ao plantio da soja para fins de exportação, se analisarmos que: primeiro, os empréstimos agrícolas facilitados tinham como objetivo o desmate e plantio da soja, produto com grande demanda no mercado mundial e com preços altos, se comparados aos demais produtos agrícolas; segundo, que os juros se mantiveram baixos apenas quando da introdução do produto na área no início da década de 1970, para possibilitar a integração dos pequenos agricultores no novo sistema; terceiro, porque a partir do processo instalado e assimilado, caem os preços devido a oferta e cai também o interesse inicial para a exportação do produto, aí os juros começam a subir.

Como consequência imediata deste processo, muitos dos pequenos agricultores do Município de Marechal Cândido Rondon, não conseguindo mais se reproduzir enquanto trabalhadores agrícolas, procuram as áreas urbanas. Se compararmos o gráfico nº 07 com o gráfico a seguir observaremos que a população urbana do município representada por 17% da população total em 1970, passa a

representar em 1980, 45% da população total do município. Um aumento de 265% em uma década.

GRÁFICO Nº 08

**POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE MAL.
CÂNDIDO RONDON - 1980**



Mas, a introdução da mecanização agrícola foi apenas o início de um processo mais amplo, onde os projetos nacionais ao provocarem novas formas de produção do espaço, trazem, contraditoriamente, ao mesmo tempo que benefícios para alguns, prejuízo para outros. A construção da maior hidrelétrica do mundo - a Hidrelétrica Binacional Itaipu -, passou a ser o próximo projeto estatal a ser desenvolvido na área.

Assim, no final da década de 1970 e início da década de 1980, um novo elemento passa a fazer parte do espaço e da vida das pessoas ribeirinhas ao então Rio Paraná. Um elemento que cria uma "onda" de insegurança, para uma população que havia se dirigido para a área por volta da década de 1960 em sua maioria, e que

agora, após ter construído seu espaço e sua vida cotidianos, sentem-se na eminência de serem "despejados" deste mesmo espaço. Um espaço que fez parte de sua territorialidade, porque o construíram de acordo com suas necessidades.

Inicialmente os aparelhos estatais, encarregaram-se de tranquilizar a população, falando da importância da obra, da necessidade do sacrifício de alguns para o desenvolvimento do país, mas que todos seriam desapropriados de forma que pudessem comprar outras áreas. Este foi o discurso de Itaipu para com os futuros desapropriados, levando a estes a promessa de que o governo não iria desampará-los.

Mas, logo que inicia o processo das desapropriações das terras destes pequenos agricultores, iniciam-se também os problemas.

Em entrevistas, quando perguntamos aos agricultores se foram indenizados e se foi fácil conseguir a indenização, obtivemos as seguintes respostas:

"(...) Sim, fomos indenizado, mas não foi muito fácil. Porque uns saíram logo, ganharam pagamento logo, mas os que pegaram mais tarde, foi com mais dificuldade (...)."

"(...) Não, nós não. Nós tivemos a felicidade, nós tínhamos um poquinho mais retirado, mais logo 1.000 metros daqui prá baixo, vizinhos já teve uns lote indenizado. Os primeiro que foram indenizado, eles podem ser que se apuraram demais, eles, quando a Itaipu começou a indenizar, tinha boatos que era obrigado a pegar a oferta que a Itaipu fez, e então pessoas mais humildes logo encararam. Receberam o que eles ofertaram e tentaram comprar outras terras, sair daqui, para o Mato grosso, Amazonas ou Paraguai, e compraram outras terras. (...) outros que pegaram mais por último, que foram indenizado, eles já tiveram uma oferta um pouco melhor e

talvez não tiveram toda área indenizada, conseguiram comprar outros pedaços de terra aqui mesmo, e tem gente dessa que tão bem. Mas muitos foram infelizes e tão praticamente sem nada (...)."

"(...) Eu tinha seis alqueires. Hoje tô com quatro. Perdi dois alqueires com a Itaipu, que me desapropriou. Com frustração de safra, financiamento e dívidas se acumulando... peguei o dinheiro que recebi e foram pagas as dívidas. Na mesma época que veio a indenização entrou energia elétrica, na época era bastante valor prá pagá(...)."

"(...) Se eles tivessem pagado no início, quando eles começaram a indenização, era melhor, porque foram acumulando mais para o fim, mais perto de fechar o lago, aí era tudo mais difícil para adquirir áreas devido o aumento do preço (...)."

Nestas entrevistas os agricultores referem-se ao fato de que à medida que as desapropriações ocorriam, e a procura por terras na área aumentava, o preço das terras também aumentava. Aí está o principal motivo de muitos deles não terem conseguido comprar novas terras com o valor da indenização: os primeiros indenizados, porque o valor da indenização foi baixo comparado com o valor de mercado das terras que poderiam ser adquiridas; e os demais, porque apesar do valor da indenização ter sido um pouco maior, a procura por terras nas proximidades também aumentou, provocando um aumento no preço das mesmas e dificultando a sua aquisição por parte dos indenizados.

"(...) quanto mais demorava prá sair a indenização, mais alto ficava o preço da terra aqui em volta e aí a gente comprá poca terra né! (...)"

Perguntamos aos pequenos agricultores, se com a quantia recebida da Itaipu Binacional, conseguiram comprar quantidades equivalentes de terra às que tinham anteriormente a desapropriação:

"(...) os colono, o que queria vendê, escuitava na rádio: Itaipu aumentou a tera, o valor da tera. O colono aumentava o dobro, o que queria vendê, e assim foi indo. Ficamo com menos tera, o pagamento sempre menos (...)."

"(...) Eu não recebi muito, porque lá eu tinha dez hectares e aqui comprei só um alqueire³⁶. E sobrou pouco dinheiro, não deu quase nem prá instalá a luz, porque não tinha luz aquí. Eu fui bem mal pago (...)."

"(...) Aqui, quem tinha uma colônia, pegou mais ou meno dois alqueires, não dá meia colônia. Tinha gente que tinha dez alqueire, a Itaipu inundou nove, sobrou um alqueire. Se o agricultor vendeu prá Itaipu, depois o mesmo dono não podia comprá esse alqueire que ele vendeu (...)."

"(...) A maioria dos amigo foi embora porque a parte das áreas sempre alagou, porque ficava mais ou menos fora e era muito poco prá eles, eles vendia aquele pedaço e ia comprá otro (...)."

Este último depoimento mostra que os agricultores que não tiveram toda a sua área alagada, isto é tiveram áreas remanescentes, só foram indenizados se esta área remanescente, representasse menos de 20% da área total da propriedade dos mesmos.

Assim, se a área remanescente representasse mais de 20% da área total, e portanto não desapropriada pela Itaipu, mas fosse insuficiente para o pequeno agricultor e sua família continuar a se reproduzir, o mesmo deveria vendê-la, para juntamente com o valor recebido da indenização, comprar terras em outro local.

³⁶ - Um alqueire equivale a 2,4 hectares.

Os entrevistados também referiram-se ao Banco, como o responsável pelo fato de muitos pequenos agricultores indenizados por Itaipu, não conseguirem mais comprar suas terras, ou parte delas:

"(...) Agricultores que tinham até quatro alqueires e não conseguiram mais comprá. Talvez se tivessem ido pra fora, migrar para uma terra estranha. Acharam de ir morar na cidade, e com o estímulo do banco pegar um bom juro pelo dinheiro e acharam que podiam seguir a vida em cima desse juro. Com os "pacotes" caíram os juro... e, o dinheiro, a própria inflação levou. Hoje tão no mutirão trabalhando de bóia-fria (...)."

"(...) 80% dos agricultores colocaram o dinheiro da indenização no Banco Itaú, ele incentivou... só que o dinheiro defasou e muito agricultor não conseguiu mais comprá terra. No banco em dois ano o dinheiro tinha desvalorizado muito (...)."

Observamos a partir das entrevistas que houve dois momentos, aqui analisados, em que o agricultor perdeu terras: Primeiramente com a modernização da agricultura, onde os financiamentos e altos juros fizeram muitos agricultores venderem parte de suas terras para pagar suas dívidas, e segundo, quando da construção da Hidrelétrica de Itaipu, e desapropriação das terras por valores aquém do necessário à compra de porções de terras equivalentes as que ele tinha anteriormente.

Estes processos, resultam ao mesmo tempo em duas posições antagônicas, de um lado a "modernização", o "progresso" e, de outro a expropriação do mais importante meio de sobrevivência do trabalhador agrícola, a terra.

Durante o processo de desapropriação das terras circunvizinhas ao lago de Itaipu, conforme os depoimentos, houve um

grande movimento de compra e vendas de terras no município, principalmente na área.

Um movimento que não ocorreu somente devido a formação do lago de Itaipu, mas também com objetivos de "colonizar" as novas áreas de fronteiras agrícolas do País.

Isto se deu, porque muitos dos pequenos agricultores indenizados, pretendiam continuar na área, resistindo portanto, a comprar terras em outros Estados. Esta situação levou as empresas colonizadoras a montar outra estratégia. Estas empresas passaram então, a oferecer terras ditas "baratas e boas" para outros agricultores, aqueles que por não terem sido desapropriados, não se sentiam "violados" e portanto menos resistentes a estas "ofertas tão vantajosas". Com a saída destes agricultores não atingidos pela indenização, a oferta de terras passou a aumentar, e aí muitos dos que foram indenizados conseguiram comprar terras nas proximidades dos locais onde viviam anteriormente. Foi o que aconteceu com alguns dos nossos entrevistados:

"(...) Aí eu comprei esta terra de um morador que estava querendo vendê... ele foi embora, foi pro Mato Grosso, mas depois voltou de novo... não foi bem e voltou (...)."

"(...) nós fomos indenizado, compramos outras área e ficamos continuando morando, porque um ou outro saía e vendia (...)."

Como já fizemos anteriormente, quando discutimos as perdas de terras, com a introdução da mecanização da agricultura, elaboramos, uma tabela referente a estrutura fundiária do Município de Marechal Cândido Rondon nos períodos de 1980 e 1985, portanto

antes e após a formação do lago de Itaipu:

TABELA Nº 19

ESTRUTURA FUNDIÁRIA (POR ESTABELECIMENTOS)
NO MUNICÍPIO DE M. C. RONDON - 1980 À 1985

ESTABELECIMENTOS	1980	1985
COM MENOS DE 01 HA	282	279
DE 01 À -02 HA	125	75
DE 02 À -05 HA	993	702
DE 05 À -10 HA	1.192	903
DE 10 À -20 HA	1.892	1.700
DE 20 À -50 HA	1.536	1.458
DE 50 À -100 HA	273	269
MAIS DE 100 HA	75	53
TOTAL	6.368	5.439

FONTE: CENSO AGROPECUARIO. RJ: IBGE, 1980/85. Montagem da autora.

TABELA Nº 20

ESTRUTURA FUNDIÁRIA (POR ÁREA)
NO MUNICÍPIO DE M. C. RONDON - 1980 E 1985.

ÁREA / PERÍODO	1980	1985
COM MENOS DE 01 HA	85	54
DE 01 À -02 HA	172	104
DE 02 À -05 HA	3.356	2.456
DE 05 À -10 HA	9.186	6.560
DE 10 À -20 HA	26.145	23.452
DE 20 À -50 HA	44.234	42.908
DE 50 À -100 HA	18.082	17.508
MAIS DE 100 HA	13.920	12.454
TOTAL	115.180	105.496

FONTE: CENSO AGROPECUARIO. RJ: IBGE, 1980/85. Montagem da autora.

Numa análise comparativa sobre as duas tabelas acima, podemos constatar que:

a) os estabelecimentos com menos de 01 hectare diminuíram sua área em torno de 37%, mas em sua grande maioria permaneceram com suas propriedades, são os minifundiários que insistiram em permanecer na área apesar da diminuição de suas terras;

b) os estabelecimentos com áreas entre 01 à -02 hectares tiveram uma perda considerável, em torno de 40% em número de propriedades e em área total;

c) os proprietários com áreas entre 02 e 10 hectares, perderam em área e número de estabelecimentos de 25 à 30%;

d) as propriedades com terras entre 10 e -20 ha e, 20 e -50 ha, tiveram perdas menores, respectivamente 10 e 5% na redução

dos estabelecimentos agrícolas e 3% na redução da área total;

e) as maiores propriedades entre 50 e -100 hectares foram as que menos reduziram, 1,5% dos estabelecimentos e 3% da área, e as com mais de 100 ha perderam em média 5% dos seus estabelecimentos e 10% de sua área.

Pelo fato dos dados da estrutura fundiária referirem-se ao Município como um todo, e não apenas a sua porção oeste, local onde ocorreu o alagamento de parte de suas terras com a formação do lago de Itaipu, acreditamos que as mudanças ocorridas nesta estrutura fundiária entre 1980 e 1985 tiveram como causas, além da formação do lago, a política de ocupação das "novas fronteiras agrícolas" das regiões Centro-Oeste e Norte, e períodos de estiagem ocorridos no início da década, com perdas de partes das safras agrícolas.

Entretanto, de acordo com os depoimentos pudemos observar que os maiores "perdedores" encontravam-se entre os pequenos proprietários que residiam e cultivavam nas áreas próximas ao então Rio Paraná. Os maiores produtores agrícolas também tiveram perdas, mas proporcionalmente representaram muito menos.

Quando aludidos sobre o que mudou em suas vidas com a formação do lago de Itaipu, obtivemos os seguintes depoimentos:

"(...) Foi um retrocesso, foi um impacto violento, foi um desastre para a nossa região. Veja bem, quando foi inundado por Itaipu, nós fomos prejudicados violentamente, porque esvaziou. Em torno de 30 à 40% da população daqui foi embora. Deu um pulo prá trás violentamente. Até o pessoal lá fazê uma reunião e disseram: - vamo acabá com a nossa vila aqui também, vamo pedi prá Itaipu que levante mais uns metro lá embaixo, alaga tudo aqui, acabe de indenizá aqui também, a vila, porque vai acabá com toda região.. tá

acabando com tudo prá baixo. Não tem mais razão de existi a vila aqui (...)."

"(...) Perdemo a tera, a população, tudo foi prejudicado; até mesmo estrada né, porque antes passava estrada por Porto Mendes agora não tem mais. É porque antigamente quando nós entremo aqui, nós tinha ônibus de meio-dia, de noite, de manhã cedo e hoje nem ônibus tem. Quem não tem caro vai a pé. Porque não compensa! Pouca gente daí a empresa não entra! Agora mudou um pouco porque o pessoal aproveita e vai junto com o ônibus da escola (...)."

O que o morador entrevistado acima se referiu já foi relatado no capítulo que fala do sistema de circulação. Com algumas vias alagadas em parte ou totalmente, e com parte da população "expulsa" vários trajetos deixam de ser realizados pela empresa de ônibus do local. Este agricultor é um dos muitos que, devido a localização de suas terras, não pode mais contar com este meio de transporte. A única opção é utilizar o ônibus escolar, que circula pela área no período matutino com o objetivo de levar crianças e jovens às instituições de ensino da sede do agora município de Pato Bragado.

Neste ponto das entrevistas, alguns falaram sobre a parte urbana das áreas alagadas, outros comentaram sobre a sua área desapropriada:

"(...) Nós tinha lá clube de futebol, essas coisas, sempre era divertido. Todo domingo a gente saia com o caminhão com o time jogá por aí. E ... terminou tudo isso. Tinha a igreja, uma santa que todo mundo adorava: Nossa Senhora da Conceição. Ela ficou embaixo d'água... era numa pedra. Uma imagem numa pedra. Bem idêntico à uma santa. Aí no pé dela saía água era uma água que todo mundo achava que era remédio, milagrosa, todo mundo chamava de santa milagrosa. De toda parte, quanta gente vinha (...)."

"(...) Lá em Rio Branco tinha porco, gado, gado sempre tinha dez ou doze cabeça. Tava tudo pronto, tinha potreiro... agora prá começá tudo de novo não tenho mais saúde (...)."

"(...) Veio a Itaipu, inundou tudo, ficou em só água lá. Eu me senti meio tristonho naqueles tempo, porque a gente tinha bastante terra e no fim ficou sem nada, quase (...)."

"(...) Dá uma tristeza! Onde a gente morava tá tudo debaixo de água! Tá loco, o que nós passemo aqui aquela vez! A terra plana, não precisava adubo, terra forte (...)."

Fizemos um levantamento dos bens comunitários que foram alagados, bens que faziam parte da territorialidade destes agricultores, pois foram construídos por eles de acordo com suas necessidades cotidianas. Além do mais, percebemos que tanto nas entrevistas como nas conversas informais os moradores se lastimavam constantemente da perda destes bens.

Várias foram as escolas, que pelo número reduzido de alunos, ou por situarem-se em áreas destinadas ao alagamento, encerraram suas atividades. Incluem-se nesta situação, a Escola Oswaldo Cruz e a Escola da Linha Feliz no Distrito de Entre Rios; a Escola Prudente de Moraes, no Distrito de Pato Bragado; e, uma escola localizada na sede do Distrito de Porto Mendes. Outras escolas continuaram, mas com possibilidades de igualmente encerrarem suas atividades, devido ao número reduzido de alunos: é o caso da Escola Jorge Lacerda no Distrito de Mercedes e da Escola Fernando Ferrari no distrito de Entre Rios.

No Distrito de Pato Bragado (hoje município), a vila denominada de Porto Britânia, por estar localizada próxima ao então

Rio Paraná, foi totalmente alagada. Após ter sido sede da Fazenda Britânia de propriedade de ingleses, e utilizada como ponto de apoio para a execução do plano de colonização pela MARIPÁ, transformou-se em fundo de lago. Com o "afogamento" da vila, foram "afogados" parte do cotidiano do pequeno número de pessoas que ali viviam. A vila possuía na época da inundação, além de um núcleo populacional com aproximadamente vinte casas, a infra-estrutura necessária para que esta comunidade se reproduzisse: uma rodoviária, que com itinerários regulares a Porto Mendes e Pato Bragado, possibilitava a circulação; além de um hotel, um armazém, e, duas igrejas - uma protestante e outra católica, sendo que a católica foi transferida.

O único distrito que teve a sua sede alagada, foi o de Porto Mendes. A sua antiga sede denominada de Portos Mendes Velho, para ser diferenciada da sede que se formou a partir de então, foi totalmente alagada.

Porto Mendes Velho, que de 1902 a 1954 teve uma intensa atividade portuária, possuía quando da inundação, além das ruínas de um antigo forte, construído por uma empresa inglesa que dali exportava erva-mate, oriunda do então Estado do Mato Grosso, um núcleo populacional, com aproximadamente quinze casas, um bar com restaurante, um cemitério, além de benfeitorias menores.

Parte destas benfeitorias foram reconstruídas, numa área, que devido a menor proximidade com o leito do então Rio Paraná não foi inundada e que passa a ser, a nova sede do Distrito de Porto Mendes.

Durante o processo de desapropriação efetivado pela

Binacional Itaipu, várias foram as estratégias elaboradas a fim de "forçar" os agricultores que resistiam, a aceitar o valor estipulado pela Binacional. Dentre elas, algumas comentadas pelos entrevistados:

"(...) a Itaipu pagava salteado, daí ficava difícil. Teve gente que ficô sozinho, tudo vizinho já tinha recebido e ido embora (...)"

"(...) teve parte que a Itaipu não pagô, como os fios que a gente colocô prá luz elétrica, as estrada, os riacho. Aí o valor que nós recebemo ficô mais baixo ainda (...)"

"(...) Muito agricultor que tinha dois pedaço de terra, saiu prejudicado. Ele recebeu de um pedaço, logo e do outro pedaço, demorô (...)"

Diante destas mudanças, perguntamos aos agricultores entrevistados o que mudou na vida comunitária, na pós formação do lago. As respostas foram imediatas:

"(...) No começo tava meio fora do lugar, depois com o tempo a gente vai se acostumando (...)."

"(...) A comunidade foi um grande fracasso. Porque a comunidade aqui já era forte e hoje é bem fraquinha. Poucos moradores ... e a tendência hoje do pequeno agricultor, com esta política econômica é í diminuindo gradativamente (...)."

"(...) Deu um esvaziamento muito grande, a população (...) foram embora, más foram em grande número (...)."

"(...) Parecia agora não vai dá nada mais. Uma solidão, parecia que você ía ficá sozinho no mundo alí sozinho, tudo mundo foi embora. A gente tava morando, que nem os últimos morador lá embaixo, eles se sentem solitários, sozinhos. Eles sempre dizem nós temo no fim do mundo (...) lá não é bom morar (...)"

Mas, além destas questões que levaram à intranquilidade

milhares³⁷ de trabalhadores agrícolas do município de Marechal Cândido Rondon, provocando muitas mudanças na vida da população ribeirinha ao Rio Paraná, percebemos durante as entrevistas, que a medida que passava o "impacto" da desapropriação e da partida dos parentes e amigos, outro problema surgiu. Problema que até hoje torna-se uma constante na vida dos agricultores que vivem nas proximidades do lago de Itaipu: a falta de segurança.

Como já comentamos no capítulo que trata do processo de circulação na área, a formação do lago numa região fronteira, permite a intensificação do roubo e do contrabando, devido a facilidade da formação de portos clandestinos e a rápida travessia para o lado paraguaio. Todos os entrevistados citaram esse fato como um ponto negativo da construção do lago. Selecionamos alguns dos depoimentos:

"(...) pode tá aqui há dez, quinze ano e quando vê você trabalhou de graça, por causa do Paraguai. Os marginais vem e tira dos colono. Ficou muito fácil de vir prá cá. Aqui aconteceu com dois vizinho, foram lá e tiraram as máquina, só que não conseguiram levá porque a barca deles afundou né! E o problema é que ele conhece os caras mas não pode falar porque a gangue é muito grande (...)."

"(...) Algumas família tão desesperada até hoje com a média de roubos com o lago. Muito fácil a

³⁷ Segundo relatórios expedidos pela Binacional Itaipu, o programa de desapropriação, executado no período compreendido entre 1978 e setembro de 1982, abrangeu em todos os municípios uma população estimada em 40.000 pessoas. Somente no município de Marechal Cândido Rondon, foram indenizadas 1.452 propriedades. Se considerarmos que em cada propriedade trabalha uma família, pois é isto que predomina em 99% das propriedades do município, e se cada família tem uma média de 3 a 4 filhos - foi a média que constatamos durante as entrevistas-, portanto 5 a 6 pessoas, tivemos uma média aproximada de 8.000 pessoas indenizadas somente no Município de Marechal Cândido Rondon.

travessia hoje. A qualquer momento prendem uma família, levam as máquina. Em questão de poucas horas, atravessa o lago e tá no Paraguai (...)."

"(...) antigamente trabalhava dia e noite... ninguém tinha medo trabalhando... esses tempo atrás, numa sexta-feira, pegaram o trator com lâmina e tudo. Nós queria vendê aqui, os agricultor são muito perseguido, a gente não tem mais sossego. Quando escurece a gente se tranca dentro de casa e não aparece mais fora da porta, de tanto medo que a gente tem (...) A gente não pode ter nem um trator, nada sem seguro (...)."

"(...) O que falta prá nós é uma coisa só! Segurança! No lago, polícia antes da noite. Eles vem de lá, eles vem de tardezinha, tá calmo, encosta por aí e de noite age. Além da Itaipu ser uma vergonha, a Itaipu prometeu segurança e agora tá aí essa porcaria de lago aí, onde os agricultores não tem um pingo de sossego. Do meu filho levaram camioneta cabine dupla e trator. E caiu no outro lado, nunca mais... quando amanhece não tem mais nada! (...)."

Estes são alguns dos problemas que os ribeirinhos ao lago de Itaipu enfrentam, um problema que aumenta e diminui de acordo com a maior ou menor atividade ostensiva que a Polícia Federal mantém nas proximidades do lago.

Mas, e os que migraram, quais terão sido os problemas por eles enfrentados? Eis aqui partes de algumas entrevistas que comentam sobre eles:

"(...) Daqui saíram umas sete ou oito família pro Pará. Os que tinha dinheiro prá voltá, voltaram. Lá não tem comércio, não tem energia, o Mato Grosso fornece tudo. Foi mais gente pro Mato Grosso. Um pegô malária nove vezes e tá em Tera Roxa (...)."

"(...) As pessoas que moravam no Rio Branco se espalharam tudo. A maior parte foram prá Rondônia. Tenho duas filhas que foram prá lá também. Se mandaram tudo prá Rondônia, porque lá tava dando tera prá quem queria trabalhá. Ali

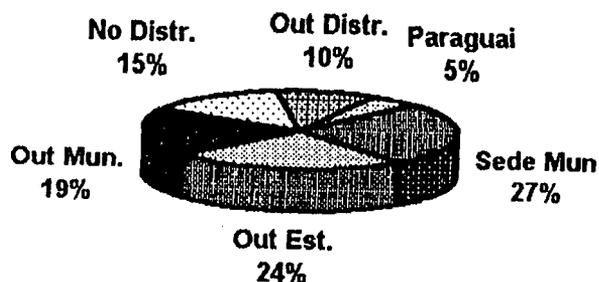
eles foram aventurá e conseguiram tera lá (...). Só aqueles que já tavam meio envelhecido ficaram (...) tenho outro filho em Rondon, e outro que mora em Foz. A filha foi prá Margarida (...)."

"(...) Muitas dessas pessoas hoje não tem mais nada. Foram para o Mato Grosso, compraram áreas de tera e lá não puderam viver porque lá não dava este tipo de serviço que eles tavam praticando aqui como pequeno agricultor. E eles não puderam viver dessa forma. Muitos abandonaram e voltaram e tem gente trabalhando de empregado e de bóia-fria por causa disso (...)."

Percebemos no decorrer das conversas informais ou entrevistas, que aos mais idosos, aqueles que chegaram na área nas décadas de 1950 e 1960 ainda jovens, e que nestas terras alagadas, deixaram o seu trabalho, a sua energia, que é parte de si, restou na maioria das vezes uma única opção: morar na vila mais próxima, ou então em pequenas chácaras, também nas proximidades das vilas; e, deixar para seu filhos, a tarefa de desbravar novas terras nas recentes fronteiras agrícolas das regiões Norte e Centro-Oeste.

Os depoimentos também deixam claro que muitos trabalhadores agrícolas, ao serem expropriados de suas terras, por valores em dinheiro que lhes impossibilitaram adquirir terras em áreas próximas daquela, vêm-se "obrigados" a procurar terras mais baratas. Em resposta ao questionário, quando perguntados sobre onde estavam vivendo seus parentes, amigos e vizinhos que foram indenizados por Itaipu, obtivemos o resultado representado pelo gráfico abaixo:

GRÁFICO Nº 09

**DESTINO DOS DESAPROPRIADOS POR
ITAIPU**

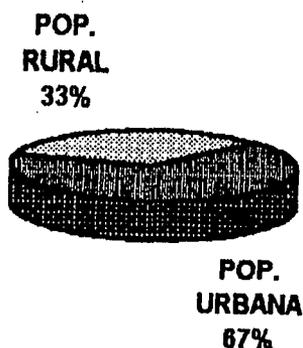
De acordo com o gráfico elaborado depreendemos que:

- A maior porcentagem de migrantes, 27% do total, direcionaram-se para a sede do município de Marechal Cândido Rondon, provocando com isto o aumento da população urbana, como demonstrado no gráfico nº 10. Levando em consideração as entrevistas, esta nos pareceu ter sido para eles a melhor alternativa : a sua reprodução enquanto trabalhadores urbanos. Isto é perceptível no setor terciário, onde grande parte dos trabalhadores, geralmente jovens, tiveram origem na área rural. Para eles a cidade, foi a melhor opção porque tinham possibilidade de instruírem-se e de trabalharem, já que não puderam continuar como agricultores, como seus pais o foram. Com o deslocamento de parte desta população rural para a cidade, a porcentagem da população urbana que era de 45% em 1980 - conforme gráfico nº 08

(pág. 147), passa a ser de 67% em 1990, conforme nos mostra o gráfico a seguir:

GRÁFICO Nº 10

**POPULAÇÃO URBANA E RURAL DE MAL.
CÂNDIDO RONDON - 1990**



- A segunda maior porcentagem dos mesmos, cerca de 24% do total, estão vivendo em outros estados da federação, principalmente Mato Grosso e Rondônia. Isto reflete o intenso trabalho realizado, pelas Colonizadoras particulares, que apesar da insistência dos indenizados em permanecer no Estado do Paraná, foram convencidos a comprar terras em outros estados. Esta, em muitos casos, transformou-se na única forma de recomeçar tudo.

- A terceira maior porcentagem, cerca de 19% do total, refere-se aos desapropriados que vivem hoje, em outros municípios

do Estado do Paraná. É o reflexo da "Bolsa Agrária"³⁸, instituída após incessante reivindicações dos desapropriados, que não queriam deixar o Estado do Paraná.

- 15% dos desapropriados preferiram, ou melhor, conseguiram permanecer em seu distrito, que apesar de parcialmente alagado, oferecia condições para que fosse reestruturado social e espacialmente. Destes, grande parte ainda cultiva em pequenas áreas, que não foram desapropriadas, ou que foram adquiridas com o valor da indenização. Outros em número menor, vivem de atividades terciárias, como venda de gêneros alimentícios, vestuário, remédios ou então são funcionários públicos.

- 10% dos desapropriados deslocaram-se para outros distritos do município, onde continuam "lutando" a fim de conseguirem sobreviver enquanto trabalhadores agrícolas.

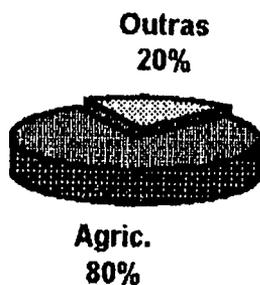
- 5% dos desapropriados pela Binacional Itaipu, representam hoje uma parcela dos chamados "brasiguaios". Estes como não puderam comprar terras no município onde viviam ou no próprio Estado e não quiseram comprar terras no norte do país, decidiram por terras paraguaias, onde, encontraram terras disponíveis, baratas e próprias ao cultivo do soja.

³⁸ Segundo Germani (1982), a criação da "Bolsa Agrária" foi consequência das pressões que os desapropriados exerceram sobre o INCRA para que assumisse o seu papel, promovendo no Estado do Paraná uma reforma agrária. Para tentar "acalmar" os mais exaltados, a Binacional Itaipu, juntamente com órgãos estatais como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o ITC (Instituto de Terras e Cartografia), criou através dos escritórios regionais destes órgãos, uma relação de terras à venda no Estado do Paraná. Esta relação era publicada a fim de que os desapropriados que assim o desejassem, tivessem oportunidade de adquirir terras dentro do próprio Estado do Paraná.

Quando perguntamos aos agricultores desapropriados se seus parentes, amigos e vizinhos indenizados pela Binacional Itaipu, continuam se reproduzindo como trabalhadores agrícolas, obtivemos a partir da compilação das respostas o resultado que o gráfico abaixo mostra: do total de desapropriados, em torno de 20% não são mais trabalhadores agrícolas, exercem, segundo os entrevistados, atividades ligadas ao setor terciário.

GRÁFICO Nº 11

**ATIVIDADES EXERCIDAS PELOS
AGRICULTORES APÓS A
DESAPROPRIAÇÃO**



Outro fato constatado é que 80% dos entrevistados, todos

eles pequenos produtores agrícolas com menos de uma colônia³⁹, preferem não comercializar com a Cooperativa Agrícola Mista Rondon Ltda., criada em 1970, no auge da mecanização e da produção de soja. Estes pequenos agricultores assim se referiram quando perguntamos sobre o assunto:

"(...) Nós vende muito prá empresa, particular, (...) onde se ganha mais, se vende. A cooperativa não é um bom negócio. Porque existe as reuniões de cooperativas, os chefe decide, um levanta a mão, tudo os otro levanta a mão também, se não depois... ah! você não apoiô, você não ganha nada. Então são quase obrigado a votá no ...(...)."

"(...) com o leite, a cooperativa só pega se você tem de 20 litros prá cima. Daí o pequeno não tem como se mantê, ficá junto com eles. Isso é cooperativa pros grande! Isso hoje a pior empresa que existe pra comércio de produtos é a cooperativa (...)."

"(...) Não estou ligado a cooperativa... não vale a pena! (...)."

"(...) Sou sócio da cooperativa, ainda né! Um tempo entregava produto lá, agora que não tou entregando. (...) Eu não tava me sentindo muito bem com a cooperativa e aí comecei a negociar mais com o comércio particular. Eu fui melhor atendido (...)."

Também achamos importante questionar sobre o vínculo atual dos pequenos agricultores com o sistema bancário. Isto porque os entrevistados mencionaram a participação do sistema bancário no incentivo ao desmatamento, na mecanização e cultivo da soja, e, como os juros altos, logo após a mecanização da agricultura,

³⁹ O valor da colônia foi instituído quando a Colonizadora MARIPÁ promoveu a divisão e venda das terras, a partir de 1946. Com isto uma colônia passou a equivaler dez alqueires ou vinte e quatro hectares.

provocaram a perda de terras de muitos agricultores. Comentaram também sobre a propaganda realizada pelos bancos para que os recém desapropriados aplicassem suas indenizações, e como isto os prejudicou. Em função desses depoimentos, percebemos que estes agricultores tiveram durante um longo tempo uma relação direta com os bancos. Alguns destes agricultores assim se expressaram:

"(...) 30% da terra financia e 70% da terra planta por conta senão o banco come tudo (...)."

"(...) principalmente os pequeno não trabalha mais com banco. Os grande, eles ainda segura no banco, porque eles leva vantagem. Para o pequeno não é vantagem (...)."

"(...) Antigamente era com juro fixo, tudo calculado. Hoje você faz um financiamento e não sabe quanto paga. O financiamento sobe dia-a-dia e as vezes o produto do agricultor desce, baixa o preço (...)."

"(...) Têmo que fazê financiamento, fala os grande técnicos, tem que plantá na técnica. Isto da minha parte não funciona, os juros são muito alto. Agora tinha que plantá por conta, porque o que você planta não sobra nada, sobra tudo pro governo, pros banco né!"

Ficou claro que estes pequenos agricultores, além de não terem confiança na cooperativa, também não podem contar com os financiamentos bancários. Em função destas dificuldades, e pelo fato das famílias não serem numerosas⁴⁰, perguntamos a respeito da mão-de-obra temporária: se a utilizam e em que ocasiões.

"(...) Não, já houve tempo, agora é muito difícil, sempre só nois dois eu e meu marido. Depende do serviço, às vezes a gente troca, ou às

⁴⁰ - Durante as entrevistas, quando perguntamos quais as pessoas da casa que trabalhavam nas atividades agrícolas, todos os entrevistados referiram-se a três ou quatro filhos.

vezes tem algum que não tem tanta terra... Tem muitos que não tem trator, aí a gente faz o serviço de trator prá eles e eles devolvem em serviço manual

"(...) Não! Somente a família!(..)"

"(...) Não. Somo eu e meu irmão. Não são duas famílias, ele é sozinho, mora com nós. São doze alqueires. Só às vezes no plantio da mandioca, porque agora a gente tá plantando mandioca também! (...)."

No decorrer das entrevistas, encontramos casais com filhos pequenos, onde o casal desenvolve praticamente sozinho as atividades agrícolas, existindo apenas troca de trabalho entre vizinhos, em épocas de trabalho muito intenso, geralmente colheita ou plantio.

Encontramos também vários casais com filhos adolescentes, inclusive com parte deles prestando serviço tanto na área rural, quanto na área urbana localizada nas proximidades. Acreditamos que esta condição tornou-se necessária à sobrevivência da família, uma vez que a área destinada ao plantio não vem sendo suficiente para a manutenção da família como um todo. Pelo que observamos nos depoimentos, estas atividades de prestação de serviço, contribuem para com o orçamento familiar.

"(...) Uma das filhas, a maior tá fazendo faculdade em Rodon e dá aula na escola em Pato... a outra tá trabalhando numa casa de família, também em Pato. É pertinho, elas consegue estudá e trabalhá e... ajudá, porque tá difícil vivê da agricultura hoje em dia (...)"

"(...) O filho mais velho tá fora... tá trabalhando de tratorista, a gente preferia que ele ficasse aqui, mas a terra é pequena, é melhor prá ele trabalhá fora, aí tem um salário né? (...)"

Também percebemos que a não utilização do trabalhador temporário é quase unânime. Devido a pequena área de cultivo e, em função da instabilidade quanto a política de preços dos produtos por eles cultivados, os pequenos agricultores apresentam dificuldades em arcar com a despesa do "bóia-fria". Uma das maiores reivindicações dos pequenos agricultores do Município de Marechal Cândido Rondon, mas principalmente dos distritos marginais ao lago de Itaipu, agora emancipados, é uma política de preços dos produtos agrícolas que permita a sua sobrevivência enquanto trabalhadores agrícolas.

A falta desta política de preços, poderá inclusive levar o pequeno agricultor a arrendar ou então vender a sua terra e viver na cidade, observamos esta preocupação por parte destes agricultores.

Estes são os trabalhadores agrícolas que nos propusemos analisar, ou os que de uma forma ou de outra perderam com os processos de mecanização da agricultura e da construção do lago de Itaipu.

Trabalhadores que em sua maioria - cerca de 68%, são considerados mini produtores e, 26% pequenos produtores rurais⁴¹, os quais juntos representam 94% dos proprietários agrícolas do município com áreas de até 50 hectares (conforme nos mostra a

⁴¹ - Segundo a classificação da EMATER - Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná, no Município de Marechal Cândido Rondon, são considerados:

- a) Mini produtores rurais os que possuem entre 0 e 20 ha;
- b) Pequenos produtores rurais os que possuem entre 20 e 50 ha;
- c) Produtores rurais médios os que possuem entre 50 e 100 ha;
- d) Grandes produtores rurais os que possuem mais de 100 ha.

tabela nº 19 - pág.153).

Levando em consideração, a estrutura fundiária do município, com predomínio da pequena produção agrícola, e os relatos dos agricultores entrevistados, no município de Marechal Cândido Rondon, acreditamos na possibilidade de que:

"No momento da produção imediata, o produtor trabalha para si, na aparência; quando colhe o fruto da terra, ele se reconhece no produto do seu trabalho, que não lhe é estranho; porém, quando ele vende a mercadoria, na qual está contida todo o seu trabalho, ele não a realiza por inteiro para si. Aí reside a questão central, ele não se apropria de todo o resultado do seu trabalho, só de uma pequena parte, que dá para ele comer mal, vestir e habitar muito mal; assim sendo, mesmo sem haver um estranhamento, ele aliena trabalho" (Silva, 1987,p.48).

Isto porque a ideologia instituiu que o pequeno trabalhador agrícola que tem terra para cultivar é diferente do trabalhador urbano. Diferente porque pode cultivar o que quizer, da forma como quizer e vender para quem quizer. Mas percebemos no decorrer das entrevistas que a realidade não é bem esta, e que o poder aquisitivo do agricultor vem diminuindo consideravelmente, como colocam alguns entrevistados:

"(...) Nós caprichemo, uns trator véio temo ainda, prá dizê, prá reforma não temo (...)."

"(...) Agora se planta mais, toda a área que nós tem, mais sobra menos prá comprá as coisa, prá comprá tera ou conseguí um caro melhor. Hoje em dia não sobra mais, (...) em comparação pro custo não dá prá plantá mais (...)."

"(...) Hoje não se tira o salário (...)."

"(...) se o Governo de uma vez por todas fosse capaiz de colocar um preço justo nos produto que saem da colônia né! Eu acho que daí os colono podia (...), fazer o seu serviço do dia-a-dia e

não se preocupá. Mas na situação que nós tamo, que você planta e colhe sem sabê o que você ganha com o produto (...)."

Acreditamos que a partir destes depoimentos é possível perceber que o pequeno produtor agrícola de Marechal Cândido Rondon está empobrecendo progressivamente, isto contraditóriamente ao que a ideologia prega : que ele é livre para produzir, para vender seus produtos e para obter seus ganhos. Mas que ganhos são estes? São suficientes para que ele se reproduza dignamente enquanto trabalhador agrícola? São suficientes para que faça a manutenção de seus instrumentos de trabalho sem os quais é impossível cultivar? Pelo que nos parece, não.

Levando em consideração que o preço dos produtos cultivados por este pequeno agricultor, são baixos quando eles mesmo o transformam em mercadoria e, ao mesmo tempo altos quando adquiridos pelos consumidores finais, pergunta-se: - Por que ele recebe valores tão baixos pelo produto de seu trabalho? Não estará havendo uma apropriação de apenas parte do resultado do trabalho deste pequeno agricultor? E da outra parte de seu trabalho, quem dela se apropria?

Assim, percebemos que o pequeno agricultor sente-se cada vez mais frágil diante das "medidas nacionais" que são tomadas, muitas vezes de acordo com interesses externos. Foi assim quando da mecanização da agricultura e do cultivo da soja em praticamente 100% da área rural do Município de Marechal Cândido Rondon. O mesmo aconteceu quando o Estado através de subsídios incentivou a implantação das agroindústrias ao mesmo tempo que "induziu" os

pequenos agricultores a cultivarem os produtos por elas industrializados. Foi também assim, com a desapropriação das terras para transformá-las em um lago que represando as águas do Rio Paraná vem fornecendo energia elétrica preferencialmente aos complexos industriais do Centro-Sul brasileiro.

É por todos estes motivos que se pode ver o pequeno agricultor de Marechal Cândido Rondon, como uma espécie de "assalariado indireto", subordinado aos interesses maiores, ao mesmo tempo que a ideologia cria para ele a ilusão de uma "liberdade". A ilusão de uma liberdade dentro de uma relação de subordinação.

Acreditamos serem estas algumas das formas nas quais o Estado transforma o "espaço social"- produzido pela complexa interação das classes em sua vivência diária-, em "espaço abstrato", planejado, fragmentado e negado enquanto realidade presente para o indivíduo comum.

Um "espaço abstrato" que confronta-se com o espaço social, gerando uma dinâmica própria, repleta de contradições, proveniente da própria natureza dialética da construção sócio-espacial. Isto foi o que nos propomos a pesquisar, para ver como estas ingerências entram em contradição com a territorialidade dos indivíduos, construída a partir das relações sociais.

Uma contradição que leva o indivíduo à perda do lugar no grupo social em que se reproduzia, no momento em que é "forçado" a migrar. Isto porque ao deixar o lugar onde vivia, este indivíduo, deixa também o grupo social a quem pertencia, perdendo a sua identidade dentro deste mesmo grupo.

Foi o que ocorreu com a mecanização da agricultura, mas mais bruscamente com a formação do lago de Itaipu: a territorialidade de cada indivíduo e da comunidade como um todo fragmenta-se em função da expropriação do espaço de cada um destes indivíduos e de parte da área.

Levando em consideração as estratégias utilizadas à fim de criar novas formas de produção do espaço geográfico do Município de Marechal Cândido Rondon, perguntamos:

- Quais serão as novas estratégias criadas para que este espaço continue sendo produzido e reproduzido de acordo com interesses maiores? As agroindústrias estão assumindo o papel principal?

- Como o pequeno agricultor do Município sobreviverá as novas estratégias que serão criadas?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista e Maria Maura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2^a. edição.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Geopolítica do Brasil. São Paulo: Editora Ática, 1989. Série Princípios.
- _____. Caminhos e Descaminhos da Geografia. Campinas/SP: Editora Papirus, 1989.
- ANSART, Pierre. Ideologias, Conflitos e Poder. Tradução de Áurea Weissenberg. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BRUM, Argemiro. Modernização da Agricultura- trigo e soja. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.
- CARNOY, Martin. Estado e Teoria Política. Campinas: Editora Papirus, 1988.
- CAUBET, Christian Guy. As Grandes Manobras de Itaipu: Energia, Diplomacia e Direito na Bacia do Prata. São Paulo: Editora Acadêmica, 1989.
- CENTER FOR CONTEMPORARY CULTURAL DA UNIVERSIDADE DE BIRMINGHAM. Da Ideologia - Althusser, Gramsci, Lukács, Poulantzas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983, 2^a. edição.
- CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, 32^a edição. Coleção Primeiros Passos.
- COLODEL, José Augusto. Obrages & Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960. Santa Helena: Prefeitura Municipal, 1988.
- CORADINI, Odacir L. & FREDERICQ, Antoinette. Agricultura, Cooperativas e Multinacionais. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CORREIA, Roberto Lobato. Região e Organização Espacial. São Paulo: Editora Ática, 1987, 2^a edição. Série Princípios.
- COSTA, Wanderley Messias da. O Estado e as Políticas Territoriais no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1989, 2^a edição. Coleção Repensando a Geografia.
- COUTO E SILVA, Golbery. Conjuntura Política Nacional: o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: Editora J. Olímpio, 1981, 3^a. edição.

- ENGELS, Friedrich. A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981, 7^a. edição.
- ENGELS, Friedrich & MARX, Karl. Manifesto do Partido Comunista. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, 2^a edição. Coleção Clássicos do Pensamento Político.
- FLEISCHFRESSER, Vanessa. Modernização Tecnológica da Agricultura: Contrastes Regionais e Diferenciação Social no Paraná da Década de 70. Curitiba: Livraria do Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.
- GALVAN, Cesare Giuseppe. Políticas atômicas - história, problemas. Florianópolis, 1991, (datilografado).
- _____. Capital - Tecnologia & Questionamentos. João Pessoa: Shorin, 1989.
- GERMANI, Guiomar. Os Expropriados de Itaipu. O Conflito: Itaipu x Colonos. Cadernos do Propur. Porto Alegre: UFRGS, 1982.
- GOMES, Horieste. A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo. São Paulo: Editora Contexto, 1990. Coleção Repensando a Geografia.
- GOTTDIENER, Mark. A Produção Social do Espaço. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Editora USP, 1993.
- HARVEY, David. A Condição Pós-Moderna. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- IANNI, Octavio. Estado e Capitalismo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989, 2^a. edição.
- INCAO, Maria Conceição de. O "Bóia-Fria": acumulação e miséria. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, 8^a. edição.
- IPARDES, O Parana: economia e sociedade. Curitiba, 1981.
- ITAIPU BINACIONAL. Resumo do Projeto Itaipu. 1980.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. São Paulo: Editora Proposta, 1980.
- KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989, 5^a. edição.
- LAINO, Domingo. Paraguai: Fronteiras e Penetração Brasileira. São Paulo: Global Editora, 1979.

- LEFEBVRE, Henri. Lógica Formal. Lógica Dialética. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983, 3^a. edição.
- FREITAG, Bárbara. A Teoria Crítica Ontem e Hoje. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990, 3^a edição.
- LINS, Hoyêdo Nunes. A Geografia da Produção Industrial: Alguns Aspectos Teórico-Metodológicos. s/d, datilografado.
- LIPIETZ, Alain. O Capital e seu Espaço. Tradução de Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Editora Nobel, 1988.
- LOCH, Ruth Emília Nogueira. Influência da Exploração ^{de que?} nas Atividades Agrícolas e no Desenvolvimento Global de Criciúma-SC. dissertação de mestrado UFSC; 1991.
- LOCH, Carlos. A Interpretação de Imagens Aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.
- _____. Monitoramento Global Integrado de Propriedades Rurais a Nível Municipal, Utilizando Técnicas de Sensoriamento Remoto. Florianópolis: Editora da UFSC, 1990.
- LOJKINE, Jean. O Estado Capitalista e a Questão Urbana. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1981.
- LOUREIRO, Maria Rita (org). Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil. São Paulo: Editora Cortez, 1981. Autores Associados.
- MARTINEZ, Paulo. Multinacionais: Desenvolvimento ou Exploração? São Paulo: Moderna, 1987, 5^a edição. Coleção Polêmica.
- MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.
- _____. Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Editora Pioneira, 1975.
- _____. Expropriação e Violência - a questão política no campo. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, 2^a. edição.
- _____. Não Há Terra Para Plantar Neste Verão. Petrópolis: Editora Vozes, 1988, 2^a edição.
- MARX, Karl. Manuscritos: Economia y Filosofía. Traducción, introducción y notas Francisco Rubio Llorente. Madrid: Alianza Editorial, 1984, 11^a. edição.
- _____. Introdução in Contribuição à Crítica da Economia Política.

- São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983, 2ª edição.
- _____. O Capital. - 1º Livro, 1º Volume. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1994.
- MARX, Carlos & ENGELS Federico. Grundrisse: Lineamientos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política. Volumes I e II. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- _____. A Ideologia Alemã (I-Feuerbach). Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora Hucitec, 1986, 5ª. edição.
- _____. Manifesto do Partido Comunista. Org: Marco Aurélio Nogueira. Tradução Marco Aurélio Nogueira e Leandro Konder. Petrópolis: Editora Vozes, 1989, 2ª. edição.
- MAZZAROLO, Juvêncio. A Taipa da Injustiça: Itaipu x Colonos Expropriados. Comissão Pastoral da Terra. Secretaria Regional do Paraná: 1980.
- MILIBAND, Ralph. O Estado na Sociedade Capitalista. Tradução de Fanny Tabak. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972, 2ª. edição.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. A Valorização do Espaço. São Paulo: Editora Hucitec, 1987, 2ª edição.
- NIETZSCHE, Friedrich. Genealogia da Moral. Tradução de Paulo Cesar Souza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.
- NOVO, Evelyn de Moraes. Sensoreamento Remoto - Princípios e aplicações. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 1989.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Amazônia: Monopólio, Expropriação e Conflitos. Campinas, SP : Papyrus, 1987.
- _____. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1987, 2ª edição. Série Princípios.
- _____. A Geografia das Lutas no Campo. São Paulo: Editora Contexto, 1990, 3ª edição. Coleção Repensando a Geografia.
- _____. A Agricultura Camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991. Coleção Caminhos da geografia.
- _____. Integrar para não Entregar: Políticas Públicas e Amazônia. Campinas/SP: Editora Papyrus, 1991, 2ª edição. Série Educando.
- OLIVEIRA, Francisco de. Eligia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988, 3ª edição.
- _____. A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro:

Edições Graal, 1989, 5ª edição.

OLIVEN, Rubem George. A Ideologia da Modernização. In: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRS, 1977, volume V.

PEREIRA, Osny Duarte. Itaipu - Prós e Contras. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

PHOTOGRAMMETRIC ENGINEERING AND REMOTE SENSING. Vol 51, Nº 12, Dezembro 1985, pp. 1893-1898.

PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Tradução de Angelina Peralva. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

RAFFESTIN, Claude. Por Uma Geografia do Poder. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.

SAATKAMP, Venilda. Desafios, Lutas e Conquistas - História de Marechal Cândido Rondon.

SAMIR, Amin & VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977, 2ª edição.

SANTOS, Armando & outros. Metodologia de Interpretação de Dados de Sensoriamento Remoto e Aplicações no Uso da Terra. São José dos Campos: Instituto de Pesquisas Espaciais, 1981.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SCHILLING, Paulo & CANESE, Ricardo. Itaipu: Geopolítica e Corrupção. São Paulo: CEDI, 1991.

SIGAUD, Lygia. O Efeito das Tecnologias sobre as Comunidades Rurais: O Caso das Grandes Barragens In Revista Brasileira de Ciências Sociais. Número 18, ano 07, fev/1992.

SILVA, Lenyra Rique da. A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

_____. Paisagem do Fumo em Tubarão. UFSC, 1992, (datilografado).

_____. O Espaço da Pequena Produção em Maxaranguape/RN. Tese de doutorado, USP, 1987.

SOJA, Edward W. Geografias Pós-Modernas - A Reafirmação do Espaço na Teoria Crítica. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: J. Zahar Editores, 1993.

SORJ, Bernardo. Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira.

Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1980, 2ª edição.

SZMRECSÁNYI, Tamás & QUEDA, Oriowaldo (org). Vida Rural e Mudança Social. São Paulo: Editora Nacional, 1979, 3ª edição.

THÜNE, Wlfgang. A Pátria Como Categoria Sociológica e Geopolítica. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1991.

VESENTINI, José William. Imperialismo e Geopolítica Global. Campinas/SP: Editora Papirus, 1987. Série Educando.

_____. Geografia, Natureza e Sociedade. São Paulo: Editora Contexto, 1989. Coleção Repensando a Geografia.

VIANNA, Aurélio & ARAUJO, Frederico G. B. de. Terra Sim, Barragens Não - 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Out/1989.